INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EVICALINE DOS SANTOS ROCHA

ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE DIVISÃO E USO DOS RECURSOS A PARTIR DE INDICADORES

SALGUEIRO - PE
2025

EVICALINE DOS SANTOS ROCHA

ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE DIVISÃO E USO DOS RECURSOS A PARTIR DE INDICADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira

SALGUEIRO - PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R829 ROCHA, EVICALINE DOS SANTOS.

ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL : UMA PROPOSTA DE DIVISÃO E USO DOS RECURSOS A PARTIR DE INDICADORES / EVICALINE DOS SANTOS ROCHA. - Salgueiro, 2025.
145 f. : il.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira.

1. Políticas públicas de educação. 2. Assistência estudantil. 3. Orçamento. 4. Vulnerabilidade socioeconômica. 5. Permanência e êxito. I. Título.

CDD 379

Gerado automaticamente pelo sistema Geficat, mediante dados fornecidos pelo(a) autor(a)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EVICALINE DOS SANTOS ROCHA

ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE DIVISÃO E USO DOS RECURSOS A PARTIR DE INDICADORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 31 de março de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira
ProfEPT - IFSertãoPE
Orientador / Presidente da Banca

_____

Profa. Dra. Kélvya Freitas Abreu
ProfEPT - IFSertãoPE
Membro Interno

_____

Prof. Dr. Orlando Silva de Oliveira
IFSertãoPE
Membro Externo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EVICALINE DOS SANTOS ROCHA

PEMPAE - PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA PROPOSTA DE GESTÃO

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de março de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira
ProfEPT - IFSertãoPE
Orientador / Presidente da Banca

_____

Profa. Dra. Kélvya Freitas Abreu
ProfEPT - IFSertãoPE
Membro Interno

_____

Prof. Dr. Orlando Silva de Oliveira
IFSertãoPE
Membro Externo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, 31 de março de 2025.

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, no Campus Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), teve início a **octagésima primeira** banca de defesa de dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), intitulada **"ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"**, orientada pelo professor **Dr. Francisco Kelsen de Oliveira** da candidata **Evicaline dos Santos Rocha**, o qual já havia preenchido anteriormente as demais condições exigidas para a obtenção do grau de mestre. A Banca Examinadora, composta pelo orientador e pelos professores Dra Kélvya Freitas Abreu, pertencente ao ProfEPT/IFSertãoPE e Dr. Orlando Silva de Oliveira, pertencente ao IFSertãoPE, sendo o primeiro, presidente da banca examinadora, decidiu: **Aprovar** o trabalho de dissertação e o produto educacional mediante as entregas obrigatórias das versões finais dos referidos documentos com as devidas correções propostas pelos examinadores, no prazo de 60 dias. E para constar lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pela Banca Examinadora. Salgueiro, 31 de março de 2025.

Profa. Cristiane Ayala de Oliveira
(Coordenadora do ProfEPT/IFSertãoPE)

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO KELSEN DE OLIVEIRA
Data: 31/03/2025 17:59:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Francisco Kelsen de Oliveira
ProfEPT/IFSertãoPE - Presidente da Banca

gov.br Documento assinado digitalmente
KELVYA FREITAS ABREU
Data: 31/03/2025 18:09:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Kélvya Freitas Abreu

ProfEPT/IFSertãoPE - Membro Interno

Documento assinado digitalmente
ORLANDO SILVA DE OLIVEIRA
Data: 31/03/2025 18:13:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Orlando Silva de Oliveira
IFSertãoPE - Membro Externo

[ ] O aluno entregou as correções. Em: _____/ ____/ ____

_____

(Secretaria/Carimbo)

[ ] O aluno não entregou as correções: Em: _____/ ____/ ____

_____

(Secretaria
/Carimbo)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois tudo que sou e conquistei foi pela sua intercessão e auxílio. Sem ti, não conseguiria percorrer esta jornada! Obrigado, meu bom Deus, por tudo e por tanto.

A meus pais, Noeme e Nilton, que não tiveram a oportunidade de realizar um curso superior, quiçá uma pós graduação. Pai, mãe, seus filhos são Mestres!!! Obrigado pelo apoio incondicional e esforço para que pudéssemos realizar sonhos que não puderam.

A meu irmão Evair, que em tempo concomitante também se debruça sobre os caminhos do mestrado. Obrigado pelo incentivo de sempre, pelas trocas, desabafos e apoio. Sou tão grata por ter você. Sou tão feliz por ver onde chegamos!

Aos meus amigos, que vibraram comigo desde a aprovação no processo seletivo, compreenderam minhas ausências e me apoiaram em todas as vezes que desanimei. A vocês que acreditaram em mim, mesmo quando eu mesmo duvidava, minha gratidão.

Ao meu orientador Francisco Kelsen, por toda atenção, incentivo e ensinamentos ao longo desses 2 anos. Me permitiu enxergar além do que se vê. Evoluí bastante como pessoa, como pesquisadora e profissional diante das suas contribuições. Obrigada pela parceria!

À banca examinadora, pelas valiosas contribuições e pela forma atenciosa e sensível com que analisou meu trabalho e a temática da assistência estudantil.

Aos servidores e estudantes que prontamente aceitaram participar desta pesquisa. Este trabalho é fruto das vossas contribuições e apontamentos, visando à melhoria da execução da política de assistência estudantil. Grata pela atenção e disponibilidade.

E, por fim, aos meus parceiros de mestrado Ilda e Júlio, meu mais sincero agradecimento e gratidão. Só nós sabemos as angústias e dificuldades atravessadas. Obrigada pelas contribuições, pelas conversas e trocas independentemente de dia e hora, e pelo apoio incondicional. Levo vocês comigo!

“É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

(Marilda Iamamoto)

RESUMO

A política de assistência estudantil é norteada por princípios e objetivos definidos no Decreto Federal n° 7234/2010 e Lei 14.914/2024 (Brasil, 2010a, 2024a), que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e objetiva garantir condições de permanência e êxito aos discentes regularmente matriculados nas Instituições Federais de Ensino, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Anualmente, cada *Campus* recebe um valor orçamentário e financeiro para execução da política, que tem sua gestão, planejamento e avaliação realizadas por uma comissão multiprofissional designada. Este estudo se propôs a contribuir com a divisão do recurso orçamentário da assistência estudantil do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, considerando a realidade e necessidades dos estudantes público-alvo da política. Nessa perspectiva, está inserida na linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)", no Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT. Quanto ao método, realizou-se uma pesquisa exploratória, com o uso da abordagem quanti-qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de questionário estruturado misto aplicado aos discentes do Ensino Médio Integrado beneficiários da política, à comissão que atua junto à CPAE do *Campus* e a servidores do DAP. Quanto aos procedimentos, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso. Na pesquisa bibliográfica, utilizamos de revisão sistemática de literatura, a fim de conhecer, aprofundar e relacionar as temáticas discutidas no estudo; já na pesquisa documental, buscamos mapear o recurso orçamentário, analisar as suas formas de divisão e estudar variáveis que possam contribuir neste processo, através dos sistemas SAE, SUAP e PNP, em documentos institucionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs) e legislações no âmbito do Ministério da Educação (MEC). A análise dos dados ocorreu por meio do método de análise de conteúdo, utilizando-se das contribuições de Bardin (1977) para a parte qualitativa e Estatística Descritiva para quantitativa. Os resultados apontam que a comunidade acadêmica enfrenta dilemas primários, de fluxo de ações entre setores e comunicação ineficiente, bem como o processo de seleção dos editais e monitoramento dos beneficiários é considerado frágil. Nesse contexto, elaboramos o documento *Planejamento, execução e monitoramento da política de assistência estudantil: uma proposta de gestão* (PEMPAE) como propostas de Ajuste do Barema Avaliativo e Fluxogramas de ações para o Planejamento Orçamentário e atenção à permanência e êxito e Execução, Monitoramento e Controle do benefício. Considera-se que

foi possível ampliar a compreensão sobre o perfil dos discentes e da situação social e educacional no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, o que conduziu as sugestões de ações alinhadas às suas necessidades, tendo em vista reduzir ou sanar obstáculos definidos pelos sujeitos da pesquisa. Por fim, sugere-se que a comunicação entre os setores e sujeitos da instituição seja estreitada, que dados públicos sejam mais publicizados e que se lancem convites para participações em espaços de decisão, de tal modo a fortalecer a gestão participativa e democrática, se estendendo para além do setor dito responsável.

Palavras-chave: assistência estudantil; orçamento; oferta de auxílios; vulnerabilidade socioeconômica; permanência e êxito.

ABSTRACT

The student assistance policy is guided by the principles and objectives defined in Federal Decree No. 7234/2010 and Law 14.914/2024 (Brasil, 2010a, 2024a), which deals with the National Student Assistance Programme (PNAES) and aims to guarantee conditions for the permanence and success of students regularly enrolled in federal educational institutions, especially those in situations of socio-economic vulnerability. Each campus receives an annual budget and financial allocation to implement the policy, which is managed, planned and evaluated by a multi-professional commission. This study set out to contribute to the division of student assistance budget resources at the IFSertãoPE Salgueiro Campus, taking into account the reality and needs of the students who are the policy's target audience. From this perspective, it is part of the research line 'Organisation and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)', in Macroproject 6: Organisation of pedagogical spaces in EPT. As for the method, an exploratory study was carried out using a quantitative and qualitative approach. The data was collected using a mixed structured questionnaire applied to the Integrated High School students who benefited from the policy, the committee that works with the Campus CPAE and the DAP staff. As for the procedures, we carried out bibliographical, documentary and case study research. In the bibliographical research, we used a systematic literature review in order to get to know, deepen and relate the themes discussed in the study, while in the documentary research, we sought to map the budget resource, analyse the ways in which it is divided and study variables that can contribute to this process, through the SAE, SUAP and PNP systems, in institutional documents from the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFECTs) and legislation from the Ministry of Education (MEC). The data was analysed using the content analysis method, using the contributions of Bardin (1977) for the qualitative part and Descriptive Statistics for the quantitative part. The results show that the academic community faces primary dilemmas in terms of the flow of actions between sectors and inefficient communication, as well as the process of selecting calls for proposals and monitoring beneficiaries being considered fragile. In this context, we prepared the document Planning, execution and monitoring of the student assistance policy: a management proposal (PEMPAE) as proposals for Adjusting the Evaluative Barema and Flowcharts of actions for Budget Planning and attention to permanence and success and Execution, Monitoring and Control of the benefit. We believe it was possible to broaden our understanding of the profile of students and the social and educational situation at the IFSertãoPE Salgueiro Campus, which led to

suggestions for actions aligned with their needs, with a view to reducing or remedying obstacles defined by the research subjects. Finally, it is suggested that communication between the institution's sectors and subjects be strengthened, that public data be more publicised and that invitations to participate in decision-making spaces be launched in such a way as to strengthen participatory and democratic management, extending beyond the sector that is said to be responsible.

Keywords: student assistance; budget; provision of aid; socio-economic vulnerability; permanence and success.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – **Análise comparativa dos dados acadêmicos e execução da assistência estudantil no *Campus* Salgueiro**……..36

Gráfico 2 – **Relação entre os indicadores Agravantes de vulnerabilidade x Raça/Etnia**…….……56

Gráfico 3 – **Relação entre os indicadores Agravante de vulnerabilidade x Benefício Social**…….....58

Gráfico 4 – **Relação entre os indicadores Agravante de vulnerabilidade x Grupo familiar**……60

Gráfico 5 – **Relação entre os indicadores Alfabetização x Trabalho x Ocupação do principal responsável familiar**…….61

Gráfico 6 – **Relação entre os indicadores Renda *per capita* x Cidade de moradia**…….……62

Gráfico 7 – **Relação entre os indicadores Renda *per capita* X Localidade de moradia**……64

Gráfico 8 – **Relação entre os indicadores Renda *per capita* x Agravante de vulnerabilidade**……65

Gráfico 9 – **Relação entre os indicadores Renda *per capita* x Grupo familiar..…….**66

Gráfico 10 – **Taxa de ingresso dos alunos no IFSertãoPE e no *Campus* Salgueiro (2017 - 2023).....….…..** 68

Gráfico 11 – **Taxa de retenção dos alunos no IFSertãoPE e no *Campus* Salgueiro (2017 - 2023).....….…..** 69

Gráfico 12 – **Local de moradia dos estudantes…….……**72

Gráfico 13 – **Autoavaliação da situação educacional no IFSertãoPE e escola anterior**……74

Gráfico 14 – **Formas de acesso a informações sobre oferta de auxílios…….…..…**76

Gráfico 15 – **Formas de busca por orientações e/ou tira-dúvidas sobre auxílios....**76

Gráfico 16 – **Principais dificuldades encontradas no processo de inscrição em Editais da AE**……...…77

Gráfico 17 – **Tempo na condição de beneficiário da PAE…….……..…**78

Gráfico 18 – **Injustiças na seleção do edital da AE…….……**79

Gráfico 19 – **Avaliação da PAE na permanência estudantil……..……..**81

Gráfico 20 – Principais dificuldades de permanência no curso……..…...…82
Gráfico 21 – Avaliação dos auxílios ofertados pela AE……..……....83
Gráfico 22 – Demanda por auxílios não ofertados……..……83
Gráfico 23 – Participação dos discentes no acompanhamento do orçamento da AE..85
Gráfico 24 – Tempo de atuação na Comissão permanente de AE…….89
Gráfico 25 – Nível de atuação e conhecimento da PAE……..…89
Gráfico 26 – Principais reclamações e insatisfações da comunidade acadêmica.…92
Gráfico 27 – Ajuste no valor e número de vagas dos auxílios ofertados……...93
Gráfico 28 – Análise dos tipos de auxílios ofertados…….94
Gráfico 29 – Auxílio não ofertado que apresenta demanda……...95
Gráfico 30 – Procura da comunidade acadêmica por informações sobre orçamento..101
Gráfico 31 – Percepção sobre nível de conhecimento dos estudantes sobre sistema bancário e nível de informação sobre pagamentos…….101
Gráfico 32 – Avaliação da PEMPAE quanto a Linguagem e clareza, Conteúdo e Estética……...110
Gráfico 33 – Avaliação das propostas descritas na PEMPAE……..…..…110
Gráfico 34 – Possibilidade de uso das propostas descritas na PEMPAE..……..…111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – **Atualização do valor dos auxílios em 2023 …….…..**38
Quadro 2 – **Levantamento das normativas e resoluções da Assistência Estudantil ..**50
Quadro 3 – **Levantamento dos editais da Assistência Estudantil .……..…**53
Quadro 4 – **Renda familiar não declarada…….……..…….**67
Quadro 5 – **Sugestão para melhor uso do recurso da assistência estudantil o qual atenda às necessidades dos estudantes ……..……**85
Quadro 6 – **Sugestão para que assistência estudantil garanta a permanência no decorrer do curso…….**86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – **Levantamento de indicadores sociais e educacionais……**42
Figura 2 – **Dificuldades encontradas pelos estudantes (e sua família) ao decidir estudar no IFSertãoPE ……..……..**72
Figura 3 – **O que é assistência estudantil para os estudantes ……..…..**75
Figura 4 – **Principais injustiças na seleção do edital de assistência estudantil …….** 79
Figura 5 – **O que é assistência estudantil para os membros da comissão permanente de AE ……..**90
Figura 6 – **Autoavaliação da contribuição no planejamento e execução da política pela comissão permanente de AE……..…..**92
Figura 7 – **Principais critérios no planejamento e oferta dos auxílios …….……..**93
Figura 8 – **Avaliação sobre o recebimento do benefício pelo estudante (contínuo ou não contínuo) ……..…..…**96
Figura 9 – **Sugestões de melhoria da PAE pelos membros da comissão permanente..**98
Figura 10 – **O que é assistência estudantil para os servidores do DAP …….**99
Figura 11 – **Sugestões para o planejamento e execução da PAE no *campus* Salgueiro. ……**102
Figura 12 – **Análise da PAE no *campus* Salgueiro……....**103
Figura 13 – **Sugestões de ajustes no Barema Avaliativo ……..**107
Figura 14 – **Planejamento Orçamentário e atenção à permanência e êxito.…….**108
Figura 15 – **Execução, Monitoramento e Controle do benefício …….**108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxílio Estudantil
CAA	Centro Acadêmico do Agreste
CPAE	Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil
CF	Constituição Federal
CONSUP	Conselho Superior
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DAP	Departamento de Administração e Planejamento
DPAE	Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IFECTs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSertãoPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PAE	Política de Assistência Estudantil
PEMPAE	Planejamento, execução e monitoramento da política de assistência estudantil: uma proposta de gestão
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
SAE	Sistema de Assistência Estudantil
SESu	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	20
2	**REFERENCIAL TEÓRICO**	24
2.1	**Breve histórico da relação educação e trabalho**	24
2.2	**A política de assistência estudantil como estratégia na garantia do direito à Educação**	28
2.3	**A questão orçamentária e financeira na política de assistência estudantil do *campus* Salgueiro**	32
2.3.1	Uma Revisão Sistemática de Literatura sobre o orçamento nas instituições da RFEPCT	33
2.3.2	O Percurso orçamentário: da LOA ao *Campus*	34
2.3.3	Os limites da questão orçamentária no *Campus* Salgueiro	35
3	**METODOLOGIA**	41
3.1	**Caracterização dos participantes da pesquisa**	44
3.2	**Tratamento e análise de dados**	47
4	**RESULTADOS E DISCUSSÕES**	49
4.1	**Normativas da assistência estudantil nos IFECTs: o que dizem sobre orçamento?**	49
4.2	**Correlação dos principais indicadores sociais e educacionais**	55
4.2.1	Agravante de vulnerabilidade x Raça/Etnia	56
4.2.2	Agravante de vulnerabilidade x Benefício Social	58
4.2.3	Agravante de vulnerabilidade x Grupo familiar	59
4.2.4	Alfabetização x Trabalho x Ocupação	61
4.2.5	Renda Per capita x Cidade de moradia	62
4.2.6	Renda Per capita x Localidade de moradia	64
4.2.7	Renda Per capita x Agravante de vulnerabilidade	65
4.2.8	Renda Per capita x Grupo familiar	66
4.2.9	Outros indicadores relevantes	67
4.3	**Aplicação do questionário: o que dizem os estudantes, comissão CPAE e membros do DAP quanto ao planejamento e execução da política de Assistência Estudantil?**	70
4.3.1	Estudantes beneficiários da assistência estudantil	71
4.3.2	Membros da comissão permanente de assistência estudantil	88
4.3.3	Servidores do DAP	99
4.4	**Produto Educacional**	104
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	113
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICE A	123
	APÊNDICE B	126
	APÊNDICE C	131
	APÊNDICE D	135

APÊNDICE E 139
APÊNDICE F 141
APÊNDICE G 143
APÊNDICE H - PRODUTO EDUCACIONAL 145

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute o orçamento da Política de Assistência Estudantil (PAE) no *Campus* Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), com base na utilização de indicadores como critérios para divisão e uso do recurso. Os sujeitos da pesquisa são os estudantes, público-alvo da política; os membros da Comissão Multidisciplinar Responsável pelos Assuntos da Assistência Estudantil do *Campus* Salgueiro, composta por docentes, técnicos-administrativos em educação e discentes, pois atuam diretamente na divisão dos recursos e no acompanhamento da política e os servidores do Departamento de Administração e Planejamento (DAP), pois contribuem diretamente para a execução da política.

Amparada no direito constitucional à educação e garantia das condições de acesso e desenvolvimento no âmbito escolar, a assistência estudantil foi inicialmente instituída pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (Brasil, 2007), do Ministério da Educação (MEC), restrita às instituições ligadas à Secretaria de Educação Superior (SESu). Em 2010 o programa se consolida enquanto Decreto Federal n° 7.234/2010 (Brasil, 2010a) e passa a abranger os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs). Somente em 2024, a Lei nº 14.914/ 2024 (Brasil, 2024a) entra em vigor, instituindo a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PNAES atua na perspectiva de assegurar condições de permanência aos discentes de forma democrática, reduzindo os efeitos das desigualdades com vistas à inclusão social através da educação e inova ao garantir subsídios financeiros e orçamentários para as políticas institucionais serem implementadas. No IFSertãoPE, a PAE é regida pela Resolução n° 46/2015 do Conselho Superior – CONSUP (Brasil, 2015a) e coaduna com a proposta do programa ao priorizar o atendimento aos estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda *per capita* inferior a 1,5 salário mínimo, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Deste modo, a assistência estudantil realiza ações destinadas a grupos socialmente excluídos e historicamente privados de significativos direitos, pois, para além do acesso aos espaços educacionais proporcionados pelas políticas afirmativas, é necessário prover condições de os estudantes permanecerem e concluírem seus cursos, bem como possibilitar uma formação integral.

Para os estudantes oriundos de grupos socialmente vulneráveis, as barreiras encontradas neste percurso formativo são bem mais amplas e complexas. São fatores que

permeiam a sua dinâmica de vida e podem implicar em retenção ou evasão escolar, segundo Pontes e Assis (2023): a necessidade proeminente pela manutenção da subsistência familiar, resultando na escolha pelo trabalho ao estudo; a falta de recursos materiais e financeiros para custeio de despesas regulares no curso ou mesmo para prover o deslocamento diário e/ou alimentação; as dificuldades de aprendizagem devido ensino anterior deficitário; a dificuldade de adaptação à nova rotina escolar com elevada carga horária etc.

Embora o objetivo desta pesquisa vincule-se ao custo orçamentário dos auxílios estudantis, vale destacar que a PAE vai além do simples repasse financeiro, contemplando três programas distintos (Brasil, 2015a): programas universais destinados ao atendimento de todo o corpo discente; programa de apoio a pessoas com necessidades educacionais específicas, atuando na perspectiva de inclusão deste grupo e programas específicos, que, com recorte socioeconômico, atendem discentes por meio dos benefícios assistenciais.

Considerando o foco em auxílios que envolvam recursos financeiros, justifica-se a pesquisa centrada nos Programas Específicos, pois entende-se que suprem uma demanda imediata e imprescindível, com enfoque social na garantia do direito à educação. Por se referir ao custeio de despesas básicas para manutenção na instituição, os auxílios tornam-se a principal referência quando se discute a assistência estudantil.

O PNAES abrange 10 áreas de atuação, a saber: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Contudo, diante da limitação orçamentária, comumente oferta-se apenas as áreas de maior prioridade.

Os auxílios ofertados no *Campus* Salgueiro são alimentação, transporte e moradia. Há ainda a oferta da Bolsa Atleta, que visa desenvolver treinamento em determinadas modalidades esportivas; é de caráter sazonal e condicionada à proposição anual de projeto. A CPAE do *campus* é responsável pelo planejamento e acompanhamento da oferta dos auxílios, a partir da definição dos auxílios disponibilizados, valor do benefício e número de vagas.

É válido frisar que atuo profissionalmente como Assistente Social na educação pública federal desde 2017, inicialmente na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e, a partir de 2022, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), *Campus* Salgueiro. Em todo o percurso de trabalho estive atuando na Assistência Estudantil, no processo de planejamento, execução e avaliação da política.

A PAE, tanto na universidade quanto no instituto, está amparada no PNAES e, deste modo, compartilham dos mesmos objetivos e princípios. Nessa trajetória profissional, foi

visto em ambos os contextos a dificuldade de definir objetivamente como distribuir o recurso orçamentário, sendo comum pautar-se sobretudo nas experiências anteriores, naquilo que teve êxito ou não.

Nesse contexto, vivencia-se um cenário regressivo em relação ao valor orçamentário disponibilizado, o qual não acompanha a alta demanda identificada nos processos seletivos. Diante da inquietação em realizar um melhor uso do (pouco) recurso disponibilizado, em consonância com as características e necessidades dos estudantes, surge a necessidade de realizar esta pesquisa.

Este estudo foi motivado pela necessidade de investigar indicadores que possam auxiliar na análise e divisão do recurso orçamentário, alinhado aos critérios próximos das realidades dos estudantes e justifica-se no intuito de proporcionar uma distribuição que considere as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no *Campus* Salgueiro, que são o público-alvo da política.

A relevância desta proposta de pesquisa está em propor para a comunidade acadêmica um modelo de divisão de recursos orçamentários considerando indicadores sociais e educacionais que refletem no uso otimizado do recurso público. Este modelo auxiliará aos membros da CPAE do *campus*, a gestão institucional e poderá ser utilizado como parâmetro em outros *campI* ou instituições. A oferta de auxílios de forma eficiente contribui na garantia da permanência e êxito dos estudantes, conforme propõe a política.

O estudo baseou-se na seguinte questão de pesquisa: como definir a oferta de auxílios da assistência estudantil no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE alinhado a critérios próximos das realidades dos estudantes, a partir do orçamento anual destinado à CPAE?

Sugere-se que pontuar indicadores sociais e educacionais que revelem o perfil dos discentes e a realidade estudada, bem como fortalecer a gestão participativa e democrática são premissas necessárias para adequar as ações da gestão do recurso público às reais necessidades dos sujeitos da política. Os objetivos da pesquisa estão listados abaixo:

Objetivo geral: propor um modelo eficiente e alinhado aos critérios próximos às realidades dos estudantes para divisão de recursos da assistência estudantil do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, a partir do orçamento anual destinado à Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE).

Objetivos específicos:

- Identificar as formas de divisões para uso do recurso da assistência estudantil utilizadas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- Analisar o financiamento da assistência estudantil e suas variáveis de influência na divisão de recursos orçamentários.
- Avaliar o modelo de divisão de recursos proposto sob a perspectiva dos participantes desta pesquisa.

Para atender aos objetivos propostos e responder o problema de pesquisa, realizamos uma pesquisa de cunho exploratória, com uma abordagem quanti-qualitativa. Como procedimento, utilizamos do estudo de caso, pesquisas bibliográfica e documental, bem como do uso do questionário estruturado misto como técnica. O tratamento dos dados ocorreu com o uso da estatística descritiva e análise de discurso.

A estrutura deste trabalho a seguir é composta por: um capítulo que discutirá as bases teóricas utilizada na pesquisa, relacionando ao contexto da assistência estudantil no *Campus* Salgueiro e ao perfil socioeconômico dos estudantes, com destaque para a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), que aborda a questão orçamentária e financeira na execução da política de assistência estudantil; um capítulo é dedicado a apresentar a metodologia proposta para guiar o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista os objetivos propostos; um capítulo detalha a análise dos dados, apresentando os resultados e discussão sobre as normativas da AE dos IFECTs, as correlações entre os indicadores sociais e educacionais definidos para estudo, o resultado dos questionários aplicados quanto a percepção do planejamento, execução e monitoramento da assistência estudantil e as considerações sobre o livro digital PEMPAE; por fim, apresentamos as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma abordagem histórica da relação entre educação e trabalho, destacando o papel da EPT na formação em uma perspectiva emancipatória e inclusiva para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Também são discutidas ações do Estado para garantir o direito à educação por meio de políticas públicas. Por fim, apresentamos a questão orçamentária da política de AE no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE.

2.1 Breve histórico da relação educação e trabalho

Para aprofundar esta discussão, se faz necessário compreender o contexto sócio-histórico da educação, já que, historicamente, há na sociedade uma expressa relação de marginalização das classes subalternas, que pode ser identificada também no contexto da educação. Ao discutir o ensino profissional, Nascimento (2020) destaca que, no período do Brasil Império, as ações de formação profissional eram esporádicas, ganhando maior consistência somente com o processo de urbanização e industrialização. Nesse contexto, criam-se abrigos de forma concomitante às instituições de formação destinadas aos pobres, órfãos, abandonados e desvalidos, na perspectiva da reeducação. A aprendizagem de ofícios promovida por instituições religiosas, filantrópicas e da sociedade civil e mais tarde pelo governo, é marcada pelo assistencialismo, moralidade e reeducação, tornando-se socialmente útil e vantajoso às classes dominantes.

Vale destacar que, em toda história da humanidade há uma relação entre trabalho e educação. Considerando o trabalho no sentido ontológico como uma ação humana marcada pela intencionalidade, Saviani (2011) esclarece que o ser humano, a fim de garantir sua existência, atua e transforma a natureza, adaptando-a a suas necessidades, ao mesmo tempo que também é transformado. Logo, “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo” (Saviani, 2007, p. 154). Deste modo, a educação é uma exigência do e para o processo de trabalho, na assimilação de aspectos culturais os quais formarão o ser humano, o diferenciando dos animais, e na busca por formas adequadas de alcançar tal ação, que irão se desenvolvendo coletivamente e historicamente. Com o surgimento da propriedade privada e a divisão social em classes (classe dominante detentora dos meios de trabalho e classe trabalhadora), o trabalho e educação se distanciam: o trabalho ganha características de exploração e a educação ganha contornos de dualidade, segundo Saviani (2007).

Assim, a educação é marcada por uma dualidade, oferta formações diferentes que estão diretamente relacionadas com a classe social de origem, o que resulta em funções e futuros pré-definidos em atividades intelectuais ou manuais. Ramos (2008) aponta que a dualidade educacional pode ser considerada uma manifestação da dualidade social, sendo necessária uma constante e coletiva luta contra-hegemônica. Essa discussão passa pelo conceito de formação humana integral, consoante Ramos (2014), pois busca-se, através da educação firmada em bases político-pedagógicas sólidas, superar essa divisão histórica e social do trabalho, entre o executar e o pensar.

Portanto, a formação humana integral, ao desenvolver diversas dimensões do saber humano e ampliar as visões de mundo, pode ensejar possibilidades de superação ao que está posto, especialmente àqueles estudantes oriundos de famílias socialmente vulneráveis. Assim, uma perspectiva de emancipação passa pela necessidade de uma política pública efetiva sob o prisma da permanência e êxito, atrelada às questões próprias do contexto escolar e social o qual vivenciam.

Grasmci (1968 *apud* Saviani, 2007), ao apresentar a concepção de escola unitária, que seria equivalente à educação básica no contexto brasileiro, esclarece que é no Ensino Médio que deve ocorrer a articulação entre teoria e prática, relacionando-se ao trabalho concreto, norteado pela politecnia, isto é, superar a mera execução e reprodução de atividades. Assim, além de desenvolver as habilidades e compreender os fundamentos gerais, é necessário relacioná-los à conjuntura produtiva, visando a criatividade e autonomia.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é importante ressaltar as potencialidades institucionais para a promoção da formação cidadã. Reitera-se o papel do ensino integrado como local de formação em sua plenitude: nas dimensões ético, política e crítica, sob o risco de se tornar o que Gramsci (1968 *apud* Saviani, 2007) denominou de "cemitérios da cultura", marcados pela passividade e academicismo, como reforça Saviani (2007).

Contudo, Ciavatta (2008) alerta quanto às correlações de forças políticas existentes, pois somente no final do século XX e início dos anos 2000 há regulamentações em defesa no Ensino Médio da integração entre formação geral e educação profissional, técnica e tecnológica. Ela conclui então que "o trabalho não é necessariamente educativo, depende das condições de sua realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que se gera" (Ciavatta Franco, 1990 *apud* Ciavatta, 2008, p. 413).

Ao discutir sobre a relação entre escola e os diferentes processos de formação, Moura (2014) indica que o Ensino Médio no cenário de capitalismo contemporâneo é perverso e

pensado para uma minoria. Os filhos da classe trabalhadora estão em sua maioria nas escolas públicas estaduais; apenas uma pequena parte acessa a rede federal, a qual proporciona uma melhor formação, resultando no seguimento aos estudos ou uma melhor colocação profissional, bem como na perspectiva de formação crítica.

Moura (2014) destaca ainda que o Ensino Médio é o período de maior relação com o mundo do trabalho, pois os filhos de classes trabalhadoras geralmente são obrigados a trabalhar antes dos 18 anos. Assim, em um contexto de relações hegemônicas sob o imperativo do capitalismo neoliberal, a superação visando a uma sociedade justa é numa perspectiva futura, sendo o Ensino Médio Integrado "o germe da formação humana integral" (Moura, 2014, p. 16). Parte-se, assim, do pressuposto de que a formação crítica, o desenvolvimento da autonomia e emancipação humana são o alicerce para o fortalecimento da classe trabalhadora.

Ao analisar o contexto do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, em relação ao perfil socioeconômico dos estudantes, conforme dados do ano-base 2023, na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) (Brasil, 2023a), identifica-se que uma parcela expressiva dos estudantes ainda não informaram sua renda. Vale frisar que esse dado pode influenciar na destinação do recurso orçamentário às instituições, bem como a ampliação desta informação proporciona uma análise mais fidedigna do perfil dos estudantes. A prevalência na limitação dessa informação é observada nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT): conforme a PNP, em 2023 a média nacional é de 28,95% de estudantes que não declararam a renda; no IFSertãoPE é de 51,50% e no *Campus* Salgueiro é de 45,46%. Nota-se que a média no IFSertãoPE é consideravelmente superior à da Rede federal.

Conforme Brasil (2023), no *campus* Salgueiro do IFSertãoPE, dentre os matriculados e que declararam a renda (54,54%), 65% destes tem renda de até 0,5 salário mínimo *per capita*. Este valor sobe para 90% quando considerado a faixa de até 1,5 salário mínimo *per capita*, isto é, esses discentes possuem perfil para o programa de assistência estudantil. Esse dado coaduna com dados apresentados em pesquisa realizada pelo IBGE, Brasil (2023e) quanto à distribuição percentual da população total por rendimento domiciliar no ano de 2022, que demonstra o retrato da desigualdade social da população no país: 60,1% viviam com até 1 salário mínimo *per capita*; 31,8%, com 1 a 3 salários mínimos *per capita*; e 8,1%, com mais de 3 salários mínimos *per capita*, ou seja, 91,9% da população tem até 03 salários mínimos *per capita*. Essa taxa é ampliada quando analisamos o estado de Pernambuco, em que 79,3% das famílias têm *per capita* de até 1 salário mínimo, e 96,5% até 3 salários

mínimos *per capita,* indicando um perfil de vulnerabilidade de expressivo grupo populacional.

Estes grupos sociais já são, portanto, um grupo que, para além das dificuldades intrínsecas à sua condição socioeconômica, quando optam por um ensino de referência, comumente exige-se grandes esforços (espaciais, culturais e econômicos) para sua manutenção na instituição.

Infere-se, com base nos dados supracitados, que no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE os discentes, em sua maioria, têm realidades de vida marcadas pelas diversas expressões das desigualdades sociais oriundas das relações na sociedade capitalista, que foram definidas por Iamamoto (2001) como *questão social*. Para a autora, a "análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho" (Iamamoto, 2001, p. 10). Em um contexto de precarização das condições do trabalho e exclusão social, no qual a educação pode se tornar secundária, a assistência estudantil se revela como um instrumento para democratizar as condições de permanência e conclusão do curso e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais.

Dito isto, na análise da relação entre educação, trabalho e estudantes vulneráveis socioeconomicamente, há um papel institucional - e social - em potencializar suas estruturas e ferramentas, buscando o ingresso, permanência e êxito dos estudantes. É necessário instigar, durante toda a trajetória de formação, capacitar para além da instrumentalidade, permitindo que seja um espaço de reflexão, do pensar e do agir crítico, da real formação de agentes transformadores de realidades.

Em uma perspectiva de transformação social realizada nos e pelos indivíduos, utiliza-se nesta pesquisa da Pedagogia Histórico Crítica - PHC (Saviani, 2011), que destaca o papel intermediário das instituições educacionais no processo de formação humana. O autor frisa a necessidade de aliar a realidade prática social ao saber sistematizado, de forma a ampliar a compreensão do real, numa perspectiva crítica e emancipatória. Como salienta Jesus, Santos e Andrade (2019), a PHC reflete sobre os conceitos de formação humana integral, politecnia e princípio educativo da escola unitária, a fim de contribuir nas condições atuais de educação brasileira como uma ponte para superar a divisão de saber e atingir a omnilateralidade.

Nesse contexto, a permanência e êxito estudantil, especialmente aos grupos socialmente vulneráveis, passa pela análise e uso do recurso orçamentário de forma eficiente, o qual reconheça as especificidades e necessidades do seu público-alvo, a fim de garantir que a oferta de auxílios ocorra de forma eficaz, atendendo plenamente a todos que deles

demandem.

A seção a seguir reflete sobre a implementação das políticas públicas na perspectiva de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e garantir direitos básicos, mas também atravessadas por características próprias da conjuntura capitalista ao qual estão inseridas.

2.2 A política de assistência estudantil como estratégia na garantia do direito à Educação

A política de AE está inserida dentro do amplo cenário da Educação, que é um elemento basilar na sociedade contemporânea a fim de promover o desenvolvimento humano e social. Andrada (2021) e Pontes e Assis (2023) ressaltam que na educação a garantia do acesso e a permanência de todos os indivíduos é um direito constitucionalmente assegurado, se tornando um compromisso social. Este direito está previsto no artigo 206 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e no artigo 3° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, 1996), regulamentos estes de referência nacional, fruto de amplos debates e lutas diante de uma cenário de correlação de forças sociais e políticas tendencialmente de natureza neoliberal[1].

Com base nas contribuições de Cunha *et al* (2022), a educação de qualidade é uma ferramenta para o desenvolvimento crítico do indivíduo, reconstrução da sua realidade e mobilidade social. Contudo, o direito à educação representa uma árdua luta, principalmente para estudantes das classes menos favorecidas, que vivenciam situações de vulnerabilidade, a exemplo da insuficiência de recursos financeiros, exigindo a priorização do trabalho em detrimento ao estudo, e mesmo quando acessam instituições de ensino, os custos como alimentação, transporte e material escolar podem inviabilizar sua permanência.

Para Castel (1997, p. 26), o conceito de vulnerabilidade está relacionado a “um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional”. Neste sentido, o autor considera as relações sociais e de trabalho no seu conceito, sendo a vulnerabilidade um ponto intermediário entre o que definiu de zonas de integração e desfiliação, no qual está presente a fragilidade de vínculos, de redes de apoio e de trabalho.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2004) relaciona o conceito

[1] Essa ideologia coloca o mercado no centro das relações e defende a mínima intervenção do Estado na economia. Nesse contexto, a classe burguesa está em hegemonia, as desigualdades sociais aumentam e os direitos da classe trabalhadora são progressivamente desmontados. Vale destacar que a mercantilização dos produtos e serviços alcança inclusive a oferta de educação.

de vulnerabilidade social a vivências

> (...) decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (Brasil, 2004, p. 33).

É possível afirmar que a vulnerabilidade ultrapassa a questão de trabalho e renda, referindo-se também a outros aspectos sociais, como acesso a serviços e garantia de direitos, relações familiares e vínculos afetivos, raça, etnia, deficiência e possíveis estigmas e obstáculos, fatores estes que determinarão as condições de vivência na sociedade. É nesse contexto, e considerando seu sentido amplo, que utiliza-se também o termo vulnerabilidade socioeconômica para definir tais situações. Para Kowarick (2003), este termo traduz a vulnerabilidade civil nos quais os indivíduos não alcançam os direitos básicos de cidadania em um contexto de ações da proteção estatal de pouca envergadura.

Ao discutir os desafios da política de AE, Kowalski (2012) reitera o conceito de vulnerabilidade relacionando a insuficiência de recursos e limitação nas oportunidades de melhoria da condição social em que se encontra determinado grupo e frisa que as IFES, na execução da política de AE, bem como o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) também utilizam do termo vulnerabilidade socioeconômica de forma equivalente ao de vulnerabilidade social. Logo, conclui-se que o conceito de vulnerabilidade socioeconômica ultrapassa a questão financeira e abrange todo o contexto de relações históricas e sociais.

As políticas de assistência são estratégias que visam a mitigar os efeitos das desigualdades sociais. Assim, o termo assistência estudantil tem ganhado ênfase nas pesquisas da última década, relacionado aos procedimentos contra a retenção e evasão e à promoção da permanência estudantil, conforme Souza e Artuso (2022). Contudo, ainda são incipientes as pesquisas sobre a assistência estudantil no contexto do Ensino Médio integrado dos IFECTs de acordo com Andrada (2021), sendo ampliadas nos últimos anos após a criação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Em relação ao conceito dos termos permanência e êxito, na sua análise, Oliveira (2021) relaciona a permanência “ao sentimento de pertencimento à instituição, com a participação ativa nas atividades” (Oliveira, 2021, p. 52); o êxito está associado “além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e

sociais, à preparação para o trabalho e para a cidadania" (Oliveira, 2021, p. 52).

Para Oliveira e Carmo (2019), a permanência refere-se a um fenômeno que possui uma interdependência com o termo acesso. Para os autores, a permanência representa o "direito que o estudante possui de iniciar e concluir seus estudos com qualidade, gozando de todo o suporte acadêmico, social e político disponíveis nas instituições de ensino públicas em que estão matriculados até concluírem os estudos" (Oliveira e Carmo, 2019, p. 78).

Em uma perspectiva filosófica, Reis (2016) define um tipo ideal de permanência com foco na ideia de tempo e transformação, deste modo conceitua como "o ato de durar no tempo, que possibilita não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e de existência" (Reis, 2016, p. 74).

Nos conceitos de permanência apresentados, verifica-se que os autores coadunam com a ideia de continuidade, que é expressa na realização de ações que promovam uma transformação do ser. Relacionam-se, ainda, à garantia de direitos no ambiente escolar, por ser um momento imprescindível para a constituição do ser social.

Neste sentido, vale destacar a importância da Nota Técnica n. 282 de 2015 (Brasil, 2015b), com ações detalhadas pela Nota informativa n. 138 de 2015 (Brasil, 2015c), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) ao propor o enfrentamento das causas da evasão e retenção a partir de termos reversos, com a indicação de Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos estudantes, contribuindo também para a propagação do uso dessas terminologias.

No que se refere aos estudos da assistência estudantil no Ensino Médio com vistas à promoção da permanência e êxito, Pontes e Assis (2023) salientam que os níveis de evasão escolar são elevados e é necessário a atuação institucional na compreensão de todos os fatores envolvidos (pessoais e institucionais) a partir da escuta dos sujeitos, para sua superação. Uma pesquisa realizada pelo IFSertãoPE em 2023 teve a finalidade de conhecer o perfil dos estudantes evadidos entre 2010 e 2022 e os fatores que os levaram a interromper seus estudos. Segundo Cassimiro (2024), foi constatado que os fatores pessoais são as principais causas da evasão, com ênfase na dificuldade de conciliar estudo e trabalho, apontada como crucial por 47,6% dos participantes; em seguida, são apontados fatores externos à instituição como limitações de vagas e baixa remuneração no mercado de trabalho, dificuldade de realização de estágio e dificuldade de transporte; como fatores internos à instituição, são apontados a rigidez das disciplinas, metodologia de ensino, falta de apoio e inserção profissional e ambiente para realização de refeições. Logo, fatores ligados ao trabalho e renda são destaque nas 03 categorias como motivo para interrupção dos estudos.

Há uma parcela de contribuição dos auxílios estudantis na permanência e êxito escolar, contudo os motivos para retenção e evasão são bem mais complexos, segundo Pontes e Assis (2023). No contexto atual, entende-se que o repasse financeiro é indispensável, mas não é por si só suficiente para suprir as necessidades e dificuldades intrínsecas das condições sociais ao qual este público está submetido. Desta forma, a relação entre educação e trabalho se faz, em uma primeira análise, também no cotidiano dos estudantes de famílias vulneráveis, pela árdua escolha entre estudar ou se alimentar, pensar em melhores oportunidades no mundo do trabalho através da educação formal ou prover as necessidades imediatas de sobrevivência.

Cabe destacar que embora não seja de forma isolada um fator de superação das dificuldades, a opção desta pesquisa com recorte dentro da política de assistência estudantil aos auxílios estudantis (repasse financeiro) se justifica por compreendermos que atua em uma necessidade imediata e impreterível. Reflete-se que, embora busque garantir o custeio de necessidades básicas para frequentar a instituição educacional (como alimentação e transporte), nem sempre são acessadas e desfrutadas por todos os estudantes que dela necessitam.

Hofling (2001) esclarece que, no contexto neoliberal, as políticas públicas são compensatórias e focalizadas. Como uma característica própria da reprodução do capitalismo, os programas irão atender pontualmente a demanda a que se propõe, e assim, não busca alterar as relações sociais que a determinam. Deste modo, “o que prevalece é a focalização, seletividade e residualidade, com ênfase na lógica do cobertor curto, onde é definida a parte que ficará descoberta e que conseguirá suportar melhor as intempéries” (Prada e Surdine, 2018, p. 285).

As políticas públicas refletem o Estado em ação no qual demonstra o nível de proteção do Estado, segundo Hofling (2001). Entretanto, por estarem inseridas no interior de um Estado com características capitalistas, é intrínseca a intenção de manutenção do projeto político, econômico e social hegemônico. Logo, tem-se uma PAE limitada e com investimentos regressivos que restringem o alcance da permanência e êxito de estudantes da educação pública federal, podendo inclusive inviabilizá-la. Deste modo, o contexto histórico nos revela como se delinearam as determinações identificadas no âmbito das relações sociais e econômicas.

Em um contexto social no qual é necessário constante vigilância e luta para assegurar direitos, o apoio e a participação dos sujeitos das políticas é essencial. A escuta dos anseios, dificuldades e perspectivas dos estudantes auxiliam na realização de ajustes e melhoria na

gestão de uma política, o que pode ser potencializada quando se torna uma prática contínua e preventiva. Defende-se, portanto, a necessidade de gestão participativa e democrática. Conforme Paro (2002), a educação é intrinsecamente política e democrática pois ao tempo em que o indivíduo se constrói na sua historicidade, que tem uma dimensão política, também reconhece o outro como sujeito, legitimando uma convivência pacífica e cooperativa que trabalha em favor da democracia. Nesse sentido, o autor defende que a escola não é neutra, mas atua vinculada a uma concepção de sociedade e de mundo. Assim, aponta para a necessidade de uma administração escolar que tenha na sua base a democratização e defesa contrária aos interesses de dominação.

Paro (2002) alerta ainda sobre a ocorrência de práticas escolares que podem resultar em uma democracia meramente formal:

> Não é incomum observarem-se escolas em que, não obstante a existência de mecanismos democráticos de participação nas decisões, como eleição de diretores, conselho de escola, grêmio estudantil, associação de pais, e outros, a situação de ensino permanece autoritária, contrariando o preceito administrativo básico de adequação entre meios e fins. Mas se a situação de ensino se beneficia de uma visão administrativa, o administrativo beneficia-se também de uma abordagem pedagógica, o que significa não haver motivo para não se utilizar o caráter intrinsecamente democrático da educação nas demais instâncias administrativas da escola. (Paro, 2002, p. 20)

Neste sentido, entende-se que é necessário a defesa dos interesses da classe trabalhadora por meio da ampla proteção social, a fim de atender plenamente todos que dela necessitem e, de forma concomitante, utilizar os recursos financeiros disponíveis de forma eficiente, diante da sua limitação, em uma ação alinhada com as necessidades da população usuária do serviço, sendo este o foco desta pesquisa.

A seção seguinte discutirá o orçamento da assistência estudantil e os limites na execução da política no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, a fim de subsidiar a análise acerca das possibilidades de fortalecimento da permanência dos estudantes.

2.3 A questão orçamentária e financeira na política de assistência estudantil do *campus* Salgueiro

Ao considerar um recurso orçamentário que segue uma estagnação nos últimos anos, a fim de garantir a continuidade e eficácia da política é importante definir parâmetros que

auxiliem na proposta da divisão dos recursos para obter um ajustamento entre as ofertas anuais de auxílios estudantis, o alcance dos objetivos do Programa e os interesses e necessidades da comunidade acadêmica, dentro dos limites orçamentários disponíveis.

As subseções a seguir discutem o orçamento da assistência estudantil a partir das limitações orçamentárias nos últimos anos e seu impacto na execução da política, detalha o processo de definição do recurso desde a definição em Lei orçamentária até o valor que chega aos *Campus* e apresenta o contexto orçamentário do *Campus* Salgueiro do IFsertãoPE.

2.3.1 Uma Revisão Sistemática de Literatura sobre o orçamento nas instituições da RFEPCT

Ao realizar a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) sobre a questão orçamentária e financeira na execução da política de AE nos IFECTs a partir de base de dados digitais, com recorte entre os anos 2008 a 2023, Rocha e Oliveira (2023) apresentam que a discussão da temática no âmbito dos IFECTs ainda é incipiente, quando comparado ao contextos das Universidades Federais, justificando a ampliação de pesquisas nesta área.

Segundo Rocha e Oliveira (2023), em um estudo publicado pelos autores, há um consenso que a questão orçamentária da assistência estudantil apresenta uma defasagem e insuficiência do recurso disponibilizado, a qual implica em uma oferta focalizada de auxílios em algumas áreas do programa, uma menor oferta do número de vagas e consequentemente uma lista de espera de estudantes aptos no perfil socioeconômico para acessarem os auxílios, mas inicialmente impossibilitados. Assim, se faz necessário o uso otimizado do recurso público existente, concomitante à busca por sua ampliação.

Goin e Miranda (2022, p. 417) ressaltam que, pelo caráter não universal da política, a dotação orçamentária é quem define as possibilidades da oferta. Nesse contexto, em um processo burocrático de análise socioeconômica, a seletividade dos candidatos a partir do "escalonamento da pobreza" impera e as reais necessidades dos estudantes ficam em um segundo plano.

Com base em Silva e Silva (2021), a formulação do PNAES enquanto Decreto Federal em 2010 (Brasil, 2010a), representa uma conquista ao assegurar destinação orçamentária através da Lei Orçamentária Anual (LOA), que, no caso dos IFECTs, refere-se à ação 2994 – Assistência ao educando da educação profissional.

O compromisso com a disponibilização de recursos para a assistência estudantil também está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que dispõe na estratégia 11.12 "elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil

e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio" (Brasil, 2014, p. 11). Na primeira metade dos anos 2010, vê-se incentivos os quais permitiram que o recurso se tornasse expressivo e permitisse o desenvolvimento das ações com maior amplitude, obtendo resultados em termos sociais, pedagógicos e psicológicos aos estudantes.

Entretanto, a partir de 2016 o orçamento passa por um congelamento, seguido de reiterados bloqueios e cortes nos anos seguintes. Silva e Silva (2021) destacam o impacto na execução da política, com a necessidade de contemplar apenas parte dos estudantes que dela dependam, bem como utilizar fontes de recursos do custeio para manutenção dos pagamentos da assistência estudantil. Moraes e Almeida (2023) acrescentam que esse período histórico foi marcado por difíceis escolhas nas instituições federais de ensino superior, com dificuldades de custeio inclusive das despesas correntes, como limpeza, energia, água, insumos e vigilância.

Melo, Bax e Marques (2022) relacionam a limitação de atendimento ao público perfil da política devido à insuficiência de recursos e discute os impactos na permanência e êxito. Fica constatado que há uma relação direta entre a condição de beneficiário dos auxílios e o desempenho acadêmico; porém, o não acesso aos auxílios ou o recebimento em um valor insuficiente para custeio das despesas ao qual se destina podem resultar na evasão dos estudantes.

A seção a seguir apresenta o caminho político e econômico, bem como os critérios utilizados para definição do orçamento da assistência estudantil de cada *campus* das instituições da RFEPCT.

2.3.2 O Percurso orçamentário: da LOA ao *Campus*

O valor anual para as despesas do Governo, incluindo o destinado ao MEC, é estimado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e definido na Lei Orçamentária Anual (LOA) a cada ano, com a proposição pelo Poder Executivo, porém com a necessária deliberação e aprovação pelo Poder Legislativo. As ações estimadas devem estar alinhadas com as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Com o orçamento definido, há a necessidade de utilização de critérios para divisão até às unidades. Nesse contexto, conforme o manual de metodologia de composição de cálculos elaborado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica - CONIF (Brasil, 2022a), o Fórum de Planejamento (FORPLAN) teve um papel fundamental ao analisar, desde meados de 2016, os valores de execução nos *campi*. Em 2021, passa-se a utilizar uma metodologia específica na construção da Matriz CONIF de 2022, a fim de definir o montante destinado aos *Campi* e Reitoria diante do valor já estabelecido pelo MEC. A portaria nº 646, de 25 de agosto de 2022 (Brasil, 2022b), institui a Matriz de Distribuição Orçamentária, que é um instrumento de distribuição anual do orçamento às instituições que compõem a RFEPCT. Vale frisar o art. 5°, que destaca que o recurso orçamentário a ser distribuído é fixado pelo MEC.

Para o cálculo da matriz orçamentária de um ano, utilizam-se dados da PNP do ano anterior e considera-se, para definição da Matriz Orçamentária os blocos: Funcionamento, Reitoria/Direção-geral, Qualidade e Eficiência e Assistência Estudantil, e os seguintes indicadores: n° de matrícula total de cada instituição, eficiência acadêmica, relação aluno-professor presencial, Marcos Legais do Curso Técnico, da Formação de Professores e da Educação de Jovens e Adultos e Renda Familiar *Per capita*.

A Assistência Estudantil é um dos blocos a serem considerados na Matriz Orçamentária e sua distribuição ocorre a nível de unidades acadêmicas. A alteração na metodologia de cálculo do recurso da Assistência Estudantil visou alcançar os discentes com renda *per capita* mais baixa, isto é, mais vulneráveis socialmente. Para fins de cálculo, deixa-se de utilizar-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município e passa a centrar-se em faixas de renda familiar *per capita*, sendo atribuído maior peso às faixas mais baixas de renda.

Vale enfatizar que, a partir da matriz 2024, todo o cálculo irá considerar apenas o fator matrículas equalizadas pela renda, e não mais o valor de IDH, conforme Brasil (2022a). Assim, é de fundamental importância que as instituições possuam as informações relativas à declaração de renda dos discentes alimentadas na PNP, a fim de não serem prejudicadas no seu orçamento pelos dados incompletos.

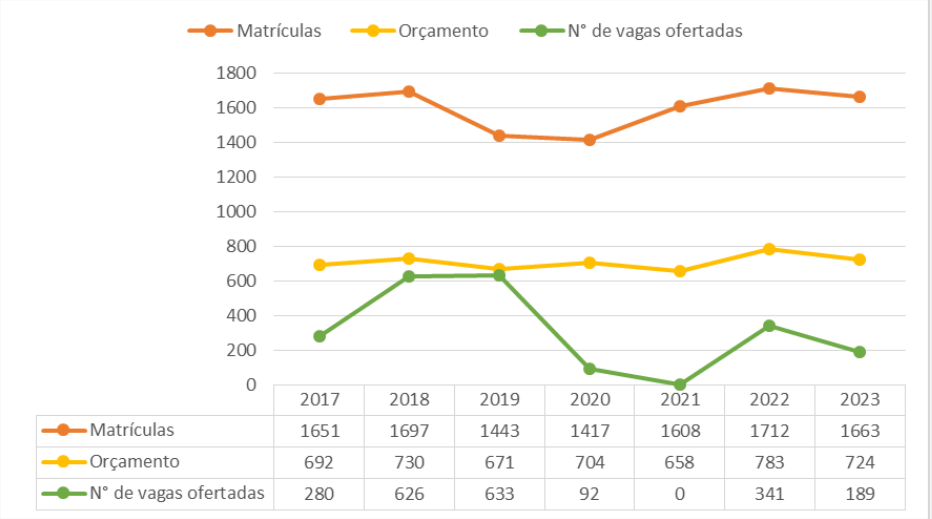
A seção a seguir apresenta o orçamento da assistência estudantil no *campus* Salgueiro do IFSertãoPE e como tem ocorrido sua distribuição e uso nos últimos anos.

2.3.3 Os limites da questão orçamentária no *Campus* Salgueiro

Anualmente, define-se na Lei Orçamentária o recurso para execução da PAE no *Campus* Salgueiro, com o objetivo de atender estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica. O gráfico 1 combina dados da Plataforma Nilo Peçanha - PNP (Brasil, 2023a), Sistema de Assistência Estudantil - SAE (Brasil, 2023b) e Painel de Execução Orçamentária e Financeira (Brasil, 2023c) e demonstra que o orçamento apresentou pequenas variações entre aumentos e diminuições no período de 2016 a 2023. Assim, diferente de outras realidades identificadas nas pesquisas, não houve um corte no orçamento destinado a PAE, mas uma estagnação. Os anos 2019 e 2021 apresentam os menores valores de orçamento ao passo em que o número de matrículas nas diversas modalidades de ensino ofertadas tem um progressivo aumento a partir de 2019. Nota-se, portanto, que o recurso não acompanha uma evolução que permita a continuidade dos atendimentos dos atuais beneficiários e dos ingressantes.

Gráfico 1 – Análise comparativa dos dados acadêmicos e execução da assistência estudantil no *Campus* Salgueiro



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Matrículas	1651	1697	1443	1417	1608	1712	1663
Orçamento	692	730	671	704	658	783	724
N° de vagas ofertadas	280	626	633	92	0	341	189

Fonte: pesquisa direta.

Até 2019, o período de recebimento dos auxílios vinculava-se ao ano corrente, isto é, o vínculo de beneficiário ocorria até o final do ano letivo, quando passa-se a considerar a duração de recebimento até a conclusão do curso. Em 2022, altera-se este item ao frisar a duração do benefício até a conclusão do período regular do curso. Deste modo, identifica-se que a política passa a assegurar ao estudante o seu vínculo aos programas de assistência estudantil durante o curso. De acordo com o gráfico 1, o número de matrículas tende a aumentar a partir de 2019, por outro lado, o valor orçamentário segue um nível de estabilidade.

É válido esclarecer que nos anos 2020 e 2021 a oferta de auxílios cai expressivamente,

com 92 e 0 vagas, respectivamente, pois este estudo considerou apenas a oferta dos auxílios regulares – Alimentação, Transporte e Moradia – no qual teve um impacto na sua oferta devido ao período da Pandemia de covid-19, sendo o recurso destinado a auxílios provisórios e condizentes com as necessidades do período, como: auxílio inclusão digital, Projeto alunos conectados (oferta de Tablet's e Chips) e *kits* de gêneros alimentícios.

O auxílio inclusão digital visava a dar condições aos estudantes para acompanhar as atividades acadêmicas e reposição de aulas de forma remota no período de isolamento social devido ao contexto pandêmico. Destinou-se a todos os estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio Integrado, Subsequente, Proeja e Ensino Superior com renda *per capita* mensal familiar de até um salário mínimo e meio e que não possuem acesso aos equipamentos digitais e/ou internet.

Em 2020, foi realizada a oferta de subsídio financeiro para adquirir equipamento digital, no valor de R$800,00 reais, com a disponibilização de 160 vagas, sendo contemplados 291 discentes. Também ofertou-se subsídio financeiro para contratação de serviço de internet, no valor de R$75,00 reais, com a disponibilização de 350 vagas, e 195 discentes contemplados. Em 2021, passou a ofertar a concessão de *tablets* em regime de comodato (empréstimo), sendo disponibilizado 210 vagas, com 151 discentes contemplados.

O projeto do governo federal intitulado "alunos conectados" objetivava a oferta de *chips* como auxílio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas fora do *campus* e a garantia do processo de ensino e aprendizagem no período de isolamento social a estudantes com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Destinou-se a todos os estudantes regularmente matriculados que não possuem acesso à internet ou a possuem em baixa qualidade.

Foram contemplados 61 discentes com *chips*: em 2020 quando a oferta era por manifestação de interesse houve 01 contemplado; em 2021 foram ofertadas 199 vagas, sendo contemplados 60 discentes.

A oferta de *kits* de gêneros alimentícios objetivava distribuir alimentos advindos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o período de suspensão de aulas, devido à covid-19, aos discentes do Ensino Médio Integrado, subsequente e Proeja. A adesão para recebimento ocorreu por manifestação de interesse, sendo contemplados 182 discentes: 26 em 2020 e 156 em 2021.

Com o controle da pandemia em 2022, é retomada a oferta dos auxílios regulares. Entretanto, conforme gráfico 1, se a oferta volta a subir em 2022, este valor cai para pouco mais da metade em 2023, ano em que os valores são reajustados:

Quadro 1 – Atualização do valor dos auxílios em 2023

Tipo de auxílio	Valor anterior	Valor atualizado	% de aumento
Auxílio-Alimentação	R$110,00	R$150,00	36,4%
Auxílio-Transporte	R$150,00	R$200,00	33,4%
Auxílio-Moradia	R$110,00	R$300,00	173%

Fonte: pesquisa direta.

Conforme quadro 1, a porcentagem de aumento dos valores é expressiva no auxílio moradia quando comparado aos outros auxílios, o que pode estar relacionado à defasagem em relação ao preço dos aluguéis na região e a tentativa de subsidiar integralmente ou o mais próximo do valor, tendo em vista que é um custo contínuo e vinculado à formalização de contrato.

Deve-se considerar ainda que à medida que há um número crescente de estudantes que estão assegurados na condição de beneficiário durante o seu curso, o valor orçamentário está comprometido com essa demanda. Assim, acompanhar e realizar medidas preventivas referentes à taxa de retenção é essencial para garantir que a conclusão do curso ocorra no tempo devido e permita novas vagas aos ingressantes. Vale esclarecer que o benefício por um tempo prolongado é uma ação necessária e justa, a fim de evitar a descontinuidade e a fragmentação da política ao estudante comprovadamente em perfil de vulnerabilidade social.

Como destaca Silva e Silva (2021), não há parâmetros ou indicações de formas de distribuição e uso do recurso orçamentário. Habitualmente, é gerenciado com base na experiência da utilização no ano anterior e na demanda do corpo docente identificada no início do ano letivo, que tem um viés por vezes direcionado apenas às visitas técnicas.

Como estratégia para apreender as necessidades dos estudantes e melhor distribuir o recurso orçamentário da assistência estudantil, Anjos (2019) destaca a importância da gestão com a participação dos estudantes. Silva e Silva (2021) ressaltam a possibilidade da implantação de um conselho gestor, no qual integre a comunidade interna e externa, como um modelo democrático de decisão sobre o uso do recurso orçamentário.

A resolução 46/2015 do CONSUP/IFSertãoPE (Brasil, 2015a), que atualmente embasa as ações da assistência estudantil no IFSertãoPE, define no item 7.3:

> Têm por critério o quesito socioeconômico e a não duplicidade de matrículas na rede pública de ensino. Todo o processo deverá ter acompanhamento da equipe multiprofissional responsável pela Assistência Estudantil no campus e os critérios de seleção serão orientados pelo Decreto nº 7.234 de julho de 2010 e estarão condicionados às disponibilidades orçamentário-financeiras de cada campus (Brasil, 2015a, p. 12).

É possível identificar que as ações da assistência estudantil que envolvem o perfil socioeconômico e são o enfoque deste trabalho também seguem na compreensão de que as necessidades e vulnerabilidades apreendidas pela comissão local de assistência estudantil são condicionadas *a priori* pela disponibilidade orçamentário-financeira.

Prada e Surdine (2018), em análise a partir dos Regulamentos da assistência estudantil dos IFs, concluem que algumas instituições preveem a divisão percentual de recursos entre os Programas universais e seletivos. Mas, de forma geral, regulamenta-se apenas a execução das ações, não o financiamento.

No que se refere à definição do valor dos auxílios, alguns IFECTs apresentam uma porcentagem máxima em relação ao salário mínimo para definir o valor, conforme Prada e Surdine (2018). Nesse contexto, é definido apenas uma margem de possíveis valores que serão definidos em cada *campus*, geralmente com a contribuição de assistentes sociais. A não definição do valor em normativas, para as autoras, permite que ocorram os ajustes necessários de acordo com a realidade local, porém pode representar também um espaço de correlação de forças:

> Além disso, a possibilidade de diferentes sujeitos – como as assistentes sociais, os diretores gerais e de ensino, o colégio de dirigentes, a pró-reitoria de ensino, a comunidade (sem definição dos que a compõe) e os professores ou técnicos responsáveis – definirem como serão destinados os recursos, tanto para os programas universais como para os seletivos, revela o jogo de forças que ocorre por tais recursos no interior das instituições. Essas relações ficam mais evidentes ao identificarmos que um dos IFs estabelece que os valores dos auxílios sejam fixados a critério da administração (Prada e Surdine, 2018, p. 277-278).

Assim, a gestão dos recursos deve ser realizada com parâmetros claros e transparentes e ações bem delineadas a fim de fortalecer o desenvolvimento da política. Desta forma, esta pesquisa permite a análise de possibilidades de melhor uso do recurso orçamentário, no

intuito de colaborar para o alcance da política àqueles que dela necessitam e contribuir para a permanência e êxito dos estudantes.

A seção a seguir abordará a metodologia adotada na pesquisa, detalhando o processo de coleta e tratamento dos dados.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta as etapas e procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento deste trabalho. Esta pesquisa se caracteriza, conforme descrito a seguir, à luz de Appolinário (2012), através da intervenção em problemas concretos e imediatos. No intuito de realizar um estudo que resulte em novos conhecimentos e melhor compreensão de contextos sociais, quanto à finalidade esta pesquisa é do tipo Aplicada, pois atuamos em uma problemática identificada na execução da Política de AE, que pode limitar seus objetivos de apoio à permanência estudantil de discentes em situação de vulnerabilidade social.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, esta é exploratória. Segundo Marconi e Lakatos (2017b), além de ampliar a proximidade com um tema, este tipo de pesquisa permite desenvolver hipóteses, modificar e esclarecer conceitos. Gil (2012) acrescenta ainda que este tipo de pesquisa permite formular problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores. Neste sentido, observa-se a inesgotável fonte que é a pesquisa, em que as respostas encontradas irão pressupor novas perguntas, objeto de novas pesquisas.

Com a finalidade de propor um modelo de divisão de recursos da assistência estudantil condizente com as necessidades dos estudantes do *campus* Salgueiro, este estudo amplia o conhecimento sobre a temática, com foco em uma lacuna concreta que é a insuficiência de recursos, o que sugere a necessidade de uso otimizado. O *locus* de pesquisa é o *Campus* Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), que localiza-se na Rodovia BR 232, Km 508, s/n, na zona rural do município de Salgueiro-PE.

O *campus* iniciou suas atividades em 2010, com a autorização de funcionamento pela Portaria nº. 1170, de 21 de setembro de 2010, do MEC (Brasil, 2010b). Atualmente oferta 03 cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) (Agropecuária, Edificações e Informática), 02 Subsequentes (Agropecuária e Edificações), 03 cursos superiores (Licenciatura em Física, Tecnologia em Alimentos e Sistemas para Internet) e 05 especializações (DocentEPT, Interculturalidade e Decolonialidade na Educação Escolar Indígena e Quilombola, Metodologias do Ensino de Línguas, Recursos Hídricos para o Semiárido e Ensino de Ciências da Natureza e Matemática) e 01 mestrado profissional (ProfEPT).

O *Campus* Salgueiro nos cursos presenciais atende estudantes da cidade de Salgueiro-PE além de cidades e estados circunvizinhos, como: Serrita, Verdejante, Cabrobó, Orocó, Terra Nova, Parnamirim, Cedro e Mirandiba, no Pernambuco e, Penaforte e Jati, no

Ceará. Nos cursos a distância, seu âmbito de atuação alcança quase todas as unidades federativas.

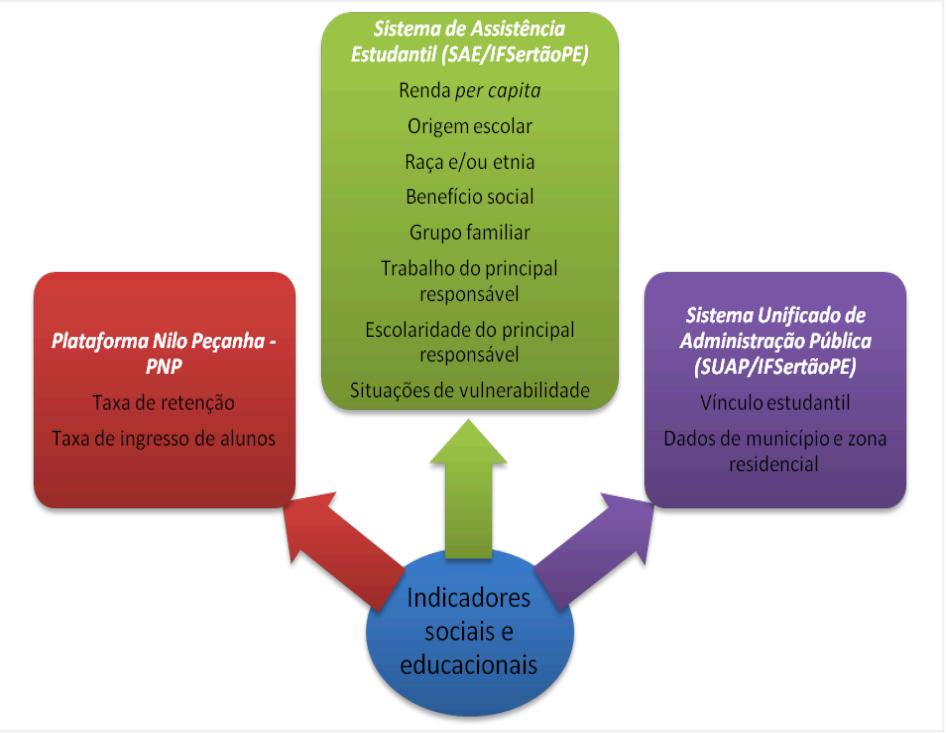
Com base em dados do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP - (Brasil, 2023d), de dezembro de 2023, há 1.446 estudantes com vínculo de matrícula no IFSertãoPE - *Campus* Salgueiro -, em todas as modalidades de cursos ofertados. Na assistência estudantil, a qual contempla apenas discentes matriculados em cursos presenciais nas categorias de Ensino Médio, subsequente, proeja e superior, em dezembro de 2023, constam 322 beneficiários; destes, 165 são do Ensino Médio Integrado.

A pesquisa teve como sujeitos os estudantes beneficiários da política, os membros da comissão que atuam ou atuaram junto à CPAE e os servidores do DAP, pois realizam notável contribuição na execução da política.

Deste modo, inicialmente estudamos como os demais IFs realizam as divisões para o uso do recurso da AE, no intuito de compreender quais os parâmetros utilizados nesta ação. Realizamos busca e análise nas Resoluções que normatizam as políticas institucionais de AE dos 38 IFECTs atualmente existentes a fim de verificar se havia previsão quanto à distribuição do recurso conforme os tipos de auxílios e definição de valores.

Com um enfoque no IFSertãoPE, analisamos como tem ocorrido o financiamento da AE no *Campus* e as possíveis variáveis de influência na divisão dos recursos orçamentários. Com base nos dados disponíveis na PNP, no SUAP/IFSertãoPE e SAE/IFSertãoPE, buscou-se delinear um possível perfil dos estudantes, a partir dos indicadores sociais e educacionais. A escolha destas variáveis *a priori* se justificou por delinear o perfil educacional e socioeconômico dos estudantes e seus grupos familiares e por se tratar de dados disponíveis para acesso nos sistemas supra indicados, como demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Levantamento de indicadores sociais e educacionais



Portanto, a abordagem utilizada foi a quanti-qualitativa. Appolinario (2012) indica que não há pesquisa completamente qualitativa, nem completamente quantitativa, e sim preponderância de uma delas, pois encontra-se em um "*contínuo entre esses dois extremos*" (Appolinario, 2012, p. 60, grifo nosso). Para o autor, na pesquisa tendencialmente qualitativa há uma interação e envolvimento subjetivo do pesquisador com o objeto de estudo, na perspectiva de compreensã; já no formato quantitativo, há uma neutralidade do pesquisador, com atuação através do uso da estatística na apreciação de variáveis predefinidas.

Para Appolinario (2012, p.107), as variáveis de uma pesquisa científica são "aspectos ou as propriedades daquilo que examinares" e estão diretamente relacionadas ao intuito da investigação. Na presente proposta, utilizamos sob a égide quantitativa os indicadores sociais e educacionais supracitados, a fim de permitir uma análise ampliada do perfil dos estudantes.

Em relação à pesquisa qualitativa, Yin (2016, p. 29) cita algumas características, dentre elas "representar as opiniões e perspectivas das pessoas [...] de um estudo; [...] abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; [...] e esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte". Tendo em vista o intuito de compreender determinado fenômeno sob a perspectiva dos membros que atuam na CPAE local, esta foi uma ferramenta apropriada para compreensão do contexto multifacetado que perpassa as ações e decisões. Além disso, a fim de complementar a análise sobre o perfil

dos estudantes a partir de indicadores, houve a análise dos limites da política, bem como apreensão das reais necessidades dos estudantes do *Campus* Salgueiro.

Neste sentido, a pesquisa utilizou das abordagens quantitativa e qualitativa a fim de obter uma melhor análise mediante os objetivos previamente definidos. A análise dos dados se dará com o método de análise de conteúdo, utilizando-se das contribuições de Bardin (1977) para a parte qualitativa e estatística Descritiva para a parte quantitativa.

3.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

A população desta pesquisa foi constituída por estudantes do EMI do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE que são beneficiários ativos da política, atualmente 165 estudantes, por membros da comissão que atua junto à CPAE, conforme Portaria(s) dos últimos dois anos e por servidores do DAP (chefe do departamento e membros da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira) que atuam ou atuaram na execução da política de AE. A coleta de dados ocorreu através da pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário estruturado misto.

A amostra definida utilizou-se da estratégia de coleta completa indicada por Flick (2013, p. 77) na qual "todos os casos de uma população serão incluídos no estudo". Por serem grupos com estudantes dos cursos de Agropecuária, Edificações e Informática do EMI, que cursam 1°, 2° ou 3° ano, com trajetórias pessoais e educacionais diversas e peculiares, entende-se que ficam contemplados os critérios de heterogeneidade e representatividade ressaltados pelo autor. Busca-se um percentual entre 30% e 40% do total de estudantes alcançados pela Política de AE, com representatividade dos cursos da unidade.

Realizou-se um recorte temporal de análise do financiamento para a AE no *campus* a partir de 2017. Na análise dos indicadores, considerando que os dados sistematizados no SAE ocorreram em 2022, o ano de referência para traçarmos um possível perfil socioeconômico dos estudantes foi 2022-2023.

Como procedimento, esta pesquisa foi realizada por meio de Estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental. O estudo de caso foi utilizado a fim de abordar vários aspectos (indicadores) que estão relacionados com os objetivos da AE, sob o ponto de vista de diferentes sujeitos, a fim de atender às necessidades do seu público-alvo, que são os estudantes. Como apontam Marconi e Lakatos (2017a), este procedimento permite apreender uma determinada situação utilizando de forma conjunta vários fenômenos.

A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio da Revisão Sistemática de Literatura - RSL (Rocha e Oliveira, 2023) sobre a temática no contexto contemporâneo, o que permitiu conhecer e relacionar o problema de pesquisa a outros contextos e realidades, similares ou não.

Para análise das formas de divisão do recurso nos IFs, mapeamento do recurso orçamentário e estudo das variáveis que possam contribuir para divisão dos recursos orçamentários, utilizou-se da pesquisa documental. Deste modo, listou-se como possibilidades os arquivos públicos (como os arquivos jurídicos), arquivos particulares (a exemplo de instituições públicas) e fontes estatísticas vinculadas a órgãos oficiais. Foi realizado consulta nos sistemas de dados SAE, SUAP e PNP, em documentos institucionais que normatizam a AE e legislações que orientem as ações no âmbito do MEC.

Para identificar as limitações e potencialidades em relação à PAE na perspectiva dos sujeitos da pesquisa e avaliar a proposta de produto educacional, a técnica escolhida foi a aplicação de um questionário estruturado misto. Segundo Gil (2012), a técnica do questionário representa um agrupamento de questões a fim de obter informações, resultando em dados orientados pelos objetivos propostos. Ressalta-se que esta técnica permite alcançar um número considerável de pessoas, oportunizando que o respondam de acordo com sua disponibilidade.

Por outro lado, Marconi e Lakatos (2017b) apontam desvantagens na utilização do questionário, como a incerteza quanto ao interesse dos informantes em responderem ao questionário e que sua realização não se dê necessariamente pela pessoa indicada na pesquisa, além de possíveis atrasos no cumprimento de prazos. Neste sentido, uma forma de minimizar estas dificuldades foi vincular a pesquisa ao e-mail institucional dos participantes, e apresentar uma proposta breve, clara e atrativa, sensibilizando os usuários da importância da sua participação.

As perguntas do questionário misto foram compostas de formulações abertas e fechadas. Para Marconi e Lakatos (2017b), as perguntas abertas ocorrem quando a resposta é realizada de forma livre, o informante é quem a propõe, com suas próprias palavras; e fechadas, quando já há possíveis respostas a serem assinaladas. Buscou-se organizar as perguntas de forma estruturada com o intuito de padronizar as informações necessárias para atender aos objetivos propostos.

A pesquisa com os estudantes permitiu conhecer os interesses e necessidades deste público, de forma a complementar a análise dos indicadores estabelecidos. A participação da comissão que atua na AE, composta por técnicos administrativos em educação, docentes e

estudantes, auxiliou a compreender as limitações e potencialidades no trabalho desenvolvido na execução da política. A contribuição dos servidores do DAP permitiu embasar a pesquisa com o olhar de quem atua fora do âmbito da CPAE, mas com essencial participação na execução da política. Após a proposição do produto educacional, foi realizado avaliação pelos dois últimos grupos para fins de análise do modelo indicado.

Foi utilizado para aplicação do questionário a ferramenta *Google Forms*, que é um aplicativo para cadastro e disponibilização de questionários personalizados a qual permite agrupar os resultados em uma planilha e de forma segura ao arquivar os dados no *Google Drive*. Para os participantes foi disponibilizado o Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A), Registro de assentimento livre e esclarecido para adultos não alfabetizados, crianças, adolescentes e pessoas legalmente incapazes (Apêndice B) e/ou Termo de consentimento livre e esclarecido para pais ou responsáveis legais de adultos não alfabetizados ou juridicamente incapazes (Apêndice C) para assinatura, contendo informações detalhadas sobre a pesquisa.

Além do convite por email, foram realizados dois encontros presenciais. Em um primeiro momento, houve a divulgação da pesquisa e apresentação do(s) Termo(s) de assinatura (Apêndices A, B e C). Quando houve a necessidade de assinatura pelos pais e/ou responsáveis, foi entregue o Termo de forma física para devolução em data acordada com os participantes; aos estudantes maiores de 18 anos o Termo foi disponibilizado para assinatura de forma física; nos demais participantes, foi criado um formulário na ferramenta *Google Forms* com o Termo na íntegra, para concordância dos voluntários na pesquisa. Vale frisar que, a partir do sistema SUAP é possível identificar a idade dos participantes. No segundo encontro, foi intermediado a disponibilização do Laboratório de Informática para acesso aos computadores, a fim de promover a acessibilidade digital àqueles que desejam participar.

Neste estudo, propôs-se ao convite para participação da pesquisa através da resposta ao questionário (Apêndice D) a 165 estudantes, número de beneficiários que integram o Ensino Médio. Aos membros da AE, o questionário (Apêndice E) buscou alcançar os integrantes que compõem ou já comporam portaria para este fim nos últimos dois anos. Em relação aos servidores do DAP que contribuem na execução da política de AE, o convite de resposta ao questionário (Apêndice F) foi realizado a 03 profissionais. Ressalta-se que trata-se de questionários personalizados para cada grupo em pesquisa e por se tratar de perguntas e finalidades distintas; nos casos em que algum participante se enquadre em mais de um grupo, poderá responder mais de um questionário.

Após os dados coletados, foi necessário transformá-los em informações que demonstrassem os aspectos identificados pelos sujeitos da pesquisa, nos documentos e base de dados averiguados, a fim de estabelecer relações com os objetivos propostos nesta pesquisa. A partir destas informações, elaborou-se o produto educacional e disponibilizou-se o questionário de avaliação (Apêndice G) aos membros da AE e do DAP.

3.2 Tratamento e análise de dados

Os dados coletados por meio da aplicação de questionário foram analisados qualitativa e quantitativamente, conforme questões abertas e fechadas, respectivamente; já os dados obtidos a partir da pesquisa documental foram analisados descritivamente.

A análise quantitativa dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, que conforme Appolinário (2012, p. 150), "representa o conjunto de técnicas que tem por finalidade descrever, resumir, totalizar e apresentar graficamente dados da pesquisa". Deste modo, a partir dos resultados encontrados na pesquisa documental e aplicação do questionário, mediante a frequência de ocorrências e as variáveis previamente estabelecidas no estudo, foi possível elaborar informações concisas que serão demonstradas através de gráficos.

A análise qualitativa dos dados se deu através da técnica de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977, p. 38), na qual realiza a "análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens", considerando a finalidade da pesquisa. Os procedimentos de análise passam da descrição à interpretação, mediados pela inferência, conforme a autora.

Esta técnica permitiu dar voz aos participantes da pesquisa e auxiliou na apreensão das suas narrativas, a fim de integrá-los como sujeitos ativos e desvendar perspectivas enquanto sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977) é composta de 03 fases: inicia-se pela organização dos dados, no sentido de verificar o que de fato será aproveitado na análise, seguido da codificação em unidades de registro e unidade de contexto e, por fim, a categorização, através do agrupamento de dados, orientados pelos objetivos previamente definidos.

Nesta pesquisa, nas respostas abertas ao questionário, considerando a finalidade da pergunta, realizamos a leitura dos trechos, separando-os em grupos conforme repetições das

unidades e categorizando em conceitos centrais. As principais categorias foram apresentadas através de figuras.

A pesquisa em questão foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos para avaliação, através do Certificado de apresentação para apresentação ética n° 82460024.0.0000.8052, com aprovação em 29 de outubro de 2024, pelo Parecer n° 7.191.808, com início da coleta de dados posterior a esta data, em atenção aos princípios éticos e técnicos exigidos.

Em relação a possíveis riscos da pesquisa, destacou-se que não houve riscos à integridade física dos participantes, pois não envolveu esforços ou atividades com este fim. Em relação aos dados próprios à dinâmica de vida privada e social do estudante, e às relações e percepções na dinâmica profissional e institucional dos membros que atuam na AE e no DAP, comprometemo-nos a garantir o sigilo das informações, bem como o respeito à escolha de desistência em qualquer etapa do processo, se for o caso.

A seção seguinte discutirá os principais resultados identificados nas pesquisas bibliográfica e documental, no processo de aplicação de questionário semiaberto aos participantes da pesquisa e na proposta de produto educacional desenvolvida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os principais resultados encontrados no decorrer da pesquisa com foco na melhor distribuição e uso do recurso orçamentário da PAE. Inicialmente, aponta-se os dados identificados na literatura e nos documentos que norteiam a política das instituições da RFEPCT. Em seguida, discutimos alguns indicadores educacionais e sociais dos estudantes do *Campus* Salgueiro, os resultados da aplicação do questionário aos grupos pré-selecionados e, por fim, o livro digital PEMPAE enquanto produto educacional proposto e seus desdobramentos.

Há, comprovadamente, um impacto positivo quando se considera o recebimento dos auxílios estudantis na redução das taxas de retenção e evasão, o que consequentemente auxilia na permanência e êxito, contudo o cenário de recessão orçamentária e financeira resulta na priorização da oferta de alguns auxílios em detrimento a outros, de acordo com Rocha e Oliveira (2023). Deste modo, a seção a seguir visa realizar um levantamento das normativas da assistência estudantil dos IFECTs de todo o país a fim de mapear indicações de uso otimizado do recurso frente à elevada demanda pelos auxílios.

4.1 Normativas da assistência estudantil nos IFECTs: o que dizem sobre orçamento?

Com o intuito de identificar as formas de divisões para uso do recurso da assistência estudantil utilizadas nos IFECTs, realizou-se a análise documental das normativas e resoluções que norteiam a execução da assistência estudantil dos 38 IFECTs do país. Na análise, toma-se como referência a resolução que orienta a política de assistência estudantil na instituição e um Edital de um dos *campus* de cada IFECTs, ano 2024, para identificar informações relativas à questão orçamentária e oferta de auxílios a partir de tópicos norteadores. Os quadros 02 e 03 apresentam os resultados encontrados.

Ao analisar as resoluções, 07 tópicos foram selecionados para a análise. A análise dos critérios para divisão/uso de recursos no campus teve o objetivo de conhecer se há essa previsão e, em caso afirmativo, conhecer quais são os critérios utilizados. A fonte do recurso orçamentário é um importante indicador para conhecer se habitualmente é utilizado apenas o recurso da AE ou se há recursos adicionais. Buscou-se ainda conhecer se há indicação de divisão percentual entre programas e no limite de valores dos auxílios, a fim de nortear a definição dos valores e distribuição entre programas essenciais e universais. A inclinação à gestão para definição de ações foi escolhida por ser um fator que demonstra o nível de

participação e influência das gestões macro na execução da política. Por fim, a existência de comissão ou comitê designado para atuar na AE e indicação de planejamento participativo demonstram a abertura da instituição para ações e decisões coletivas.

No quadro 2, apresentamos os resultados deste levantamento:

Quadro 2 – Levantamento das normativas e resoluções da Assistência Estudantil

	Critérios para divisão/uso de recursos no *campus*	**Fonte dos recursos**	**Indicação de divisão % entre programas**	**Indicação de limite de valores dos auxílios**	**Indicação da gestão (Reitoria, Pró-reitoria ou DG) na definição de ações**	**Existência de comissão ou comitê designado para atuar na AE**	**Indicação de planejamento participativo**
IFAL					✔	✔	✔
IFBA	✔	✔	✔	✔		✔	✔
IF Baiano		✔				✔	✔
IFCE	✔	✔	✔	✔			✔
IFMA	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔
IFPB		✔				✔	✔
IFPE						✔	✔
IFSertãoPE		✔				✔	✔
IFPI	✔	✔			✔	✔	✔
IFRN							✔
IFS	✔		✔	✔	✔	✔	✔
IFAC		✔					
IFAP	✔		✔	✔	✔		✔
IFAM		✔	✔			✔	✔
IFPA					✔		✔
IFRO		✔		✔	✔	✔	
IFTO	✔	✔	✔	✔		✔	✔
IFRR		✔	✔			✔	✔
IFB	✔	✔	✔		✔		✔
IFMT	✔	✔			✔	✔	✔
IFMS	✔		✔		✔		
IFG	✔	✔			✔	✔	✔
IFGoiano					✔		✔
IFES						✔	✔
IFRJ	✔	✔		✔	✔	✔	
IFF							
IFMG	✔	✔	✔			✔	✔

IFNMG	✔	✔				✔	✔
IFSUDESTEDEMINAS		✔			✔	✔	✔
IFSULDEMINAS	✔	✔	✔				✔
IFTM		✔			✔		
IFSP	✔		✔		✔	✔	
IFRS	✔	✔	✔			✔	✔
IFFarroupilha	✔					✔	✔
IFSUL	✔	✔			✔		✔
IFPR	✔	✔					
IFSC		✔			✔	✔	✔
IFC	✔	✔			✔	✔	✔

Fonte: pesquisa direta.

Considerando o questionamento central referente aos critérios para divisão e uso do recurso no *Campus*, identifica-se que 21 dos 38 IFECTs (55%) preveem orientações quanto à distribuição do recurso. Neste quesito, as regiões centro-oeste e o sul são destaque ao apresentar 80% e 83%, respectivamente, de suas instituições que contemplam esse quesito na execução da PAE.

No levantamento realizado e apresentado no quadro 2, em relação às normativas e resoluções da assistência estudantil dos IFECTs , destacam-se os seguintes critérios:

- Faixas de valor do auxílio conforme grau de vulnerabilidade ou faixas de renda, pontuado por Assistentes Sociais;
- Realização de Estudo de demanda;
- Escuta à comunidade estudantil sobre suas necessidades;
- Considera a experiência do ano anterior e o perfil da demanda atendida;
- Análise dos indicadores: IDH, perfil de renda *per capita*, perfil socioeconômico, número de discentes e taxa de evasão;
- Análise da estrutura e necessidades do *campus* e das características locais/regionais.

Dito isso, é possível verificar que são elementos essenciais no processo de análise e divisão do recurso conhecer o perfil socioeconômico do público-alvo, identificar as suas principais necessidades ao analisar o contexto regional no qual está inserido e de forma participativa incluir os discentes nos espaços decisórios a fim de acolher e propiciar uma política alinhada às suas reais necessidades.

As normativas e resoluções que abordam a PAE em 72% das instituições apresentam informações referentes à fonte de recurso originário para execução das suas ações. Nos documentos foram encontradas menções que explicam a definição em LOAs do recurso orçamentário ao SETEC/MEC, o tipo de fonte orçamentária e tipo de natureza da despesa. Foi comum indicações de recurso complementar pela instituição, sempre que possível, tendo em vista assegurar a execução das ações previstas nas normativas.

Em 14 das 36 instituições estudadas foram encontradas uma indicação de divisão percentual entre seus programas. Geralmente a PAE contém programas ditos essenciais, direcionados ao público com baixo perfil socioeconômico e/ou considerável grau de vulnerabilidade, e programas universais, que contempla os serviços e ações de profissionais e auxílios de cunho meritocrático. Há ainda programas direcionados a grupos específicos, que desenvolvem estudos e ações, a exemplo do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

Ao passo que é dado uma certa autonomia aos *campi* para direcionamento dentro das faixas de valor indicadas para uso conforme cada realidade, vê-se uma prevalência de cerca de 80% do recurso destinado aos programas de cunho essencial, demonstrando o papel da política em priorizar e assegurar aos estudantes oriundos das classes trabalhadores condições de permanência e conclusão do curso. Vale dar ênfase também às instituições de quase todas as regiões, exceto a sul, que apresentam indicação de limite de valores dos auxílios. É tomado como base faixas de valor do salário mínimo, com sugestões “a partir de” ou de “até” x% do salário mínimo vigente.

Um dado que foi expressivo na análise refere-se à indicação da gestão na definição de ações da assistência estudantil, percebido em 50% dos IFECTs. Estas decisões estiveram centradas na Reitoria, Pró-reitoria, Colégio de Dirigentes ou Direção Geral. Uma importante reflexão se faz necessária ao considerarmos que toda e qualquer decisão precisa estar embasada em critérios bem delineados e com a presença de todos os envolvidos na política, especialmente os discentes (público-alvo) e os servidores que cotidianamente lidam com o seu planejamento, execução e avaliação. Deste modo, a gestão participativa e democrática é

basilar na condução de uma política pública com tamanho significado e impacto social.

Neste contexto, vale ressaltar dois pontos de destaque na análise: 65% dos IFECTs indicam a criação de comissão ou comitê especialmente designado para atuar no planejamento, execução e avaliação das ações de assistência estudantil. Ele é composto em geral por docentes, técnicos-administrativos e discentes e apresenta na heterogeneidade dos membros a oportunidade de enriquecimento do debate e do desenvolvimento dos trabalhos e a indicação de planejamento participativo é citada em 30 das 38 instituições (78%), demonstrando o incentivo à escuta e à participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. Há, portanto, um descompasso, pois, à medida que há um incentivo ao debate público e ação conjunta na condução da política, por vezes, as decisões finais se restringem, pelo menos na metade dos casos, à gestão das instituições de ensino que podem acolher ou não as sugestões recebidas.

Ao analisar os editais, as discussões centram-se em 03 perguntas norteadoras. Conhecer se há um item específico para tratar do orçamento/financiamento da AE teve o objetivo de verificar em que medida os editais apresentam esta temática. A condicionalidade de disponibilidade orçamentária para fins de não pagamento ou pagamento de lista reserva auxilia-nos a compreender como os editais se ajustam às flutuações orçamentárias dos últimos anos. Já a análise sobre os critérios e/ou justificativa quanto a oferta de auxílios definida permite correlacionar, como já analisado nas resoluções, se há essa previsão em Edital e quais os critérios utilizados.

O quadro 3 apresenta os resultados das análises dos Editais da assistência estudantil:

Quadro 3 – Levantamento dos editais da Assistência Estudantil

	Apresenta item específico para tratar do orçamento/financiamento da AE?	**Apresentam a questão da disponibilidade orçamentária para fins de não pagamento ou pagamento de lista reserva?**	**Apresenta critérios e/ou justificativa quanto a oferta de auxílios definida?**
IFAL		✔	✔
IFBA	✔	✔	✔
IF Baiano		✔	
IFCE		✔	✔
IFMA		✔	✔
IFPB		✔	
IFPE	✔	✔	✔

IFSertãoPE		✔	
IFPI		✔	✔
IFRN		✔	
IFS		✔	✔
IFAC	✔	✔	
IFAP		✔	✔
IFAM			
IFPA		✔	
IFRO	✔	✔	✔
IFTO		✔	✔
IFRR		✔	
IFB	✔	✔	
IFMT			
IFMS		✔	
IFG		✔	✔
IFGoiano		✔	
IFES		✔	
IFRJ	✔	✔	✔
IFF		✔	
IFMG		✔	✔
IFNMG		✔	✔
IFSUDESTEDEMINAS	✔	✔	
IFSULDEMINAS			✔
IFTM		✔	
IFSP		✔	✔
IFRS		✔	
IFFarroupilha		✔	✔
IFSUL		✔	
IFPR		✔	✔
IFSC		✔	✔
IFC		✔	✔

Fonte: pesquisa direta.

Um quesito de análise nos Editais dos IFECTs refere-se a identificar se apresentam um item específico para tratar do orçamento e/ou financiamento da política. Este dado foi encontrado em 7 de 38 (18%) das análises. Grande parte se limita a informar a fonte de recurso originário, bem como se resguardar quanto à dependência do repasse financeiro para

custeio dos auxílios ofertados. Em alguns casos, esta informação estava dentro do item disposições gerais ou finais, não sendo contabilizado no levantamento supracitado.

De forma atrelada a esta discussão, destaca-se que 92% das instituições preveem nos seus Editais a questão da disponibilidade orçamentária para fins de não pagamento ou pagamento de lista reserva. Reafirma-se, portanto, o elo essencial entre o custeio orçamentário da fonte de recurso da assistência estudantil, sem o qual não se pode dar seguimento às ações. Recursos complementares como de custeio são citados como fonte de pagamento, mas em uma condição de excepcionalidade. A justificativa de reservar-se ao não pagamento mediante o não repasse ou bloqueio orçamentário e/ou financeiro também expressa o contexto dos últimos anos de instabilidade e limitação de recursos.

Identifica-se que nos Editais de 52% das instituições constam critérios e/ou justificativa para a oferta de auxílios definida, este dado faz referência a normativa e/ou resolução que o ampara e coaduna com o percentual de 55% supracitado no quadro 2.

As normativas apresentam mais informações sobre orçamento do que os Editais. Este traz sobretudo a parte financeira e remete ao orçamento sobretudo para defini-lo como exigência de disponibilidade para pagamento dos auxílios.

De forma geral, é possível concluir que cerca de metade das instituições apresentam critérios ou justificativas para a oferta de auxílios e têm bem delineado, especialmente nas suas normativas, informações sobre o orçamento. Assim, destaca-se que a transparência e embasamento das decisões são centrais no serviço público, o que pode e deve ser replicado pelas demais instituições que ainda carecem dessa informação.

No item a seguir, apresenta-se uma análise dos indicadores sociais e educacionais e suas correlações, com o objetivo de demonstrar o perfil dos estudantes do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, conforme os dados presentes no processo de inscrição no Sistema de Assistência Estudantil.

4.2 Correlação dos principais indicadores sociais e educacionais

Esta subseção apresenta os indicadores de maior relevância identificados a partir de dados do SAE, SUAP e PNP em relação ao corpo discente do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE. No que se refere aos indicadores relacionados das subseções 4.2.1 a 4.2.8, estes são oriundos do processo de inscrição no SAE e SUAP, com dados de estudantes que vieram a ingressar no programa. A subseção 4.2.9 apresenta dados extraídos da PNP.

A análise social está baseada nas informações de 414 discentes com destaque para

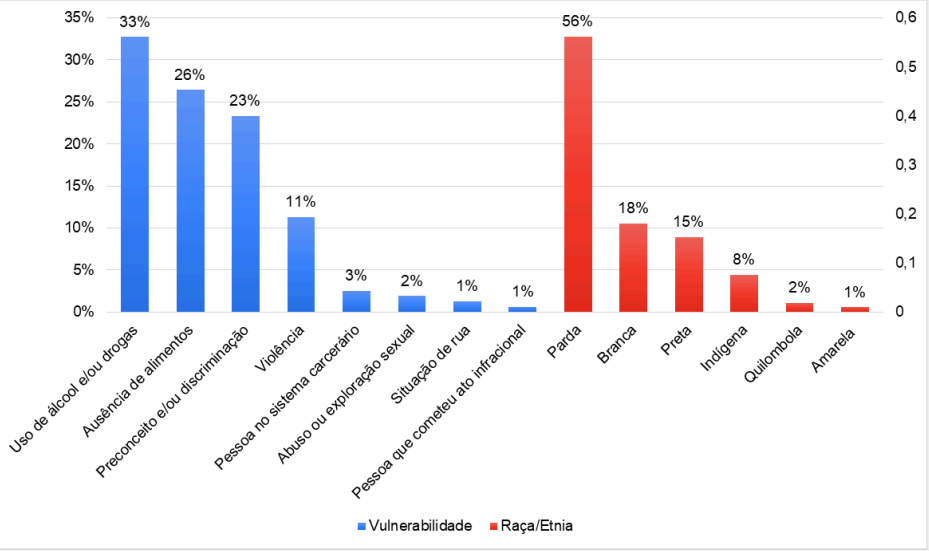
análise os 10 indicadores seguintes: agravante de vulnerabilidade, raça/etnia, família com benefício social, composição familiar, alfabetização do principal responsável familiar, situação de trabalho do principal responsável familiar, tipo de ocupação do principal responsável familiar, renda *per capita*, cidade da moradia, localidade da moradia. Destes, agrupou-se em 8 tópicos a análise e discussão acerca do perfil social dos estudantes, conforme descrito abaixo:

4.2.1 Agravante de vulnerabilidade x Raça/Etnia

Ao considerar os 10 indicadores sociais, buscou-se agrupá-los e estabelecer uma correlação entre eles a fim de, a partir destes recortes, extrair novos dados que refletem o perfil socioeconômico dos discentes que acessam a PAE no *campus* Salgueiro.

A correlação entre os indicadores Agravantes de vulnerabilidade e Raça/Etnia foi definida no sentido de compreender se há relação entre a raça/etnia dos discentes e as situações de vulnerabilidade vivenciadas. Vale esclarecer que 76% dos discentes afirmaram que a sua família não vivencia ou vivenciou nenhuma das situações descritas no questionário socioeconômico do SAE, como agravantes de vulnerabilidade. Logo, a análise descrita no gráfico 2 refere-se aos casos que mencionaram algum tipo de vivência.

Gráfico 2 – Relação entre os indicadores Agravantes de vulnerabilidade x Raça/Etnia



Fonte: Pesquisa direta.

Em análise dos 24% que afirmam a vivência de alguma situação agravante, conforme

gráfico 2, destaca-se que os casos de uso de álcool e/ou outras drogas por algum membro familiar e situação de ausência de alimentos têm destaque e somam juntos 59% dos apontamentos. Reflete-se que em alguns casos o uso de substâncias psicoativas pode estar diretamente relacionado à dificuldade de lidar com situações difíceis e degradantes, a exemplo da ausência de alimentos. Isso demonstra a importância de projetos como a doação de *Kits* de gêneros alimentícios, como ocorrido no período pandêmico, e de programas sociais que visam suprir com as condições mínimas de sobrevivência, como o Programa Bolsa Família.

Nesse contexto, a vivência de situções de preconceito e/ou discriminação podem ser recorrentes pois estamos imersos em um sistema ideológico e econômico que segrega e hierarquiza socialmente, colocando à margem especialmente os grupos com mais ampla condição de vulnerabilidade.

Cabe esclarecer que a vulnerabilidade socioeconômica é um conceito complexo e, deste modo, engloba situações de limitação na renda e por conseguinte implicações na garantia dos meios de sobrevivência, mas também abrange questões de fragilidade de vínculos e relações familiares e sociais, adensadas por uma sociedade capitalista neoliberal que segrega e marginaliza as camadas sociais, negando-lhes condições básicas e deixando-as suscetíveis à violação de direitos.

Na análise das 105 pessoas que apontaram vivências de agravantes de vulnerabilidade, ao considerarmos a Raça/Etnia, identifica-se que mais da metade delas, 56%, são discentes Pardos. Vale ressaltar que cerca de 10% são estudantes indígenas e quilombolas, um público o qual historicamente luta por reconhecimento e legitimidade da sua condição originária, enfrentando também vivências que degradam a condição social humana. Nesse contexto, vale evidenciar que o preconceito e discriminação têm destaque como situação vivenciada por um considerável número de estudantes.

Um aspecto importante deste gráfico refere-se ao grupo de pretos, indígenas e quilombolas, que somam 25% da categoria em análise e 81% quando acrescidos dos pardos, comprovando que esse grupo está à mercê dos agravos. Vale frisar que estes são públicos de políticas de incentivo ao ingresso em instituições públicas de ensino por meio da reserva de cotas étnico-raciais, conforme a Lei de cotas. Assim, destaca-se que há um incentivo do poder público para a priorização deste público ao acesso a políticas de permanência, como a assistência estudantil.

A subseção a seguir apresenta a análise da correlação entre o grupo familiar que tem vivência de situações agravantes de vulnerabilidade e o recebimento de benefício social,

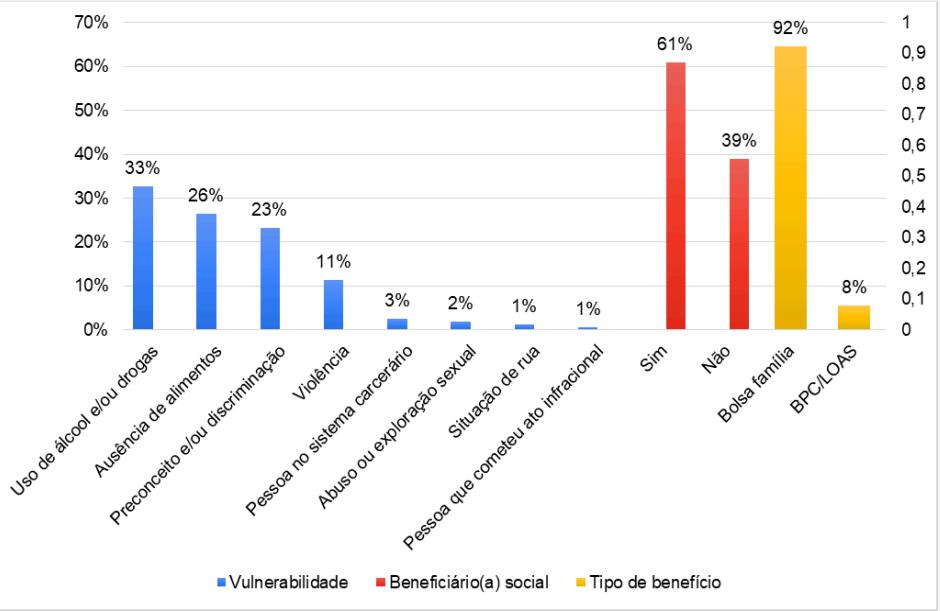
sendo ainda apresentado o tipo de benefício social daqueles que o recebem.

4.2.2 Agravante de vulnerabilidade x Benefício Social

A escolha da correlação entre agravante de vulnerabilidade e benefício social justifica-se a fim de compreender se a limitação de renda e a dependência financeira de programas assistenciais têm relação com a ocorrência de agravantes de vulnerabilidade.

O gráfico 3 apresenta a relação das famílias que vivenciam e/ou vivenciaram situações agravantes de vulnerabilidade com a condição (ou não) de beneficiário de políticas sociais do governo e o tipo de benefício:

Gráfico 3 – Relação entre os indicadores Agravante de vulnerabilidade x Benefício Social



Fonte: Pesquisa direta.

Ao considerarmos a relação de Agravante de Vulnerabilidade e Benefício Social, identifica-se que das 105 pessoas em estudo, 61% recebem algum tipo de benefício social, a saber: Programa Bolsa Família (também denominado Auxílio Brasil, à época do preenchimento da inscrição) ou Benefício de prestação continuada – BPC. Ambos são programas do governo federal através da política de Assistência Social que realizam o repasse financeiro mensal destinados às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza como estratégia para dar condições de dignidade e cidadania às famílias.

É importante destacar que há uma correlação entre a condição de limitação de renda e a vivência de situações que potencializam a vulnerabilidade, como visto no gráfico. Em termos econômicos, o Programa Bolsa Família tem especial destaque como fonte de recurso financeiro para 92% das famílias. O BPC que destina-se a famílias que têm na sua composição pessoas com deficiência ou idosos e há a dificuldade de realizar sua própria manutenção ou de tê-la provida pela família, também aparece com destaque.

Vale acrescentar, ao fazer um recorte e analisar os 61% que possuem benefício social e vivenciaram agravantes de vulnerabilidade, que identifica-se, quanto ao modelo de grupo familiar, que 48% são famílias nucleares, compostas de mãe, pai e filhos, seguido com 47% dos casos ns quais a família é monoparental, isto é, apenas a mãe ou o pai com filhos. Este dado traduz uma tendência também identificada no gráfico 4 e com destaque à preponderância da família monoparental quando comparada ao gráfico 9.

É possível destacar que, não por acaso, atrelado à situação de insuficiência financeira e à dependência de programas governamentais para o sustento familiar, 26% dos estudantes citam a ausência de alimentos no seu cotidiano. A insegurança alimentar expressa na qualidade do acesso a alimentos e/ou na quantidade desejada para satisfazer as necessidades humanas é uma realidade diária e imediata e está diretamente relacionada às expressões da questão social manifestadas na sociedade de classes, como pobreza, desemprego ou subemprego, violência em seus mais diversos tipos, práticas criminosas ou ilegais, uso recorrente de drogas lícitas e ilícitas, e entre outros.

A subseção a seguir apresenta a correlação entre as famílias que têm vivência de agravantes de vulnerabilidade e o seu respectivo tipo de arranjo familiar.

4.2.3 Agravante de vulnerabilidade x Grupo familiar

A correlação entre os indicadores agravante de vulnerabilidade e grupo familiar foi escolhida a fim de conhecer se há prevalência das ocorrências das situações de vulnerabilidade em tipos específicos de família.

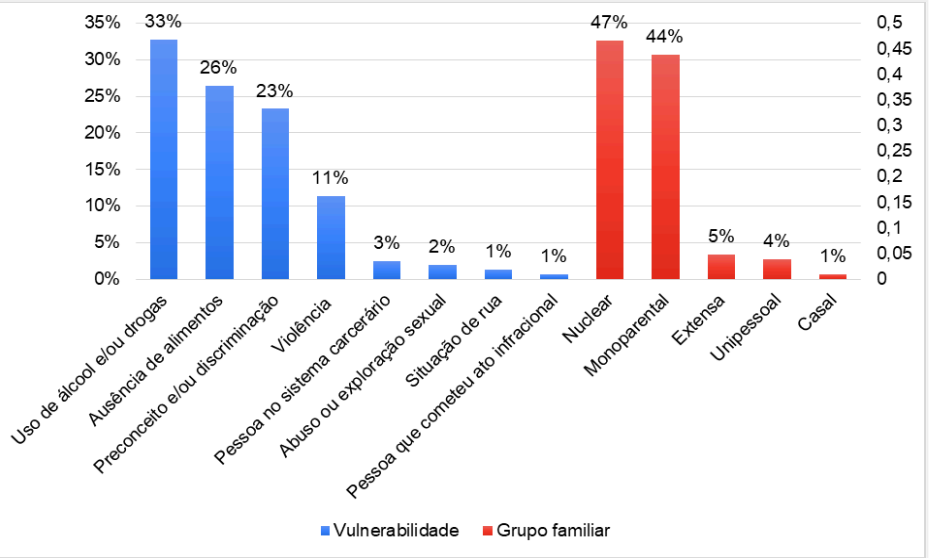
Quanto aos arranjos familiares, consideramos nesta pesquisa: o casal, composto por duas pessoas que visam constituir família, em uma relação heterossexual ou homossexual; a família nuclear formada por um casal em relação heterossexual ou homossexual e pelo menos um filho; a família monoparental é formada por um progenitor, o pai ou a mãe, e filho(s); a família extensa é composta pelo núcleo familiar e parentes próximos residindo em uma mesma residência; na família unipessoal tem-se apenas uma pessoa; e a família anaparental é

composta somente por irmãos, sem a figura dos pais.

Vale frisar que a noção de família tem se reinventado e ampliado no decorrer dos anos, não se limitando ao tradicional conceito restrito a vínculos heterossexuais e matrimoniais. Logo, ao identificar as situações em que há casal, consideramos a análise independente do gênero.

O gráfico 4 demonstra como está composto o grupo familiar dentre os estudantes que sinalizaram vivência de situações agravantes de vulnerabilidade:

Gráfico 4 – Relação entre os indicadores Agravante de vulnerabilidade x Grupo familiar



Fonte: Pesquisa direta.

É possível identificar que predominam os modelos de família nuclear, seguido de família monoparental. Esta prevalência também é identificada quando considera-se a relação de agravante de vulnerabilidade e benefício social.

Vale refletir que, se no primeiro caso há a figura de dois membros como potenciais responsáveis familiares, isto é, a mãe/madrasta e pai/padrasto, 44% dos casos são de famílias chefiadas apenas por um deles e o(s) filho(s). A responsabilidade unilateral é potencializada quando, para além da ausência física e afetiva, há também a inexistência do apoio financeiro.

Em menor valor, mas de importante destaque, são os grupos de família extensa, nos quais a responsabilidade e a criação do estudante não está apenas sob os genitores, mas com outros familiares, como avós e tios. Estes casos podem ter relação com a fragilidade de vínculos e vivências de situações de violação de direitos na família de origem, adensadas

pelos agravantes de vulnerabilidade citados.

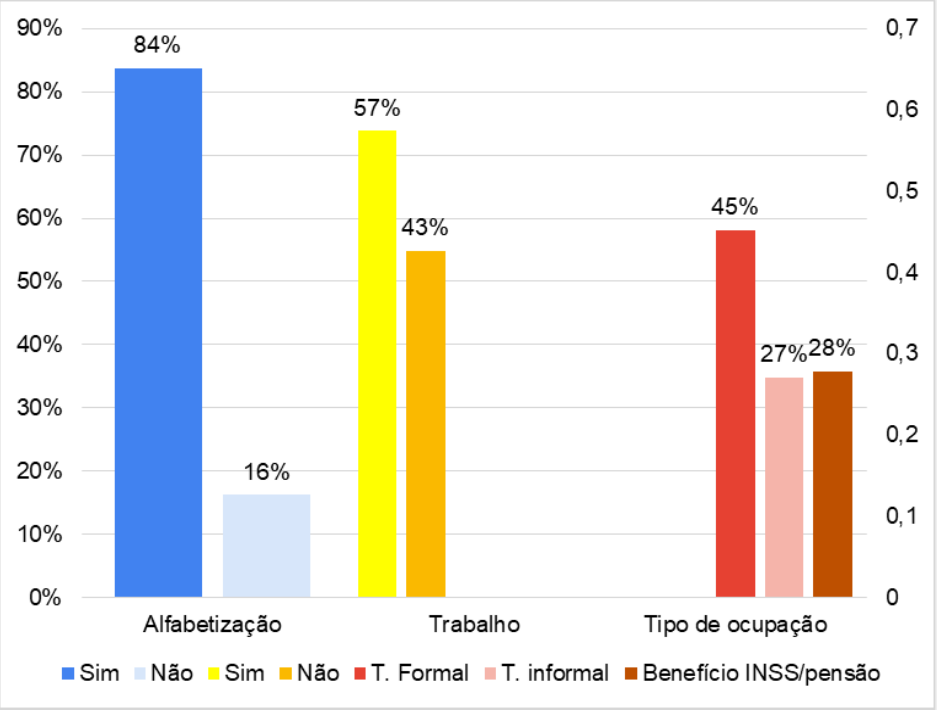
A subseção seguinte apresenta a correlação entre os indicadores de alfabetização, situação de trabalho e, para aqueles que estão em situação de trabalho, o tipo de ocupação.

4.2.4 Alfabetização x Trabalho x Ocupação

Ao analisar o grupo familiar dos 414 estudantes, a partir do principal responsável financeiro, buscamos estabelecer a relação entre a alfabetização e situação de trabalho, a fim de compreender possíveis limitações da não escolarização na situação ocupacional. Nos casos em que foi indicado situação de trabalho, listamos o tipo desta ocupação.

No gráfico 5, é abordada a questão laboral em correlação com a escolaridade mínima, isto é, alfabetização do principal responsável familiar:

Gráfico 5 – Relação entre os indicadores Alfabetização x Trabalho x Ocupação do principal responsável familiar



Fonte: Pesquisa direta.

Ao analisar as respostas dos 414 estudantes em relação ao principal responsável financeiro do grupo familiar, identifica-se que a grande maioria tem a instrução mínima que garante que saibam ler e escrever. Contudo, 67 pessoas, isto é, 16% das famílias são chefiadas

por membros não alfabetizados.

Em relação à situação de trabalho no momento da inscrição no processo de seleção da assistência estudantil, para 57% das famílias há uma atuação laboral que garanta uma renda mínima. Entretanto, um considerável valor de 43% encontra-se em situação de desemprego e insegurança para prover os meios de subsistência dos seus membros.

Dentre aqueles que assinalaram que o(a) responsável trabalha, vale destacar que 27% refere-se a trabalho informal, em especial para as funções de: agricultor(a), pedreiro, servente, costureira e atividades domésticas.

Um percentual relevante de 28% dos estudantes apresentam os benefícios como aposentadoria e pensão como meios de garantia da renda. Vale esclarecer que, no SAE, o campo "trabalho" é preenchido ao responder se o membro familiar possui renda no momento e, portanto, muitos incluem os valores recebidos de forma contínua, ainda que não esteja diretamente relacionados a uma atividade laboral. Assim, se considerarmos o número de responsáveis familiares sem trabalho (declarado desempregado) e os que sobrevivem apenas do INSS ou pensão (por vezes apenas acordada informalmente), são 242 famílias, isto é, 59% sem trabalho formal ou informal.

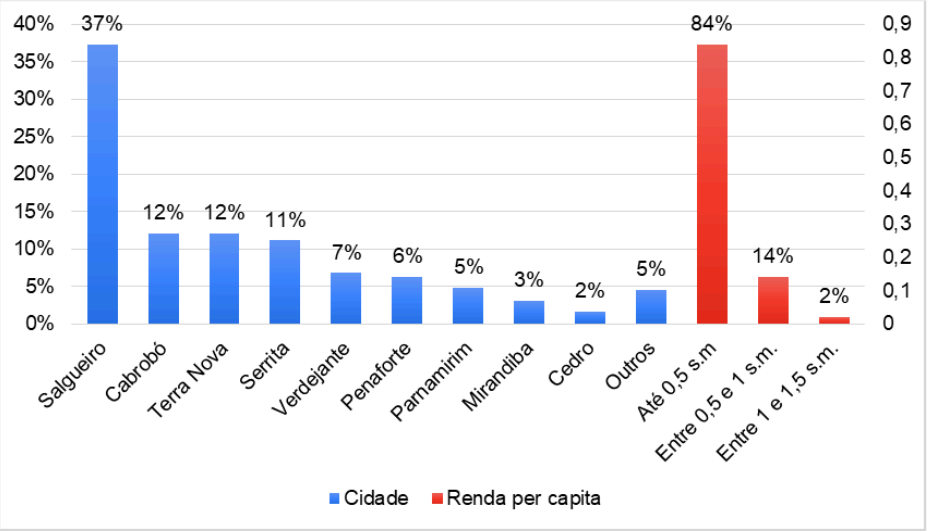
Outra correlação considerada pertinente a fim de melhor demonstrar o perfil socioeconômico dos discentes refere-se à correlação entre renda familiar *per capita* e a cidade de moradia do estudante.

4.2.5 Renda *Per capita* x Cidade de moradia

Consideramos que o local de moradia é um indicador importante devido à necessidade de deslocamento diário aos que não residem na cidade sede do *campus*, o que por vezes se torna uma despesa a ser custeada pela família. Assim, correlacionar a cidade de moradia e a renda do grupo familiar se torna essencial.

O gráfico 6 demonstra a relação da cidade de moradia dos estudantes e a renda *per capita* do grupo familiar:

Gráfico 6 – Relação entre os indicadores Renda *per capita* x Cidade de moradia



Fonte: Pesquisa direta.

Ao considerarmos o fator renda, a expressa maioria dos estudantes são de famílias de renda *per capita* até 0,5 salário mínimo, o que revela um grau de vulnerabilidade considerável por si só. Pode-se concluir também que, embora a PAE alcance um perfil de renda de até 1,5 salário mínimo, a grande "concorrência" para preencher as vagas ofertadas nos editais da assistência estudantil é sobretudo entre os mais pobres, o que expõe a focalização das políticas já mencionadas no decorrer deste trabalho.

Uma característica identificada dentre os candidatos ao acessar a PAE é que a grande maioria não reside no município sede da instituição, mas em cidades circunvizinhas. Apenas 37% é oriundo de Salgueiro, o que demonstra que a interiorização das instituições de ensino permite criar polos de estudo em localidades mais próximas, permitindo o deslocamento diário. Contudo, o fato de o estudante ser residente em outro município traz ônus que devem ser enfatizados, como o custo financeiro quando a cidade de origem não dispõe de transporte público e o dispêndio maior de tempo, energia e acúmulo de cansaço para esta finalidade.

Assim, os estudantes que buscam acessar a PAE no *campus* Salgueiro do IFSertãoPE apresentam uma renda *per capita* média de R$321,69 reais, valor que representa menos de ¼ do salário mínimo. Soma-se à questão da renda outras tantas necessidades e despesas que são essenciais no processo de permanência cotidiana na busca por uma educação de qualidade, sendo a assistência estudantil uma possibilidade de minimizar os obstáculos para estas famílias.

Além do deslocamento entre cidades, outro fator de importante análise é a localidade de moradia, pois aos que residem na zona rural podem se somar a outros obstáculos de acesso e deslocamento, que não foram explorados neste estudo, mas que representam narrativas de

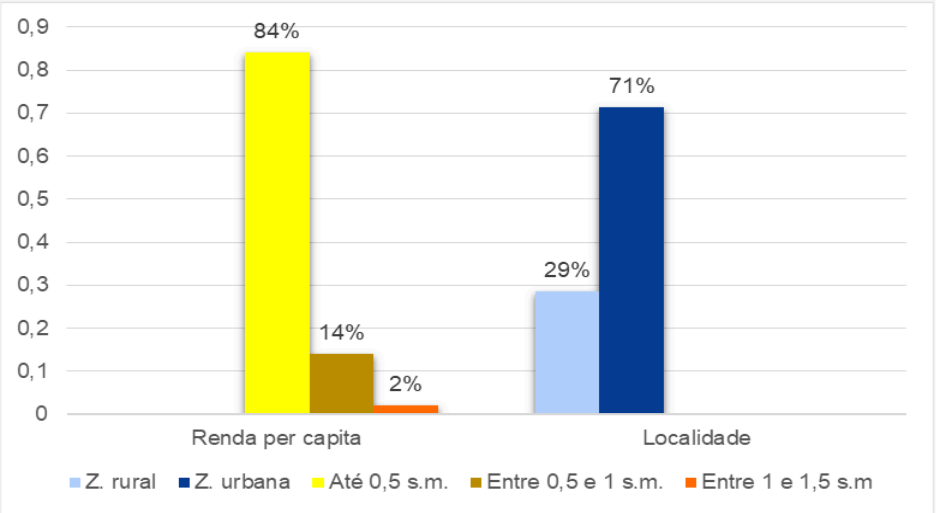
vidas implícitas. A subseção a seguir apresenta a correlação entre Renda *per capita* e localidade de moradia.

4.2.6 Renda *Per capita* x Localidade de moradia

A análise da renda familiar *per capita e* localidade de moradia foi motivada a fim de ampliar os dados sobre a residência do grupo familiar do estudante e possíveis adversidades desse contexto, considerando que este pode se tornar mais um agravante de vulnerabilidade.

No gráfico 7, apresenta-se a discussão acerca da correlação entre renda *per capita* e localidade de moradia do estudante:

Gráfico 7 – Relação entre os indicadores Renda *per capita* x Localidade de moradia



Fonte: Pesquisa direta.

Ao considerarmos a zona de moradia, identifica-se que cerca de 7 em cada 10 do público em análise reside em localidade urbana. Entretanto, uma parcela significativa de 29%, isto é, 118 pessoas moram na localidade rural. Além da questão econômico-financeira, a localidade de moradia é relevante para a compreensão das condições de acesso a equipamentos públicos, a garantia de saneamento, infraestrutura básica e deslocamento.

Vale ressaltar que o transporte coletivo e regular nem sempre é disponível nas localidades rurais, sendo necessário o uso de transporte próprio ou da rede de apoio local para intermediar o deslocamento até um ponto mais central, o que gera um custo adicional para os estudantes e suas famílias.

Em análise com um recorte apenas do grupo de renda *per capita* de até 0,5 salário

mínimo, das 347 pessoas, identifica-se que essa tendência percentual persiste, com 69% dos estudantes residindo na zona urbana e 31% na zona rural.

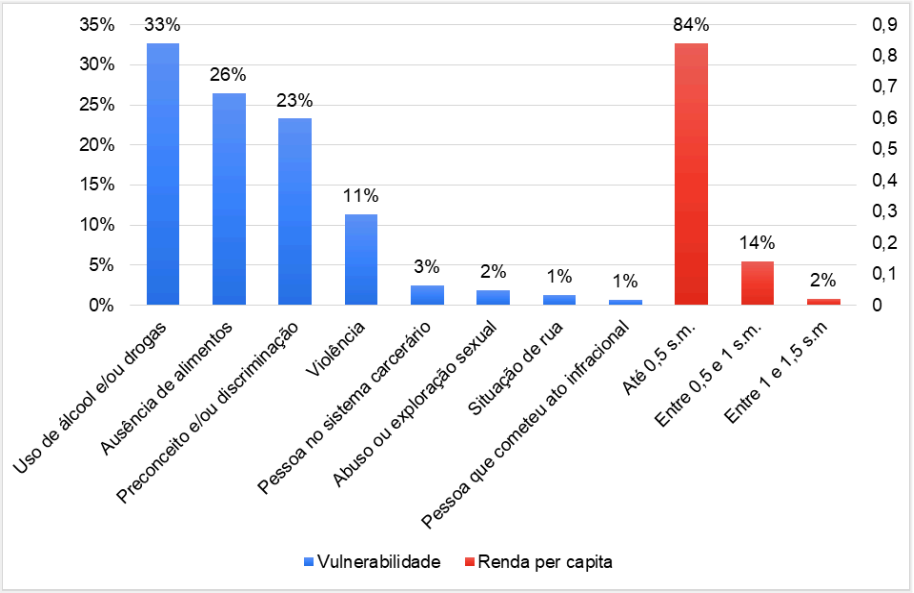
A subseção a seguir apresenta a análise da correlação entre os indicadores Renda per capita e Agravante de vulnerabilidade.

4.2.7 Renda *Per capita* x Agravante de vulnerabilidade

A análise dos indicadores de renda e agravantes de vulnerabilidade representam dois pontos centrais de análise se considerarmos que o conceito vulnerabilidade socioeconômica: apresenta dados de renda, fator essencial para o provimento das condições de subsistência, e outras situações que podem ser desdobramentos da condição de renda ou não, mas que implicam na ampliação do grau de vulnerabilidade.

No gráfico 8, apresenta-se a discussão considerando fatores de renda e agravantes de vulnerabilidade:

Gráfico 8 – Relação entre os indicadores Renda *Per capita* x Agravante de vulnerabilidade



Fonte: Pesquisa direta.

O gráfico acima representa dois grandes fatores de vulnerabilidade e risco social para as famílias, pois integra questões econômicas, violação de direitos sociais básicos e exposição a situações degradantes. Conhecer e mapear estes fatores é essencial para conhecer o público

ao qual lida-se no cotidiano da instituição e suas principais necessidades.

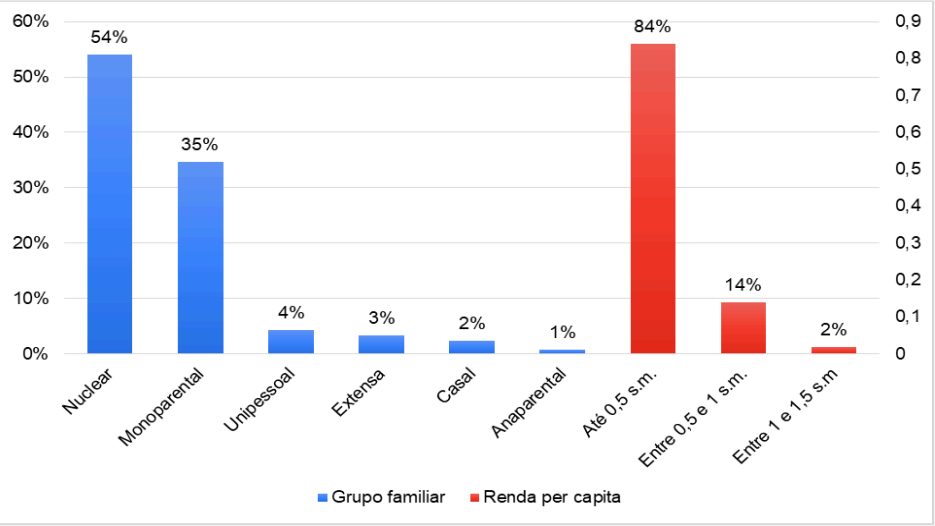
Após as discussões já mencionadas nos 8 tópicos supracitados, considera-se que estes dois indicadores são primordiais na análise socioeconômica pois expressam os níveis de vulnerabilidade em que a família se encontra. A partir destes dados, consoante as premissas da PHC na compreensão das práticas e realidades sociais que expressam o modo de viver na atual sociedade capitalista, permite que políticas públicas possam ser desenvolvidas de forma adequada às necessidades da população.

A última combinação de correlações apresenta a análise dos indicadores Renda *per capita* e grupo familiar.

4.2.8 Renda *Per capita* x Grupo familiar

A correlação entre renda *per capita* e grupo familiar justifica-se a fim de conhecer para além do perfil de renda, o arranjo familiar no qual os estudantes que buscam acessar a PAE estão inseridos. O tipo de família expressa a ocorrência dos rearranjos ocorridos ao longo da vida, com implicações positivas, ou não, na garantia das condições de subsistência.

Gráfico 9 – Relação entre os indicadores Renda *per capita* x Grupo familiar



Fonte: Pesquisa direta.

Ao analisar o perfil do grupo familiar de todos os estudantes considerados nesta pesquisa, isto é, 414 pessoas, verifica-se que mais da metade são oriundos de famílias nucleares, composta por pais e filhos. Em seguida, com considerável expressão, há as famílias monoparentais, chefiadas apenas pelo pai ou a mãe e os filhos. Enquadra-se nestes casos

aqueles em que o(a) discente está na condição de filho(a) ou como o(a) responsável familiar, com filhos.

Ao fazer o recorte de renda *per capita*, em análise dos 84% com até 0,5 s.m., identifica-se que a tendência percentual se mantém, com 52% composto por famílias nucleares, 36% monoparentais, seguidos dos demais em menor valor. Todavia, vale frisar que é um número relevante em um contexto de baixa renda, considerando o cenário de 126 famílias com apenas um responsável financeiro e 15 famílias unipessoais, isto é, o estudante do Ensino Médio reside e se mantém de forma independente.

Por fim, vale destacar que 03 estudantes são oriundos de famílias anaparentais, isto é, residem sem a figura dos pais, geralmente convivendo com outros parentes ou pessoas que têm laços afetivos, como irmãos, primos ou amigos. Logo, destaca-se que a rede de apoio familiar e social é essencial para o desenvolvimento do indivíduo e, por este motivo, a configuração familiar é um indicador que merece atenção.

A fim de complementar estas reflexões, a subseção a seguir apresenta alguns indicadores extraídos da PNP com aspectos sociais e educacionais, correlacionando dados do *Campus* Salgueiro e do IFSertãoPE.

4.2.9 Outros indicadores relevantes

É importante conhecer o desenvolvimento no decorrer dos anos de alguns dados educacionais a fim de auxiliar na análise da gestão institucional e do impacto dela na vida dos estudantes. A PNP é um instrumento seguro de acesso a dados e apresenta um amplo número de indicadores a serem pesquisados.

Assim, busca-se analisar os dados de renda familiar dos estudantes apresentados pela plataforma. Contudo, verifica-se que é expressiva a porcentagem de discentes que não informaram este dado, como demonstra o quadro 4:

Quadro 4 – Renda familiar não declarada

Renda não declarada	2020	2021	2022	2023
Média da Rede Federal	33,65%	42,20%	30,93%	28,95%
IFSertãoPE	64,94%	61,95%	60,80%	51,50%

Campus Salgueiro	61,04%	60,51%	49,65%	45,46%

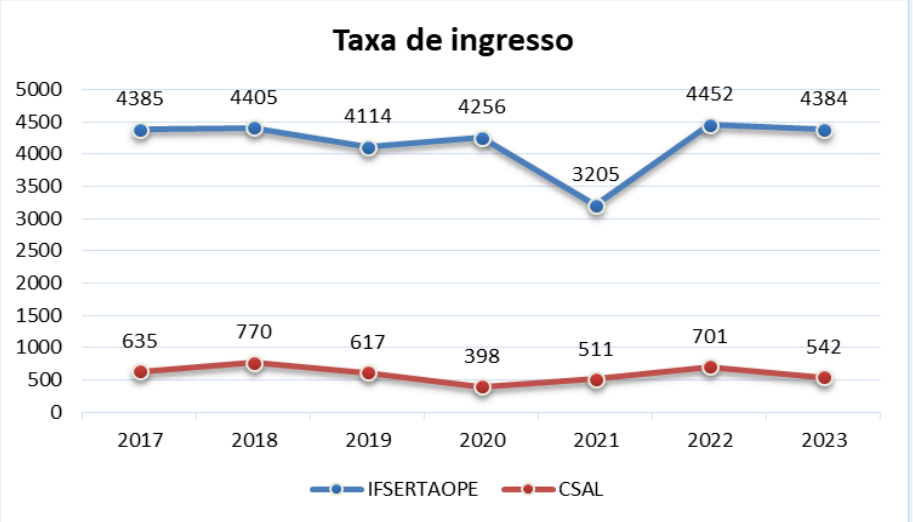
Fonte:PNP (Brasil, 2023a).

É possível verificar que há uma tendência progressiva de queda no número de estudantes que não apresentam sua renda familiar. Porém, os valores no IFSertãoPE e no *campus* Salgueiro são consideravelmente superiores à média nacional.

O *campus* Salgueiro, embora pouco mais da metade tenha respondido este dado, apresenta o maior avanço em porcentagem na análise dos últimos 03 anos, com 15% de aumento nas respostas. É necessário um processo de conscientização e estímulo à obtenção dessa informação, pois irá refletir de forma fidedigna o perfil socioeconômico dos estudantes, com impacto na formulação de políticas públicas e disponibilização de recurso orçamentário correspondente à demanda.

Além de indicadores sociais, entende-se ser essencialmente necessário a análise e discussão acerca de dados educacionais. Deste modo, utiliza-se de dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), correlacionando os valores identificados no contexto do *Campus* Salgueiro e do IFSertãoPE como um todo. Utiliza-se o período de 2017 a 2023 para análise pois representa os dados de acompanhamento disponíveis nesta plataforma. Inicialmente, apresenta-se a Taxa de ingresso de discentes:

Gráfico 10 – Taxa de ingresso dos discentes no IFSertãoPE e no *Campus* Salgueiro (2017 - 2023)



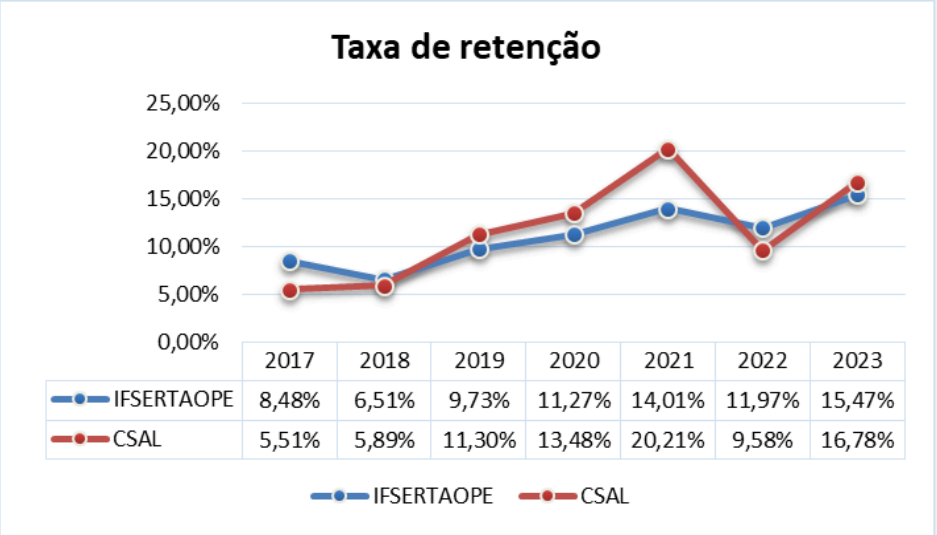
Fonte: PNP (Brasil, 2023a).

No gráfico 10, é possível perceber que há uma tendência de estabilidade no número de ingressantes em todas as modalidades de ensino. Na instituição, há um queda considerável no ano de 2021, que pode estar relacionada ao contexto de pandemia de covid-19; entretanto, no *Campus* Salgueiro esse valor se mantém estável e inclusive apresenta aumento se comparado ao ano anterior.

Em relação ao ápice no número de ingressantes, temos os anos de 2018 e 2022 como destaque, porém em 2023 apresenta uma ligeira queda nos valores. No *Campus* Salgueiro, há uma importante variação na taxa de ingresso, em que em 2020 o número cai a quase metade do valor do ano 2018. Alguns fatores podem estar relacionados a este valor, como fechamento/abertura de cursos, alteração no número de vagas ofertadas, a pandemia de covid-19 e seus impactos no acesso e permanência escolar, dentre outros.

Além do acesso, a permanência tem grande relevância para análise do percurso estudantil na instituição de ensino e, portanto, outro fator de análise é a Taxa de retenção.

Gráfico 11 – Taxa de retenção dos discentes no IFSertãoPE e no *Campus* Salgueiro (2017 - 2023)



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
IFSERTAOPE	8,48%	6,51%	9,73%	11,27%	14,01%	11,97%	15,47%
CSAL	5,51%	5,89%	11,30%	13,48%	20,21%	9,58%	16,78%

Fonte: PNP (Brasil, 2023a).

A taxa de retenção é um importante indicador de desenvolvimento no curso ao considerar aqueles estudantes que não evadiram, contudo não concluíram o ensino no período regular do curso acrescido de um ano. Ou seja, são estudantes que, por algum motivo, encontraram dificuldades de seguir o percurso programado para conclusão do curso no período previsto na grade curricular. Acrescenta-se que a atual Organização Didática prevê

que o desligamento do estudante ocorrerá considerando o tempo adicional de até 50% do período previsto no projeto pedagógico, podendo ser prorrogado excepcionalmente por um ano para finalização do curso.

Ao analisarmos a taxa de ingressantes no *Campus* Salgueiro, há uma tendência de estabilidade à queda; soma-se ainda a ascensão em vários momentos da taxa de retenção, o que revela que estes dois indicadores merecem bastante atenção ao expressarem o desenvolvimento institucional e educacional.

Seja no *Campus* Salgueiro, como no IFSertãoPE como um todo, há uma tendência de crescimento nessa taxa que, embora tenha conquistado uma queda em 2022, volta a subir em 2023. Se considerado o valor inicial do período considerado na plataforma, em 2023 essa taxa chega a quase dobrar no IFSertãoPE e a triplicar no *Campus* Salgueiro.

Em grande parte dos períodos, a taxa de retenção no *Campus* Salgueiro ultrapassa a taxa institucional, revelando que 16,78% dos estudantes encontram obstáculos ao pleno desenvolvimento do percurso estudantil. Este indicador é essencial para o planejamento e avaliação da PAE pois aponta que há barreiras que precisam ser investigadas e conhecidas a fim de alinhar a oferta da política, bem como uma parcela considerável dos estudantes certamente não concluirá o curso no período regularmente previsto, e, portanto, se beneficiários da PAE, precisarão de um período maior de permanência, podendo retardar a abertura de novas vagas.

Algumas ações da própria unidade ou em parceria com outras instituições podem auxiliar no processo de recuperação das aprendizagens, a exemplo da Política PartiuIF, no nivelamento de saberes e apoio contínuo através de monitoria no decorrer do curso, a fim de elevar a qualidade do ensino.

Além de conhecer alguns indicadores, é importante a escuta dos principais envolvidos na PAE e, deste modo, foi disponibilizado um questionário a 3 grupos distintos a fim de colher informações que contribuem quanto à análise sobre a política, compreensão das principais necessidades e sugestões de aprimoramento. Os resultados constam no item a seguir.

4.3 Aplicação do questionário: o que dizem os estudantes, comissão CPAE e membros do DAP quanto ao planejamento e execução da política de Assistência Estudantil?

Após aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa - CEP, deliberado em 29 de outubro de 2024, foi realizada a coleta de dados no período de 18 a 29 de novembro de 2024,

com a aplicação de questionário e assinatura do termo de concordância pelos participantes. O questionário, composto por questões abertas e fechadas, foi disponibilizado de forma online através da ferramenta *Google Forms*.

A subseção a seguir apresenta os dados do questionário aplicado com os estudantes.

4.3.1 Estudantes beneficiários da assistência estudantil

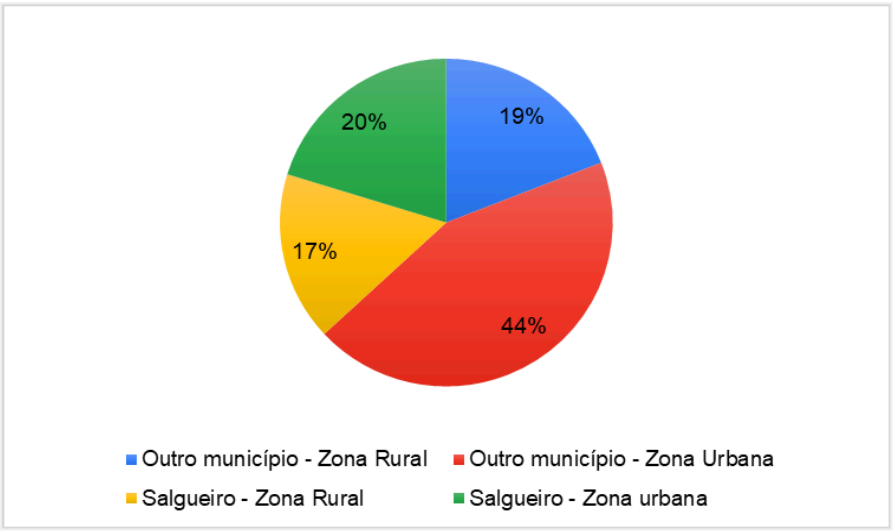
O questionário foi idealizado para disponibilização aos 166 estudantes beneficiários ativos na PAE que são oriundos de Editais do ano 2022 e 2023 e pertencentes ao Ensino Médio Integrado, conforme planilha de pagamento de dezembro de 2023. No período da coleta de dados, em novo levantamento da situação de matrícula do estudante, identificou-se que 55 discentes não encontram-se mais ativos: 40 concluíram o curso, 06 transferidos, 02 matrículas canceladas, 02 abandonaram e 05 evadiram.

Deste modo, trabalha-se com o número de 111 discentes para o convite de participação na pesquisa. Houve 84 respostas ao questionário, o que representa 76% do público-alvo de estudantes pré-selecionados para coleta de dados.

Em relação ao curso dos estudantes participantes da pesquisa, todos pertencentes ao Ensino Médio Integrado, 35% são do curso de Agropecuária, 33% do curso de Edificações e 32% do curso de Informática. Deste modo, há um equilíbrio entre participantes desta pesquisa em relação aos cursos ofertados no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE.

Ao questionarmos sobre o local de moradia, 63% dos estudantes participantes são oriundos de outros municípios, isto é, precisam se deslocar diariamente da sua cidade de moradia para Salgueiro-PE. Este valor sobe para 80% se considerarmos o público proveniente da zona rural de Salgueiro, município sede do *campus,* conforme gráfico 12.

Gráfico 12 – Local de moradia dos estudantes



Fonte: Pesquisa direta.

O local de moradia é um indicador essencial na análise do perfil do estudante e dos condicionantes de deslocamento diário para chegar ao *campus* de estudo, pois envolve um dispêndio maior de tempo e um custo ou ainda pode exigir outros esforços como um deslocamento adicional da localidade rural ao ponto de ônibus, que comumente percorre apenas por pontos centrais.

Em relação ao aspecto financeiro, perguntamos sobre a possível condição de beneficiário de programas sociais como o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - PBP, Programa Safra ou Programa de Seguro Defeso, e identifica-se que 72% das famílias recebem pelo menos um destes benefícios no momento. Todos estes benefícios são repasses financeiros do governo e auxiliam nas condições de sobrevivência das famílias, de forma temporária ou não, considerando a situação de trabalho não regular ou inexistente.

Outro fator de análise que consideramos imprescindível foi compreender o processo de escolha do IFSertãoPE como instituição de ensino, a adaptação na instituição e as principais dificuldades encontradas neste percurso, conforme demonstra a figura 2:

Figura 2 – Dificuldades encontradas pelos estudantes (e sua família) ao decidir estudar noIFSertãoPE

Fonte: Pesquisa direta.

A partir da análise de conteúdo de Bardin (1977), com a leitura dos trechos e das partes significantes enquanto resposta às questões apresentadas, consideramos as repetições das unidades e categorizamos em conceitos centrais. Ao analisarmos as dificuldades encontradas pelo estudante ou sua família ao optar pelo estudo no *Campus* Salgueiro, dentre as quais ressalta-se as 6 categorias listadas na figura 2. Como reflexo do público consideravelmente de outros municípios e localidades, grande parte dos relatos envolve a questão do deslocamento, distância e o custo mensal para esta finalidade. Para o participante n° 83, "*A questão da dificuldade é em relação à distância que cansa muito e às vezes prejudica o raciocínio e até mesmo a saúde em quesito de alimentação e o psicológico*". O estudante n° 80 detalha sua rotina: "*Primeiramente, seria o deslocamento de onde eu moro até chegar em Terra Nova, e segundo seria o transporte para que eu pudesse chegar até Terra Nova e vir pra Salgueiro. Moro na zona rural de Cabrobó e eu teria que morar em Terra Nova pra vir pra Salgueiro, e nisso a fazenda que moro são 10 km de Terra Nova e obviamente eu tive essa dificuldade de transporte; porque na minha residência não tem o transporte e a gente teria que fazer um contrato com alguém e não tínhamos condições pra pagar e outra dificuldade seria alimentação*".

A despesa financeira também aplica-se à alimentação em relação aos lanches e almoço nos dias de contraturno, visto que o *campus* ainda não dispõe de refeitório e o valor do auxílio não contempla a despesa na sua totalidade. O participante n° 07 apresenta esta preocupação que ocorre também no ambiente escolar ao declarar como dificuldade "*Ter que cuidar da alimentação também na escola, trazer almoço e lanche*". Logo, costuma representar uma

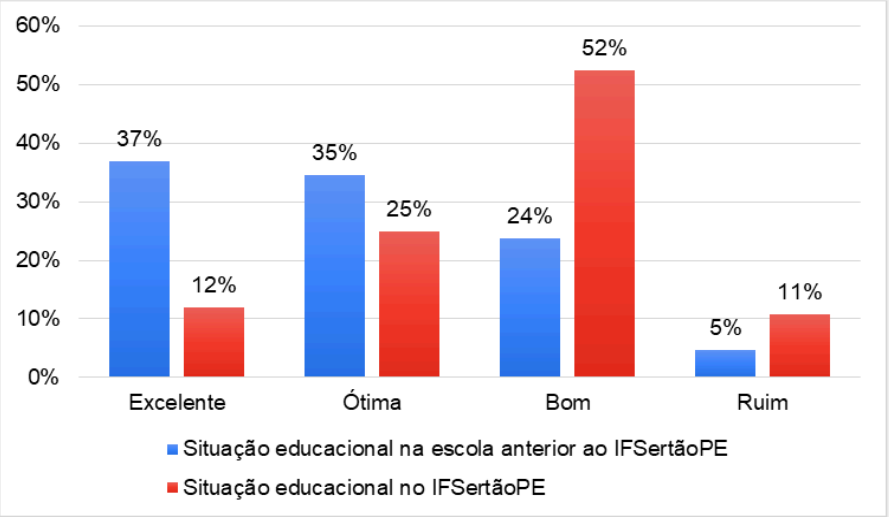
preocupação da família como custear as despesas que virão após o ato de matrícula.

Ainda em relação às despesas, os estudantes destacam os custos com equipamentos ou material para realização de atividades e/ou disciplinas específicas que, embora necessárias, representam mais uma despesa.

Por fim, há uma mudança substancial na rotina acadêmica ao passar do ensino fundamental para o Ensino Médio, com o aumento exponencial no número de disciplinas e no horário de permanência na instituição, o que resultou para muitos em uma dificuldade de adaptação.

Nesse contexto, o gráfico 13 representa o comparativo entre a situação educacional na escola anterior (Ensino Fundamental) e no IFSertãoPE (Ensino Médio Integrado), considerando notas, frequência e acompanhamento de conteúdo. O resultado das dificuldades no ingresso e adaptação pode ser visto na queda no desempenho educacional, pois, enquanto na escola anterior prevalecia o Excelente e o Ótimo, no Ensino Médio mais da metade dos participantes se avaliam como Bom. Por outro lado, para aqueles que se avaliam como Ruim e Bom, a taxa de estudantes dobra.

Gráfico 13: Autoavaliação da situação educacional no IFSertãoPE e escola anterior



Fonte: Pesquisa direta.

Os dados apontam uma dificuldade de adaptação ao ingressarem na instituição diante da nova realidade de ensino. Ações de acolhimento, escuta qualificada dos principais anseios do estudante e oferta de programas de nivelamento podem permitir ajustes dos principais pontos de fragilidade, com melhoras qualitativa e quantitativa na permanência e desempenho estudantil.

Como política de apoio e incentivo aos estudantes, perguntamos aos participantes o que entendem por assistência estudantil e as principais categorias apontadas constam na figura 3:

Figura 3 – O que é assistência estudantil para os estudantes

Fonte: Pesquisa direta.

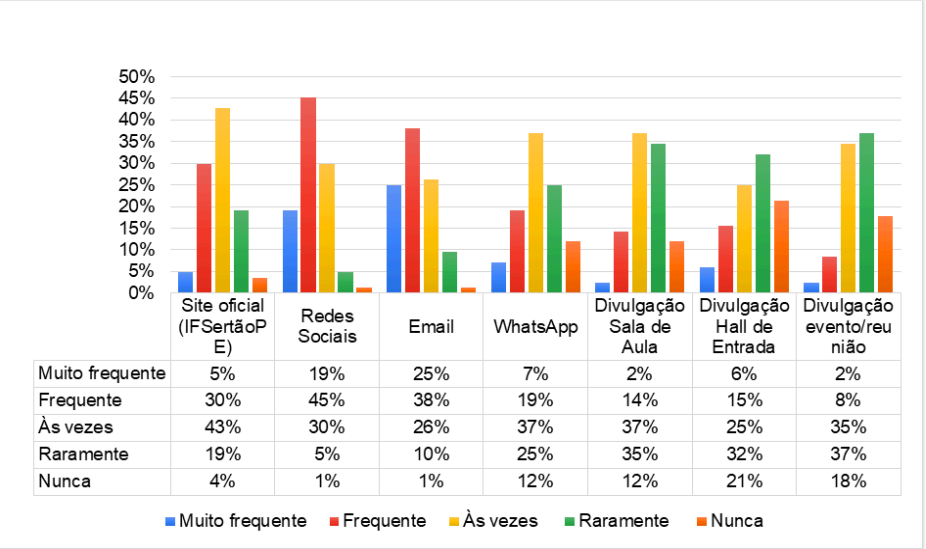
Os estudantes entendem a atuação da assistência estudantil como apoio, ajuda, orientação e garantia de direitos, auxiliando especialmente, mas não apenas, em demandas relacionadas à questão financeira e atenção a pessoas e grupos familiares em vulnerabilidade social. Mas vale ressaltar que pelo menos 26% dos estudantes não sabiam definir o que o termo representa ou o confundiam entre: setor, local, política, programa, projeto, órgão, ação, grupo de pessoas, dentre outros. Em alguns casos, foi notória a confusão do setor que trata das demandas da PAE com o setor de apoio ao estudante e ao ensino, também conhecido como assistência de alunos, como no relato do estudante n° 25, refere-se ao "*lugar onde pode se ajudar o aluno, dar assistência, tirar dúvidas e etc*" e o n° 50 "*Um grupo de pessoas responsáveis pelos direitos e deveres dos alunos, sempre os auxiliando e dando suporte no que lhes for preciso*".

Assim, ampliar a divulgação e esclarecer a estrutura organizacional da instituição é um ação válida e que pode auxiliar na busca direta pelo setor de interesse conforme a demanda, sem atravessamentos que podem desestimular ou retardar a busca pela informação ou problema a ser tratado.

Logo, a fim de conhecer melhor os principais canais de comunicação e acesso a

informações utilizados pelos estudantes, o gráfico 14 apresenta os resultados:

Gráfico 14 – Formas de acesso a informações sobre oferta de auxílios



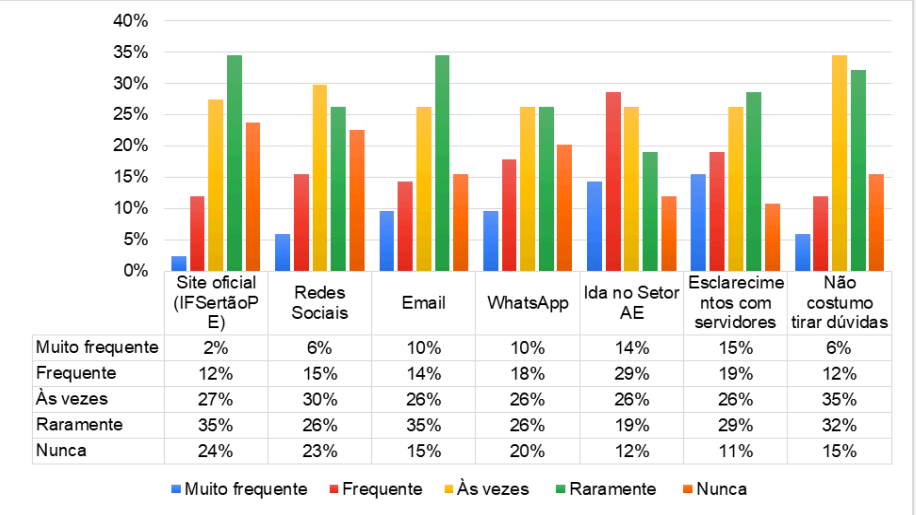
	Site oficial (IFSertãoPE)	Redes Sociais	Email	WhatsApp	Divulgação Sala de Aula	Divulgação Hall de Entrada	Divulgação evento/reunião
Muito frequente	5%	19%	25%	7%	2%	6%	2%
Frequente	30%	45%	38%	19%	14%	15%	8%
Às vezes	43%	30%	26%	37%	37%	25%	35%
Raramente	19%	5%	10%	25%	35%	32%	37%
Nunca	4%	1%	1%	12%	12%	21%	18%

Fonte: Pesquisa direta.

Em relação às formas que costumeiramente o estudante tem acesso às informações sobre as ofertas de auxílios da assistência estudantil, o e-mail é o canal de maior frequência, seguido de redes sociais. O site institucional também é uma ferramenta com uso frequente e de impacto. Na categoria Outros, foram citados também o acesso à informação através de cartazes na instituição e através de colegas de sala.

Deste modo, pode-se verificar que o email tem sido uma ferramenta eficaz de comunicação com estudantes do ensino médio, inclusive com frequência maior que as redes sociais, tão utilizadas entre os jovens. Por outro lado, divulgações presenciais têm sido pouco efetivas como instrumento de acesso à informação, seja pela pouca ocorrência ou pouca atenção dada a estas ações.

Gráfico 15 – Formas de busca por orientações e/ou tira-dúvidas sobre auxílios

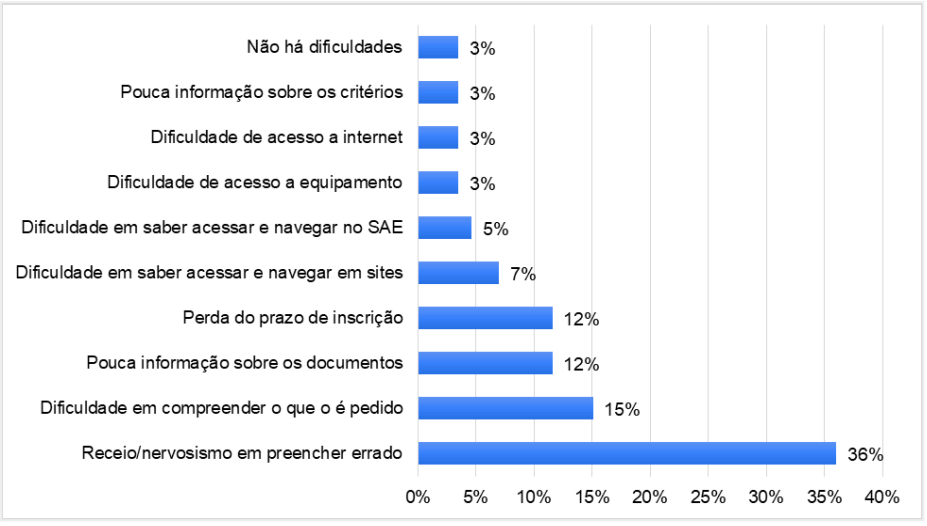


	Site oficial (IFSertãoPE)	Redes Sociais	Email	WhatsApp	Ida no Setor AE	Esclarecimentos com servidores	Não costumo tirar dúvidas
Muito frequente	2%	6%	10%	10%	14%	15%	6%
Frequente	12%	15%	14%	18%	29%	19%	12%
Às vezes	27%	30%	26%	26%	26%	26%	35%
Raramente	35%	26%	35%	26%	19%	29%	32%
Nunca	24%	23%	15%	20%	12%	11%	15%

Fonte: Pesquisa direta.

Em relação à busca por orientações e/ou tira-dúvidas sobre os auxílios da assistência estudantil, a ida ao setor e o esclarecimento com servidores, bem como o uso do e-mail ou do Whatsapp são destaques como principais meios de acesso à informação. Aqui, vale reforçar a importância do esclarecimento e orientação, especialmente em tempo hábil, conforme cronograma do Edital, tendo em vista que o processo seletivo e a execução do Edital é um processo relativamente novo aos ingressantes do Ensino Médio Integrado e a exigências de vários documentos e do processo de inscrição sistematizado por vezes desestimula e pode gerar erros na inscrição, excluindo preliminarmente do processo dezenas de estudantes que são perfil socioeconômico da política, como discute o gráfico 16.

Gráfico 16 – Principais dificuldades encontradas no processo de inscrição em Editais da AE



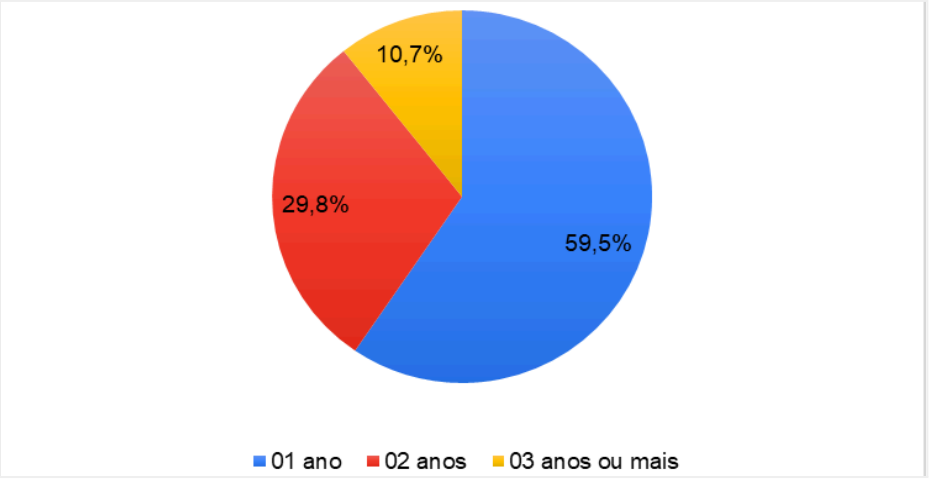
Fonte: Pesquisa direta.

Logo, como principais dificuldades apontadas no momento da inscrição, o medo do preenchimento incorreto tem destaque. Vale considerar que, além de ser um processo novo, a submissão de inscrições via editais representa também a esperança (e necessidade) colocada na aprovação como condição fundamental para o pleno desenvolvimento do percurso educacional, dado às despesas postas. Assim, um indeferimento de inscrição sugere no mínimo a espera pelo semestre seguinte quando será ofertado um novo edital de acesso à política.

A necessidade de um Edital mais objetivo e claro, bem como o esclarecimento sobre a documentação básica são demandas apontadas e que precisam ser consideradas diante das necessidades relatadas. Muitas dificuldades de acesso e manuseio do sistema podem ser minimizadas com a ampliação na divulgação dos manuais de passo a passo e disponibilização de equipamentos digitais para inscrição, reforçando também a responsabilidade do estudante na atenção aos prazos e na busca por orientação em tempo hábil.

Para entendermos o perfil dos participantes da pesquisa, beneficiários ativos da política, consultou-se há quanto tempo o estudante tem garantido o acesso ao(s) auxílio(s), conforme gráfico 17:

Gráfico 17 – Tempo na condição de beneficiário da PAE



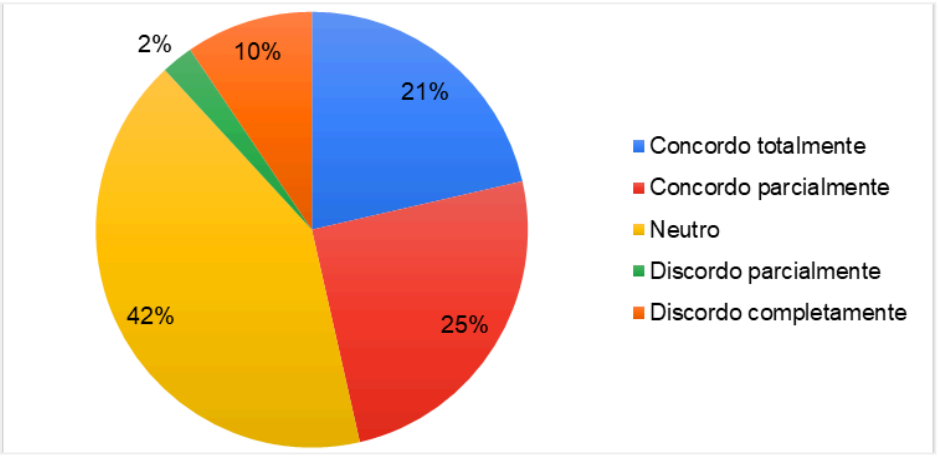
Fonte: Pesquisa direta.

Quase 60% dos respondentes estão há cerca de 01 ano recebendo pelo menos 01 tipo de auxílio da assistência estudantil. Este questionamento baseia-se no período de permanência na política e não ao ano de ensino correspondente. Entretanto, a indicação de progressiva

adesão de estudantes pode indicar que a política tem exercido o seu papel de fluxo entre a entrada e saída dos beneficiários conforme o período de permanência no curso, que no Ensino Médio é de 03 anos.

Em relação à seleção no edital de assistência estudantil, questiona-se o participante em relação à ocorrência de injustiças, conforme gráfico 18:

Gráfico 18 – Injustiças na seleção do edital da AE



Fonte: Pesquisa direta.

Para cerca de 46% dos estudantes, há concordância parcial ou completa de que ocorre algum tipo de injustiça na seleção dos Editais. Uma parte considerável, 42%, se manteve neutro nesta resposta. Apenas 12% discordam, parcial ou completamente, da existência de injustiças na seleção. Logo, pode-se inferir que a fragilidade das seleções é uma questão presente no cotidiano dos estudantes beneficiários a qual merece atenção e correções imediatas, tendo em vista que implica na eficácia da política em alcançar o devido público-alvo e no uso adequado do recurso público.

Para os casos afirmativos, solicitamos que o estudante justificasse a resposta, e as principais categorias apontadas constam na figura 4:

Figura 4 – Principais injustiças na seleção do edital de assistência estudantil

Fonte: Pesquisa direta.

Os estudantes indicam uma fragilidade no processo de seleção e acompanhamento do benefício, fato este que gera duas preocupantes situações: quem não precisa tanto é contemplado e quem precisa muito é desclassificado ou fica em lista de espera. Vale ressaltar que os estudantes que ficam à margem da política, ao não acessá-la, também são atravessados por dificuldades que impactam na sua permanência e formação escolar.

É pontuado também que pode ocorrer omissão de informações de renda que poderia colocar o candidato em uma classificação prioritária, bem como fraude de documentos ao inserir nas declarações dados incompatíveis com a realidade socioeconômica ou mesmo inserir ou excluir membros importantes do cadastro de forma a moldar-se ao perfil do Edital, como indica a participante n° 6 que declara "*eu vejo que algumas pessoas omitem suas rendas, os pais tem empresas e tals e as pessoas daqui escondem*" e o n° 43 "*pois percebo muitas pessoas que mentem sua renda para receber, e até chegam a pegar comprovante de outras pessoas para justificarem esta*".

É importante frisar que há meios de denúncias de possíveis fraudes através da Coordenação local de assistência estudantil ou Ouvidoria institucional, que são canais de escuta, inclusive de forma anônima. A ampliação da divulgação destes canais é uma ação importante como meio de inibir ou reduzir casos de recebimento indevido.

Por outro lado, relata-se que aqueles com perfil socioeconômico de alta vulnerabilidade preenchem corretamente conforme sua situação social e têm uma classificação mais distante do número de vagas, como visto no relato do estudante n° 45 "*várias pessoas carentes não consegue passar na lista para o auxílio*". Por vezes ainda,

ocorre a exclusão do processo seletivo diante das dificuldades de manuseio e preenchimento incorreto.

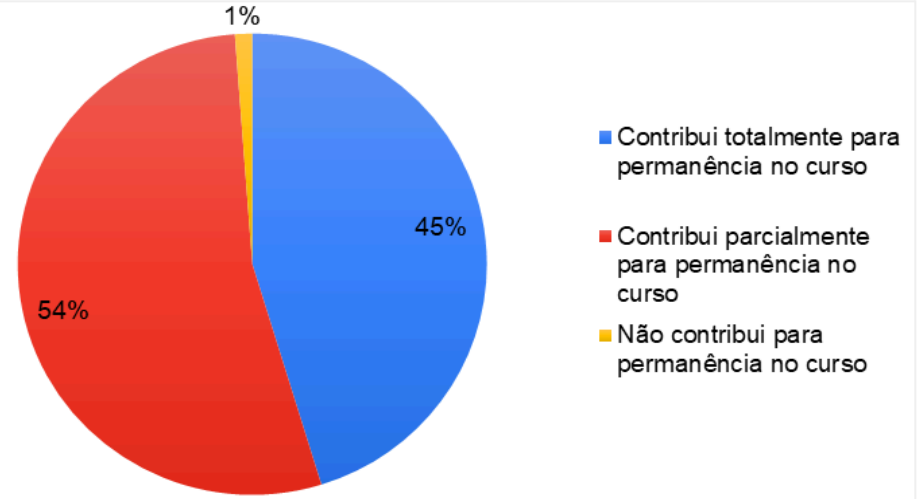
Os estudantes indicam que o formulário utilizado, no qual o Barema da PAE gera automaticamente a classificação no sistema, é frágil e genérico, não traduz as necessidades dos estudantes e é passível de preenchimento tendencioso. Para o participante n° 59 "*acho que o formulário de inscrição no auxílio não abrange totalmente as dificuldades dos alunos por si só, por isso acho entrevista em conjunto com o formulário uma melhor opção*", complementado pelo participante n° 61 "*Não considero a forma de avaliação eficiente. Muitas pessoas podem burlar ao preencher*".

Ademais, relata-se o recebimento indevido do auxílio-transporte por estudantes que não têm essa despesa, pois utilizam transporte público disponibilizado pelas prefeituras, como o participante n° 51, ao declarar que "*Tem cidades que o município oferece transportes, e mesmo assim os alunos recebem os auxílios*".

Dito isso, deve-se considerar também algumas medidas de gestão da PAE, como mapeamento das localidades acobertadas pela oferta de transporte público e uma seleção que permita uma maior proximidade e conhecimento da realidade do estudante, a exemplo das Entrevistas Sociais. Além disso, considerando a complexidade de uma avaliação socioeconômica, o sistema de seleção poderia ser mais flexível, concedendo aos avaliadores uma maior autonomia no ajuste das informações apresentadas conforme comprovações em análise e ajuste nas classificações.

Na questão seguinte, foi solicitado que o participante avaliasse a PAE quanto a permanência durante o desenvolvimento do seu curso, considerando o recebimento dos auxílios estudantis:

Gráfico 19 – Avaliação da PAE na permanência estudantil

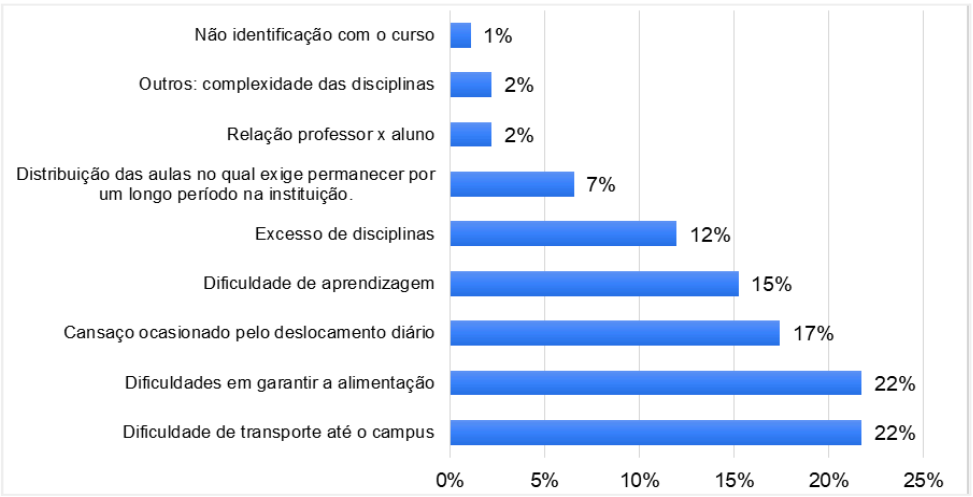


Fonte: Pesquisa direta.

Para 45% dos estudantes, há uma total contribuição da política na permanência estudantil durante o curso; este valor sobe para 99% quando considera-se os que avaliam que contribui parcialmente. Logo, fica evidenciada a relação entre o recebimento dos auxílios e um desenvolvimento no curso que permita ao estudante cursá-lo com maior tranquilidade, corroborando com a literatura que indica uma estreita relação entre o acesso aos auxílios estudantis e um bom desempenho acadêmico.

Sobre as dificuldades de permanência no curso, após o ingresso na instituição, apresentamos os resultados no gráfico 20:

Gráfico 20 – Principais dificuldades de permanência no curso



Fonte: Pesquisa direta.

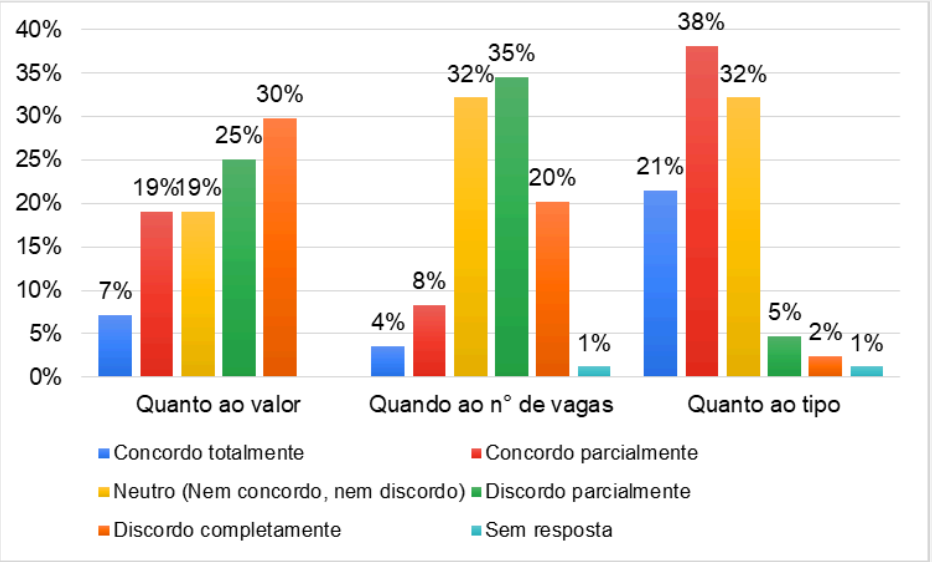
As principais dificuldades apontadas referem-se à garantia da alimentação e transporte, demandas estas que têm um custo, considerando que não há refeitório para oferta do lanche[2] e há municípios e localidades não acobertadas pelo transporte público. Assim, mesmo que existam auxílios destinados a acobertar essa demanda, o valor insuficiente pode limitar sua capacidade de garantir a permanência no curso.

Em seguida, os participantes relatam o cansaço ocasionado pelo deslocamento diário entre as localidades, que exige um dispêndio maior de tempo e energia para se fazer presente nos horários de aula. Outras dificuldades pedagógicas são destaque e podem ser potencializadas pela dificuldade de adaptação à logística do IFSertãoPE, já apontada em discussão anterior, o qual apresenta um maior número de disciplinas e maior tempo de permanência diária na instituição.

[2] No momento desta pesquisa, em Abril de 2025, a construção do refeitório no *campus* Salgueiro encontra-se em fase de execução.

No questionário, pedimos que os estudantes avaliassem a oferta dos auxílios com base em três fatores: Quanto ao valor (se atende a finalidade de custeio da despesa a que se destina), quanto ao número de vagas ofertados e quanto aos tipos de auxílios ofertados, conforme gráfico 21:

Gráfico 21 – Avaliação dos auxílios ofertados pela AE



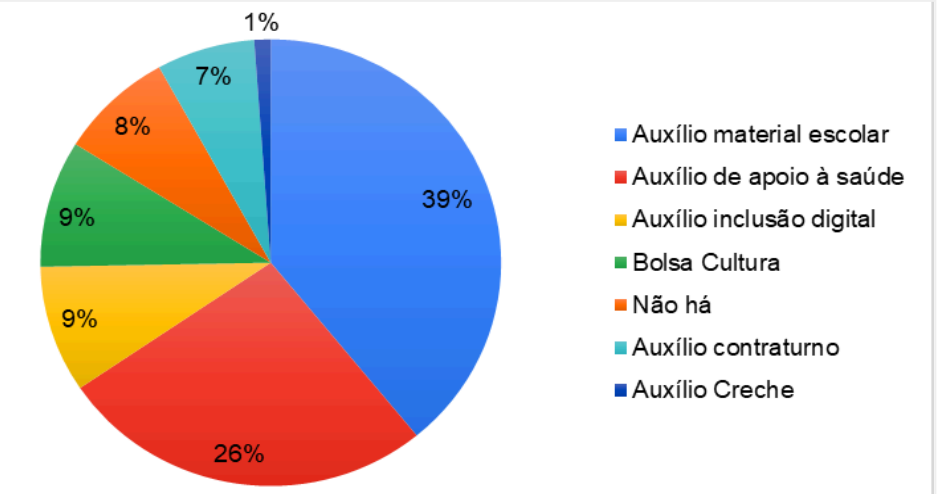
Fonte: Pesquisa direta.

As maiores concordâncias estão na avaliação dos tipos de auxílios ofertados, com quase 60% das respostas. Em relação ao valor e número de vagas, a discordância parcial ou total é de cerca de 55% em ambas as modalidades, isto é, mais da metade dos participantes discorda em alguma medida. As taxas de respostas neutras também têm grande evidência, enquanto a completa concordância das ofertas ocorre apenas em 7% em relação ao valor e 4% em relação às vagas.

Deste modo, observa-se uma insatisfação, especialmente com o valor e número de vagas oferecidas nos Editais, o que pode sugerir que as ofertas atuais não atendem plenamente a demanda a que se propõem, seja em termos de custear integralmente a demanda e/ou contemplar a todos que dela necessitam.

Foi questionado aos estudantes se há algum auxílio não ofertado pelo *Campus* que identifique a necessidade de oferta, e para 8% não há. As demais respostas apontam o tipo de auxílio que avalia necessário, conforme gráfico 22:

Gráfico 22 – Demanda por auxílios não ofertados



Fonte: Pesquisa direta.

As demandas por auxílio destinado a material escolar e inclusão digital coadunam com a sinalização já realizada da dificuldade de custeio de despesas em disciplinas ou cursos que exigem materiais específicos, sem os quais as atividades e o estudo ficam prejudicados. Nota-se ainda um número considerável de estudantes que não tem um celular, tablet ou computador ou o tem em condições incompatíveis às demandas das atividades propostas. É válido refletir que, mesmo com a implementação de auxílios destinados à inclusão digital, esta é uma demanda que permanece, pois há sábados que são dias letivos e têm aulas onlines.

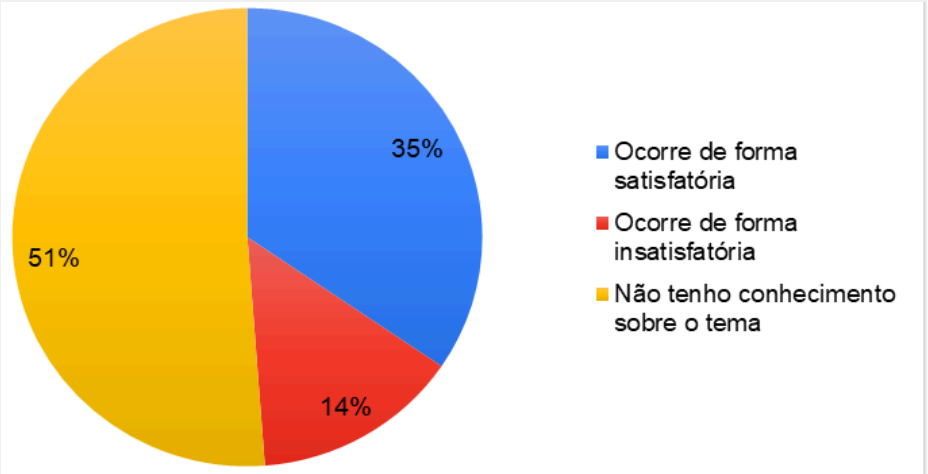
A demanda de auxílio destinado ao apoio à saúde, vista em 26% das respostas, indica a preocupação especialmente com a saúde mental, na busca pelo custeio com acompanhamento psicológico e/ou tratamento psiquiátrico. Vale frisar que, no momento, o *Campus* Salgueiro não dispõe de profissional da área de Psicologia. Considerando que saúde é o bem-estar Biopsicossocial, a atenção a esta demanda vai além do âmbito da unidade familiar e rede de saúde municipal, devendo contar com o apoio da assistência estudantil e gestão institucional, pois impacta diretamente nas condições de permanência e êxito do estudante.

Outras demandas, como bolsa-cultura e auxílio-creche, são pontuadas, bem como em Outros, acrescenta-se o Auxílio-contraturno. Este último foi implementado nos anos anteriores pela gestão do *campus*, com recursos próprios da fonte de custeio, com o objetivo de custear mensalmente almoço dos estudantes, considerando a obrigatoriedade de 01 dia de contraturno por semana. Embora não tenha sido ofertado pela assistência estudantil, por atender uma demanda de alimentação, os estudantes reforçam esta necessidade.

No questionário, solicitamos que os participantes avaliassem a participação dos

discentes no acompanhamento do uso e distribuição do orçamento da assistência estudantil e tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 23 – Participação dos discentes no acompanhamento do orçamento da AE



Fonte: Pesquisa direta.

Mais da metade dos estudantes declararam não ter conhecimento sobre o tema e 14% avaliam como insatisfatória, o que nos indica que o tema Orçamento ainda está em segundo plano no cotidiano escolar. A garantia dos direitos através de políticas sociais se efetivam na sua plenitude quando o seu público participa, analisa e avalia o desdobramento das ações. Logo, aproximar os estudantes para esta compreensão e participação é atuar também na formação cidadã.

Por fim, solicitamos que os participantes apresentassem sugestões de melhoria no planejamento, execução e monitoramento da PAE, e as principais categorias constam nos quadros 05 e 06:

Quadro 5 – Sugestão para melhor uso do recurso da assistência estudantil o qual atenda às necessidades dos estudantes

PLANEJAMENTO DE AUXÍLIOS	GESTÃO CPAE/INSTITUIÇÃO	ATENÇÃO AO DISCENTE
Busca para ampliar recurso orçamentário	Seleção mais criteriosa	Escuta qualificada por turmas
Aumento de vagas	Melhorar a divulgação	Escuta qualificada por cidade de moradia

Aumento do valor	Apoio no momento das inscrições	Realizar pesquisa para entender as necessidades
Criar novos auxílios	Editais simplificado e objetivo	
Retorno do Auxílio contraturno	Gestão transparente	
Lançar o edital mais vezes por ano	Construção do refeitório	

Fonte: Pesquisa direta.

Em relação à necessidade de uso do orçamento público condizente às necessidades dos estudantes, agrupamos as sugestões em 03 grupos de ações. As ações relacionadas ao planejamento de auxílios referem-se, antes de tudo, à ampliação do orçamento, o que permitirá uma ampliação dos auxílios, do valor e do número de vagas, bem como o lançamento de mais Editais, de forma a não demorar um semestre completo para uma nova oferta.

Para a gestão da AE e do *Campus* Salgueiro, ações como apoio ao estudante no período da oferta do edital, tornando-o mais claro e acessível, bem como uma seleção mais criteriosa são destaque. Ademais, a construção do Refeitório pode atender a uma demanda urgente e básica: assegurar uma alimentação de qualidade.

O convite para esta pesquisa permitiu que os estudantes se sentissem pertencentes à instituição e, deste modo, momentos de escuta e atenção às suas necessidades são elencados. O estudante n° 50 apresenta como sugestão "*ouvir os discentes por meio de formulários como esse e identificar as verdadeiras dificuldades que os alunos enfrentam*".

No quadro 6, elencamos as principais sugestões dos discentes que possam contribuir com sua permanência no *campus* Salgueiro:

Quadro 6 – Sugestão para que assistência estudantil garanta a permanência no decorrer do curso

CPAE	INSTITUIÇÃO
Seleção e acompanhamento mais criterioso	Melhor distribuição das disciplinas
Considerar despesas no contraturno: alimentação e transporte	Apoio pedagógico
Maior participação dos discentes na AE	Apoio psicólogo

Melhoria no valor dos auxílios	Salas de descanso
Melhoria no n° de vagas dos auxílios	Refeitório
Garantir alimentação e transporte	Promoção de eventos culturais
Avaliação contínua da política	
Apoio na aquisição de material escolar	
Valor do auxílio transporte conforme valor de contrato	
Ter data de previsão para pagamento dos auxílios	
Melhorar comunicação/escuta dos estudantes e suas demandas	

Fonte: Pesquisa direta.

Em relação às sugestões para a AE com vistas a garantir a permanência no curso, agrupamos as ações em dois grupos: destinados à CPAE e a gestão do *Campus* Salgueiro. Para a CPAE, reforça-se uma seleção e acompanhamento mais criteriosos, de forma a minimizar possíveis recebimentos indevidos dos auxílios. Em relação às despesas básicas, indica-se que o valor proposto consiga custear completamente a demanda, a fim de satisfazer plenamente esta necessidade, especialmente no caso da alimentação. Para o estudante n° 57: *"Sugiro que façam uma pesquisa sobre a média de gasto em alimentação ou transporte dentre outros de cada aluno, para que possam refazer o orçamento dos auxílios, podendo assim suprir completamente os valores gastos nessas despesas*".

A política deve ser continuamente revista e ajustada, sempre que necessário, e despesas que refletem diretamente nas atividades didáticas, como material escolar, também devem ser levadas em consideração.

O fato de não saber quando o pagamento ocorrerá implica em desconforto em relação ao pagamento das despesas, com o contratante do transporte, com o responsável pela lanchonete, ou com o cartão de crédito, por exemplo. Assim, prever um período possível para cair os pagamentos permite um melhor planejamento do uso do recurso.

Outro destaque são os momentos de escuta e de inclusão dos estudantes nas decisões, que são vistos como uma necessidade que pode fortalecer a relação com a instituição e garantir uma gestão mais alinhada aos interesses dos estudantes, que são a base de uma instituição de ensino.

Para a gestão institucional, sugere-se que a distribuição das disciplinas seja pensada de forma a minimizar a rotina exaustiva de atividades e permanência na instituição, que enseja outra demanda: Salas/local de descanso para os momentos vagos.

O apoio pedagógico e psicológico são demandas de destaque, que embora presentes no organograma institucional, no momento está pendente o serviço de psicologia. O refeitório novamente é frisado como demanda essencial para a permanência estudantil e a promoção de eventos culturais é citada, bem como outros momentos fora da sala de aula que aliem o conhecimento e despertem bem-estar e descontração aos estudantes.

Por fim, condensando um pouco dos pontos já discutidos acima, apresentamos o relato do participante n° 29, ao apresentar na sua sugestão as dificuldades encontradas em um instituição de ensino que também é pública, correlacionando a sua experiência no ensino fundamental: "*supra todas as necessidades de todos os alunos, isso fará com que todos os alunos sejam acolhidos pela instituição, como aluno a 1 ano no IF sinto que deixar um aluno com fome é meio sabe? corrói a imagem da instituição. Antes no fundamental, vim de escola pública, e antes eu não gastava nada então por que agora? se a instituição é pública, por que eu gasto com transporte e alimentação? se sabem que o valor não dá! alguns faltam e passam fome no campus ou utilizam dinheiro dos pais (algo relativamente não muito legal pois tirando aqui, abre um córrego ali), bem a melhor forma resumidamente é escutar os alunos como feito agora, e deixando um ponto que é suprir sua necessidade e abraçá-los. Assim, a instituição se tornará algo lindo de se ver, sabia que a alimentação melhora o raciocínio, a vontade de participar de projetos e o auto cuidado?*"

A subseção a seguir apresenta os dados coletados na aplicação do questionário com os membros da comissão permanente de assistência estudantil no qual apresentam suas percepções sobre o planejamento, execução e monitoramento da política, bem como indicam sugestões de melhorias.

4.3.2 Membros da comissão permanente de assistência estudantil

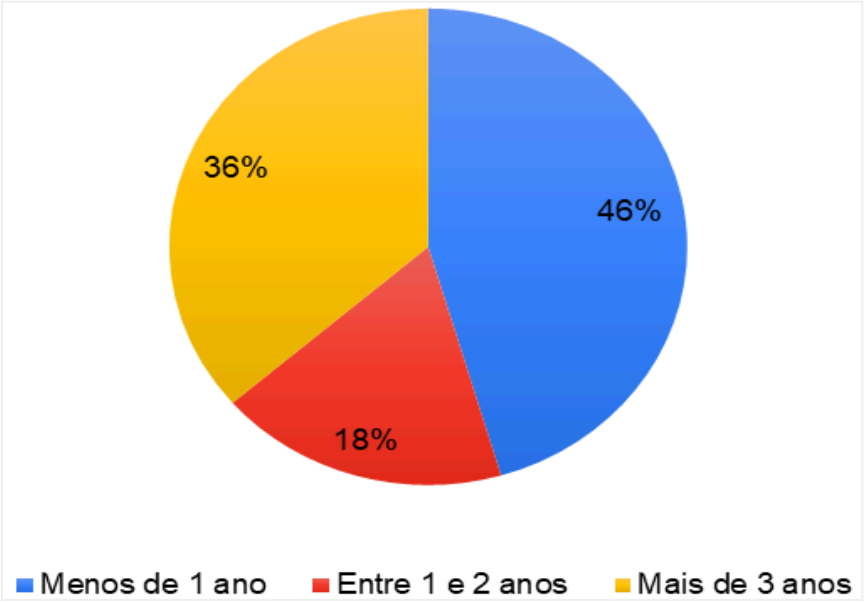
Um questionário foi especialmente desenvolvido para a comissão permanente da assistência estudantil, conforme Portaria 87/2024 - DG/CSAL (Brasil, 2024b) e teve como público 11 integrantes (excetuando-se a pesquisadora), que a compõem na condição de estudante, TAE ou docente. Destes, obteve-se a contribuição de todos os integrantes.

Em relação à categoria dos participantes no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, 64% são Técnico-Administrativos em Educação (TAE), 27% Alunos e 9% Docentes. Há servidores

dos cargos Assistente de alunos, Pedagogo, Nutricionista, Auxiliar de Biblioteca, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Assuntos Educacionais e Docente de Educação Física, e estudantes dos cursos de Ensino Médio em Informática, Agropecuária e curso Superior em Engenharia Civil.

O período de atuação na comissão é variável entre meses até mais de 03 anos, conforme gráfico 24:

Gráfico 24 – Tempo de atuação na Comissão permanente de AE

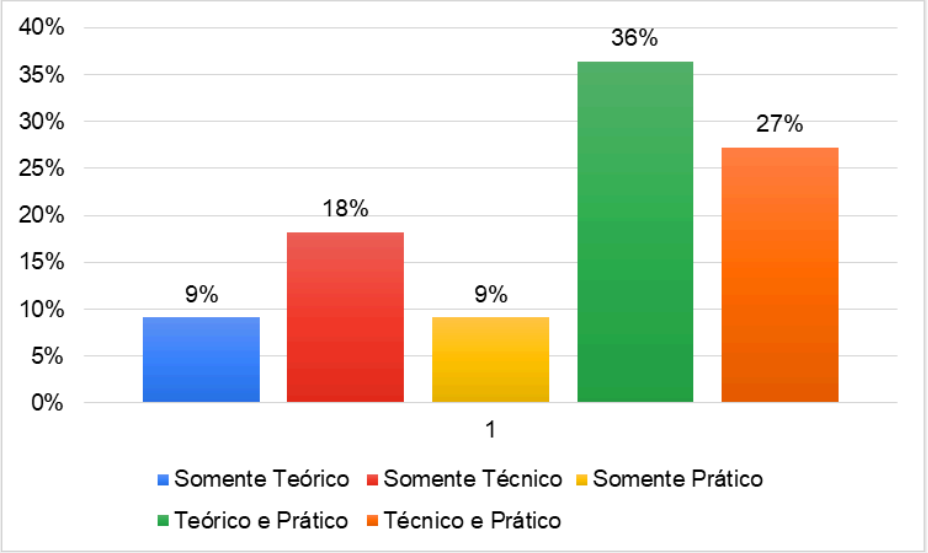


Fonte: Pesquisa direta.

Quase metade dos membros ingressaram recentemente na comissão. Por outro lado, há um percentual considerável de 36% dos membros que têm uma experiência acima de 03 anos de atuação. A diversidade na composição dos membros e no período de atuação na comissão permanente refletem em uma equipe plural e com possibilidade de contribuição ampla.

Ao questionar sobre o nível de atuação e conhecimento da PAE, listamos as opções com as seguintes legendas: Conhecimento Teórico (conhece as normativas e regulamentos), Técnico (Acompanhamento e atuação técnica) e Prático (conhece as regras básicas de permanência, suspensão ou desligamento do aluno). O resultado segue no gráfico 25:

Gráfico 25 – Nível de atuação e conhecimento da PAE

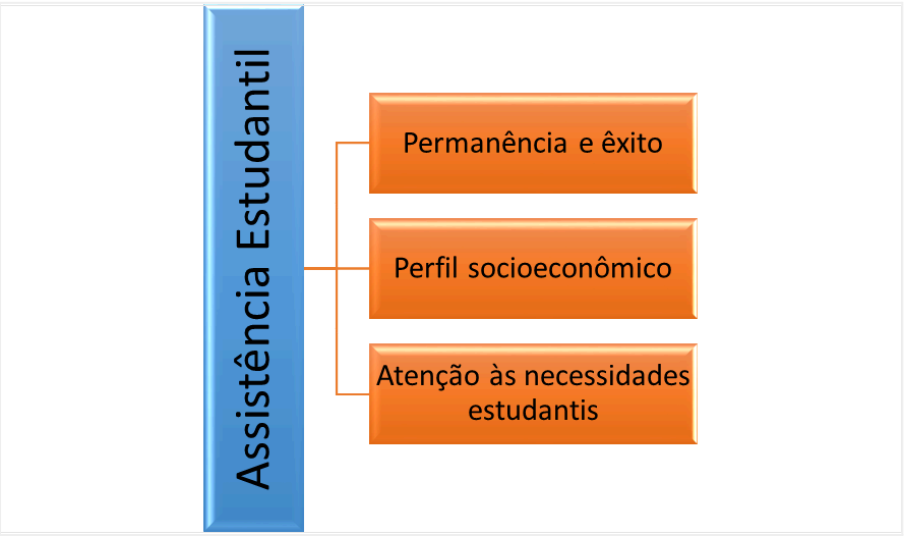


Fonte: Pesquisa direta.

Identificamos que 36% tem os conhecimentos teórico e prático, isto é, sua atuação envolve o conhecimento da normativa, bem como as regras mais diretas e imediatas para permanência do beneficiário na política. Uma parcela significativa de 27% assinala ter o conhecimento técnico e prático, com atuação técnica, relacionando as atribuições do seu cargo com a PAE e conhece as regras básicas que vinculam o estudante à condição de beneficiário. Alguns membros definiram sua atuação a uma competência central, vinculada a um tipo de conhecimento, sendo 18% com conhecimento técnico, 9% teórico e outros 9% prático.

Quanto à execução da política, esta foi bem avaliada por todos os participantes, sendo que 46% a consideram boa, 36% ótima e 18% excelente. A tendência da avaliação positiva coaduna com a concepção de assistência estudantil, que também foi questionado aos membros. Para eles, este termo remete às categorias: permanência e êxito, perfil socioeconômico e atenção às necessidades estudantis.

Figura 5 – O que é assistência estudantil para os membros da comissão permanente de AE

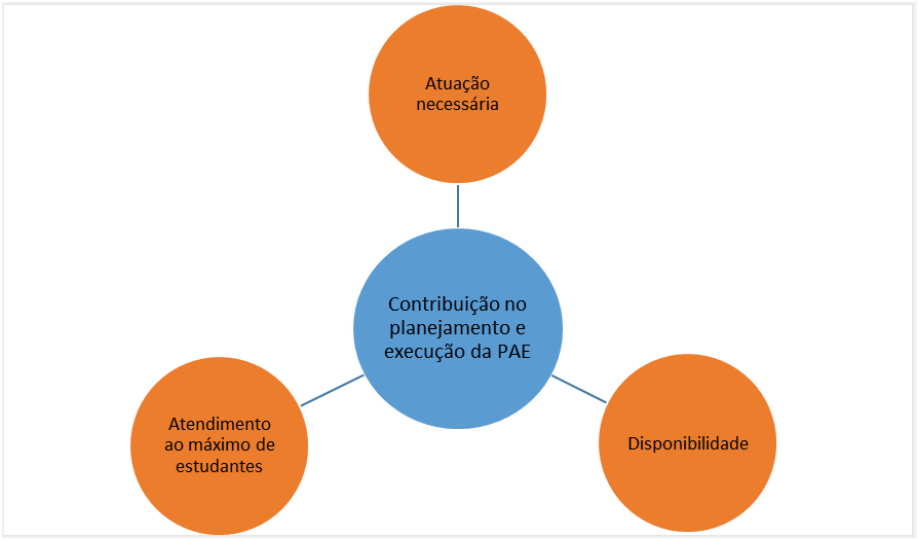


Fonte: Pesquisa direta.

Vale reforçar que o objetivo final da PAE é promover a permanência e êxito, com um uso de recurso orçamentário direcionado a um público em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de minimizar efeitos da desigualdade social que podem impactar no percurso de formação educacional e, deste modo, compreender as necessidades estudantis é fundamental para o planejamento de uma política eficaz.

Em relação à autoavaliação da contribuição do membro da comissão de AE no planejamento e execução da política, os principais termos estão categorizados na figura 6:

Figura 6 – Autoavaliação da contribuição no planejamento e execução da política pela comissão permanente de AE

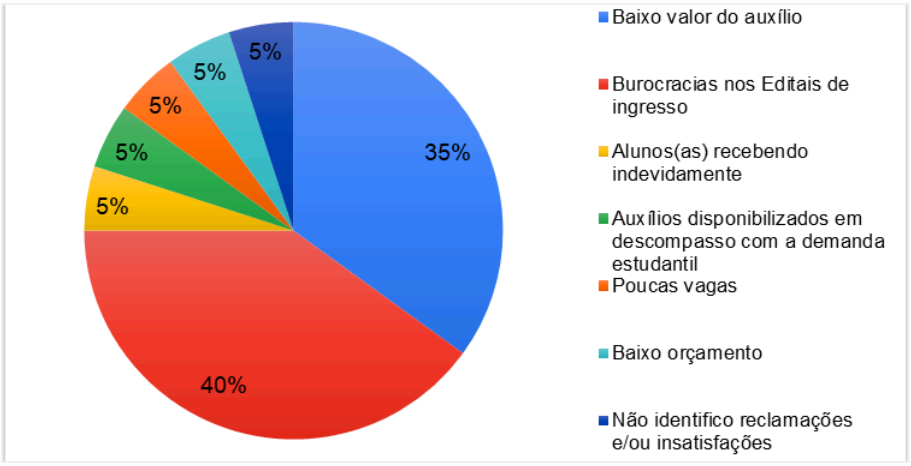


Fonte: Pesquisa direta.

Os participantes destacam que é uma atuação necessária e conjunta por meio de uma construção coletiva de alternativas e possibilidades para melhor execução da política no *campus*. Para o participante n° 9, "*Penso que busco coletivamente propor alternativas que vise atender o máximo possível de estudantes, mesmo sabendo das limitações orçamentárias do programa. Colaboro com reflexões sobre as possibilidades de atender estudantes com grande vulnerabilidade, e como isso tem impacto no processo de ensino-aprendizagem deles, caso não seja pensado em políticas de assistência estudantil eficientes e mais inclusivas, e por fim, sempre apoio as decisões que visam ampliar o atendimento a um número maior de estudantes, que tanto precisam de auxílios para prosseguir nos seus estudos*". Assim, é central o posicionamento em defesa da política a todos que dela necessitem, de tal modo que a busca por estudos, capacitação e contribuição técnica de acordo com sua área de atuação é destacada entre os membros.

A fim de conhecer as possíveis limitações na execução da PAE para a comunidade acadêmica na perspectiva dos membros da comissão de acompanhamento permanente, indagamos sobre as principais reclamações e insatisfações identificadas, e o resultado é apresentado no gráfico 26:

Gráfico 26 – Principais reclamações e insatisfações da comunidade acadêmica



Fonte: Pesquisa direta.

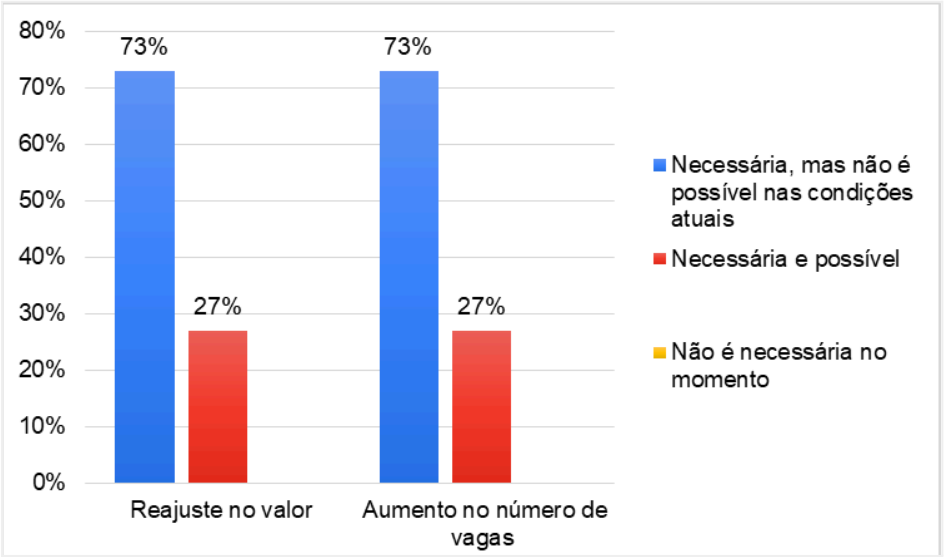
Em relação às queixas da comunidade acadêmica observadas pelos membros da comissão de AE, têm destaque a questão burocrática no processo seletivo de ingresso ao programa, que ocorre via Edital, em um sistema informatizado e que exige um considerável número de documentos de todos os membros do grupo familiar, bem como um prazo determinado em cronograma. Esta soma de fatores torna o processo por vezes excludente, o

que pode justificar a preponderância desta resposta.

Em seguida, também com expressivo destaque, os participantes destacam o valor do auxílio como motivo de insatisfação, e nesse contexto é preciso refletir sobre o alcance (ou não) da finalidade a que se destina, a fim de compreender se de fato atende à demanda dos beneficiários. Reclamações referentes ao valor, ao número de vagas, à lista de espera, que nem sempre é convocada e o recebimento indevido também são percebidas pelos membros da comissão. Somente 5% não identificam reclamações ou insatisfações.

Diante desse contexto, solicita-se dos participantes a análise quanto a necessidade e possibilidade de ajuste no valor e número de vagas ofertadas, como demonstra o gráfico 27:

Gráfico 27 – Ajuste no valor e número de vagas dos auxílios ofertados

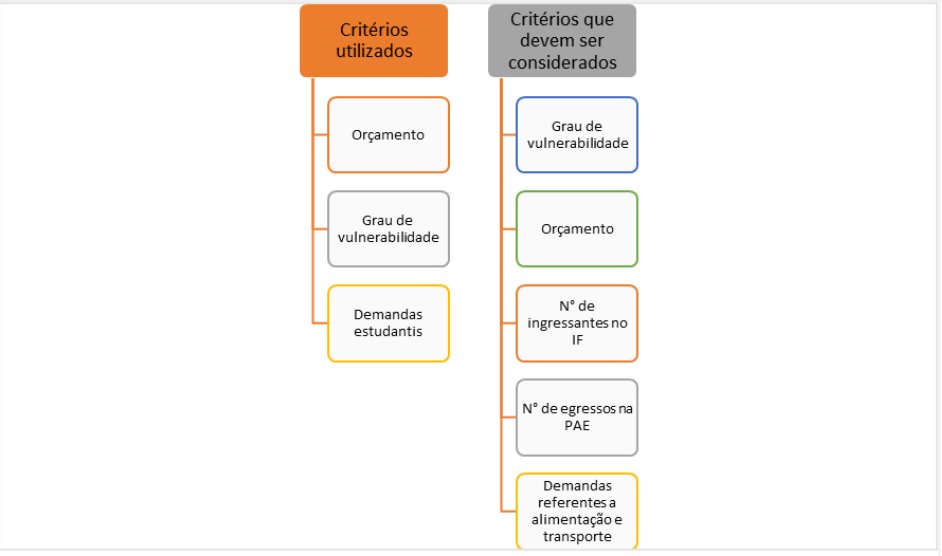


Fonte: Pesquisa direta.

Nesse contexto, todos os membros reconhecem a necessidade de ajustes em relação ao valor e às vagas. Porém, a maioria da comissão entende não ter condições objetivas de alteração desta condição no momento. A maior limitação encontra-se no parco orçamento. Entretanto, cerca de 27% dos membros da portaria vigente reconhecem a necessidade de ajustes e entendem ser possível realizá-lo em ambos os casos.

Em relação aos critérios utilizados pela comissão no planejamento e oferta de auxílios e quais o participante entende ser necessário considerar, as respostas estão ordenadas por categorias conforme respostas indicadas na figura 7:

Figura 7 – Principais critérios no planejamento e oferta dos auxílios



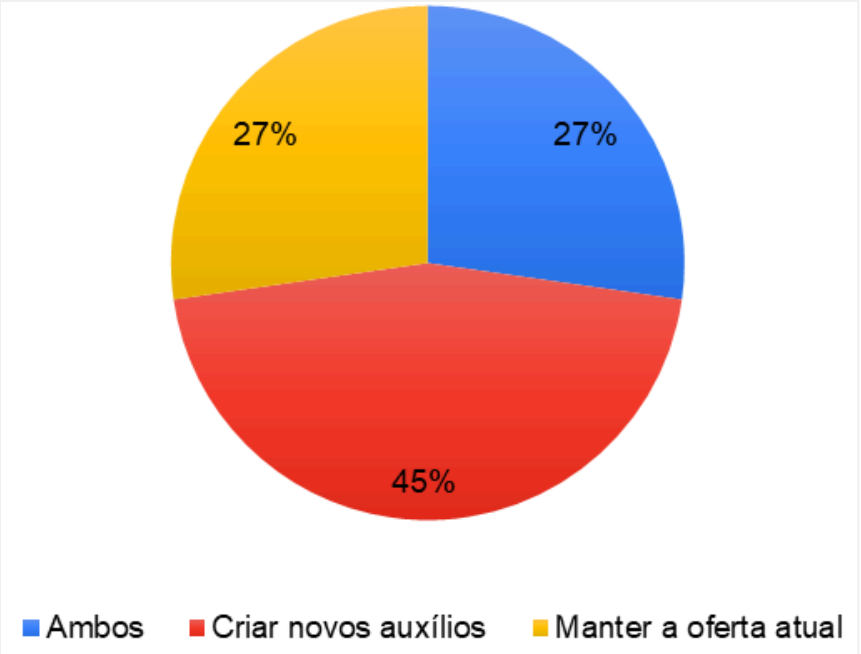
Fonte: Pesquisa direta.

É possível verificar que há uma concordância de que todos os critérios utilizados devem, de fato, ser levados em consideração; contudo, a ordem de frequência das categorias citadas altera-se quando analisadas à luz da opinião individual, sendo preponderante o perfil de vulnerabilidade socioeconômica. É dada ênfase ainda aos dados de ingressantes a cada ano no *campus*, bem como ao acompanhamento do número de estudantes que deixam a condição de beneficiário da política, o que sugere a abertura de vagas.

Outro destaque na fala dos participantes refere-se à preocupação com as demandas de alimentação e transporte, que são custos diários e primordiais para o bom desempenho do estudante, devendo ser assegurados plenamente, como destaca o participante n° 06, ao citar os critérios que devem ser levados em consideração: "*A quantidade de alunos em situação de vulnerabilidade alimentar e distância de sua residência para seu ambiente escolar*".

Assim, considerando o contexto de definição de critérios para melhor uso do orçamento diante da sua limitação, solicitamos a análise quanto a oferta dos auxílios atuais e/ou criação de novos, demonstrado no gráfico 28:

Gráfico 28 – Análise dos tipos de auxílios ofertados

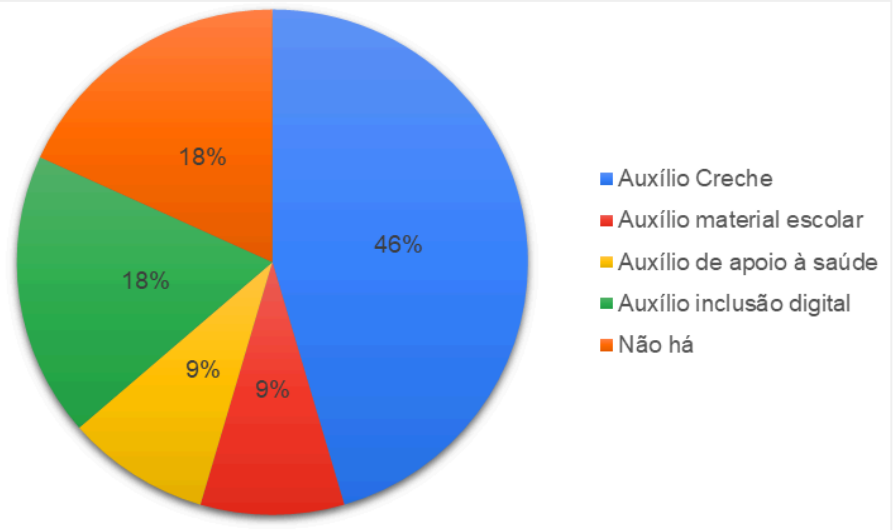


Fonte: Pesquisa direta.

Há uma prevalência da indicação para criação de novos auxílios, visto em 45% das respostas, ou 72% se considerarmos o público que avalia que devem se permanecer os auxílios ofertados atualmente, bem como expandir com a criação de novos auxílios. Conforme sugere o participante n° 09: "*Permaneceria com os atuais e, a partir de estudos da situação socioeconômica e outras barreiras para a permanência estudantil, pensasse e criasse outros tipos de auxílios*".

Assim, ao passo que são reconhecidas as limitações orçamentárias e de garantia dos auxílios básicos, como alimentação e transporte, no valor e quantidade adequados à demanda, outras necessidades também são emergentes e implicam na permanência estudantil, sendo constatado também que sua oferta é fundamental.

Gráfico 29 – Auxílio não ofertado que apresenta demanda



Fonte: Pesquisa direta**.**

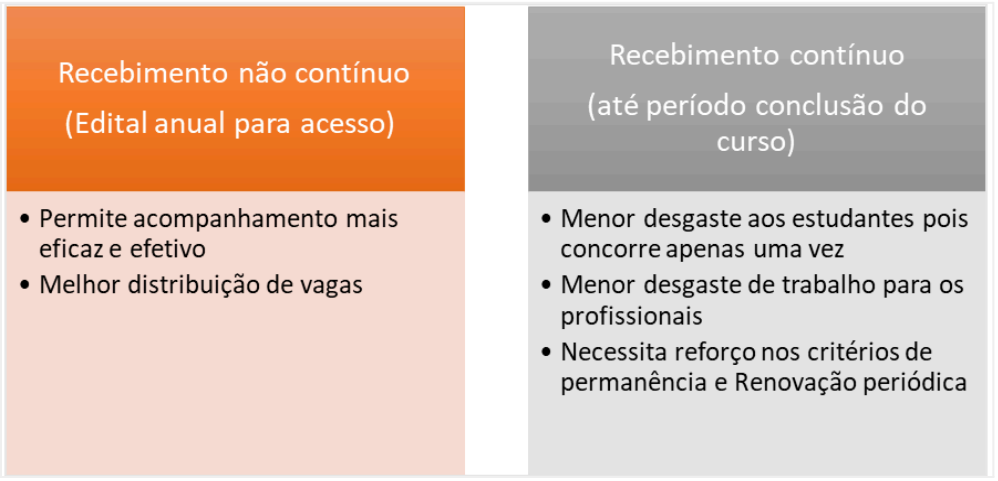
Quase metade dos membros apontam que a oferta do auxílio-creche se mostra necessária. Este auxílio está previsto na PAE e é direcionado a estudantes (de ambos os sexos) que têm filho(a) com idade inferior a 6 anos, para custeio com serviços de creche ou um cuidador nos períodos que tenha que estar dedicado às atividades estudantis. Uma vez previsto na resolução institucional, sua oferta está condicionada à questão orçamentária e à decisão da comissão permanente.

Outras demandas referem-se a despesas com material escolar solicitado para o desenvolvimento de atividades, o custo com despesas de tratamento contínuo, especialmente psicológico e com equipamentos digitais.

Para 18% dos membros, não foi identificada demanda por novos auxílios. Este resultado pode estar relacionado à diferença entre períodos de atuação dos membros na comissão, bem como área/função/setor de atuação do participante, que permitem ter uma percepção diferente entre os membros.

Em relação ao modelo de pagamento dos auxílios, que passou a ser de forma contínua após 2019, isto é, uma vez que o estudante acessa a política, é assegurado ao discente o recebimento durante o período regular do curso, o que por outro lado gera-se um comprometimento do recurso financeiro, tem-se a seguinte análise:

Figura 8 – Avaliação sobre o recebimento do benefício pelo estudante (contínuo ou não contínuo)



Fonte: Pesquisa direta.

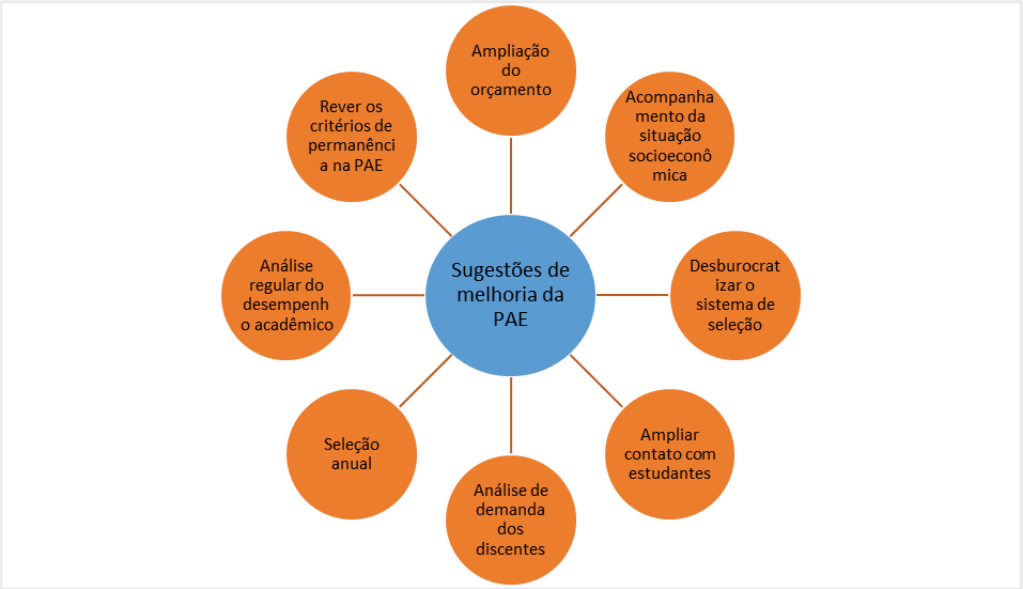
Em ambos os casos os membros apontam limitações no modelo. No caso da oferta do auxílio de forma não contínua, isto é, a condição de beneficiário limita-se ao ano corrente do Edital, foi indicado que pode ser um modelo falho, pois gera uma burocratização do acesso à política e sobrecarga de trabalho aos membros, porém permite uma melhor visualização e distribuição no número de vagas, pois não compromete o valor orçamentário, e assim permite uma maior oferta e reclassificação anual conforme grau de vulnerabilidade. Para o participante n° 04: "*... acredito que a melhor forma seria a seleção e renovação anual de auxílios, o que possibilitaria um acompanhamento mais eficaz da efetividade dos auxílios e uma melhor distribuição das vagas, já que a previsão de saída de estudantes estaria mais clara*" e o n° 12 justifica, em relação à não concordância com o Auxílio Contínuo: "*Acredito ser um modelo falho, pois compromete a abertura de novas vagas uma vez que o recurso não aumenta e a saída dos alunos não é proporcional a entrada*".

No modelo de recebimento do auxílio de forma contínua até a conclusão do período regular do curso, sugere-se a necessidade de reforçar os critérios de permanência e estabelecer periodicamente um Edital de renovação para verificação das condições de elegibilidade do estudante, ainda que de forma simplificada quando comparado ao Edital de seleção. O participante n° 7 destaca que "*Acredito que seja uma boa politica pois não gera o estresse de ter que concorrer periodicamente*" e o n° 06 "*Essencial, pois sem o benefício durante o período escolar, o aluno da nossa Instituição, fica mais tendencioso a evasão ...* ". É importante destacar a segurança que este modelo dispõe durante todo o percurso escolar, o que pode ser essencial para redução das taxas de retenção e evasão escolar. O participante n° 02 destaca ainda o trabalhos dos membros da comissão de seleção e análise "*Acredito ser uma forma de diminuir a burocracia e a sobrecarga a cada renovação de edital, a continuidade*

facilita o processo e diminui o desgaste dos profissionais envolvidos e a quantidade de documentos a analisar".

Por fim, segue na figura 9 as principais categorias listadas como sugestão de melhoria na oferta dos auxílios diante do contexto orçamentário limitado e da atenção às necessidades do seu público-alvo:

Figura 9 – Sugestões de melhoria da PAE pelos membros da comissão permanente



Fonte: Pesquisa direta.

A necessidade de ampliação do orçamento é premissa básica, considerando sua estagnação ao longo dos últimos anos, não acompanhando a demanda da política e, deste modo, medidas institucionais junto às instâncias superiores são citadas. O participante n° 09 esclarece que " *... a luta para mudar tal quadro deve partir dos setores de cima (com ajuda daqueles de baixo), em que gestores, reitores, pró-reitores e outros responsáveis cobrem das instâncias governamentais e políticos, iniciativas que tragam mais recursos a serem direcionados para maior oferta de auxílios e com valores mais justos*".

Um rigor na execução e monitoramento da PAE também é citado, através da revisão dos critérios na normativa, um acompanhamento regular e minucioso e uma seleção justa. O sistema de seleção e o Edital também precisam de ajustes a fim de tornar-se objetivo, acessível e compreensível para seus usuários. Por fim, mas não menos importante, a comunicação precisa ser permanente e a aproximação com o público é essencial para compreensão das suas necessidades, conforme destaca o participante n° 07: "*Acredito que ter reuniões com os representantes de turma seria uma boa escolha, para que os discentes se*

sintam pertencentes a assistência estudantil e possam expressar suas dores e necessidades".

Vale frisar que a percepção deste grupo de análise é de fundamental importância pois é composto por docentes, TAEs e discentes, bem como é o responsável pelas decisões que regem o planejamento, execução e monitoramento da política, sendo ainda uma ponte entre os estudantes, principais beneficiários da política, e a Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil (DPAE), a qual coordena a política a nível institucional.

A subseção a seguir apresenta a análise dos servidores lotados no setor de administração e planejamento do *Campus*, com direta contribuição na execução da PAE, especialmente no que se refere ao acompanhamento orçamentário e financeiro e aos pagamentos estudantis.

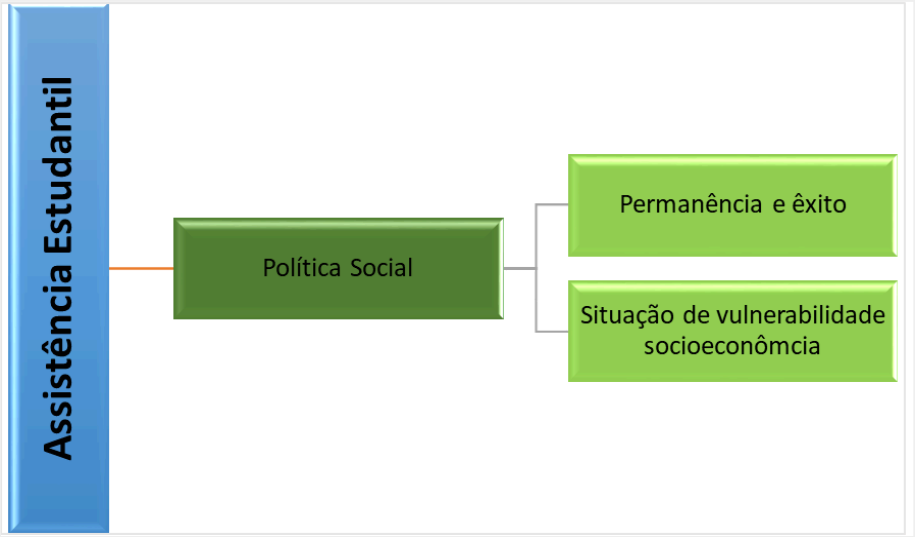
4.3.3 Servidores do DAP

Houve a disponibilização de um questionário para os servidores do DAP que atuam diretamente com demandas da assistência estudantil, direcionado a 03 servidores. Todos participaram, respondendo ao questionário.

Quando questionados sobre o tempo de duração no DAP, 67% dos servidores têm mais de 03 anos de atuação no setor e 33% com um período inferior a um ano. Deste modo, uma parcela notável dos membros tem um tempo considerável de experiência em cargo/função com relação direta na execução na PAE.

Ao perguntar o que os membros entendem por assistência estudantil as principais respostas fazem referência aos termos:

Figura 10 – O que é assistência estudantil para os servidores do DAP



Fonte: Pesquisa direta.

A principal categoria apontada foi Política Social, demonstrando o entendimento acerca da assistência estudantil como uma política pública com viés a assegurar um direito social. Como subcategorias, temos Permanência e êxito e Situação de vulnerabilidade socioeconômica como fatores ligados ao pleno desenvolvimento da política ao ter como consequência a redução da evasão e a evolução na jornada escolar, bem como o apoio aos estudantes em situação socioeconômica desfavorável.

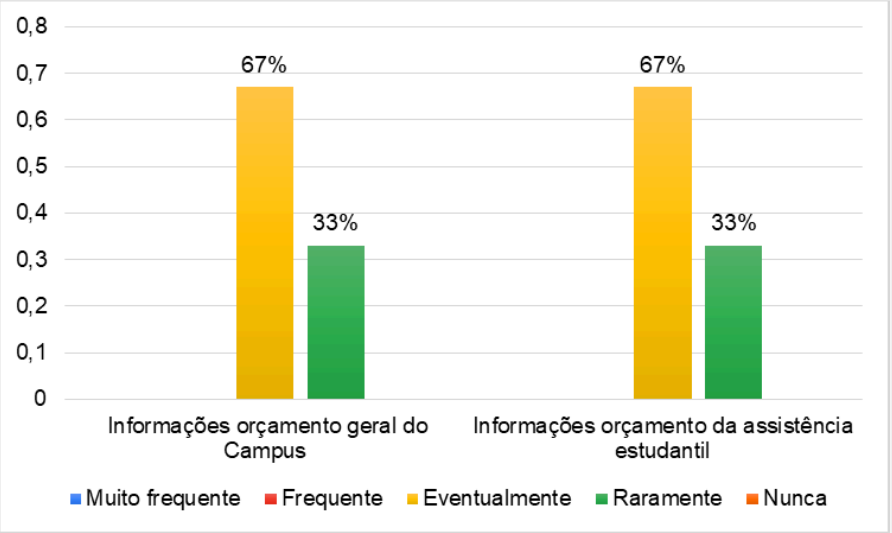
Ao reconhecer a importância dessa política e o papel social da instituição de ensino na formação dos indivíduos, 100% dos participantes avaliam que sua parcela de contribuição na execução da PAE é muito importante. Quando comparada à contribuição dos servidores do DAP na execução da AE em relação às demais demandas do seu setor, 33% avalia como muito frequente e 67% como frequente, o que nos sinaliza tamanha importância e implicação direta do trabalho destes servidores para a efetivação da política.

Em relação ao nível de atuação e conhecimento da PAE: 33,3% respondeu somente técnico, reconhecendo que sua atuação é estritamente na parte operacional - financeira; 33,3% respondeu somente prático, pois conhece as regras básicas de permanência, suspensão ou desligamento do aluno; 33,3% Teórico, Técnico e Prático ao conhecer as normativas e regulamentos, atuar na parte operacional-financeira e conhecer as regras de permanência na condição de beneficiário dos auxílios.

No questionário pedimos ainda que os servidores avaliassem a procura da comunidade acadêmica por informações relativas ao orçamento: orçamento geral do *Campus* e orçamento da assistência estudantil, a fim de compreender o nível de envolvimento dos diferentes sujeitos que compõem a instituição de ensino (docentes, TAEs e estudantes) com a temática.

Os resultados seguem no gráfico 30:

Gráfico 30 – Procura da comunidade acadêmica por informações sobre orçamento



Fonte: Pesquisa direta.

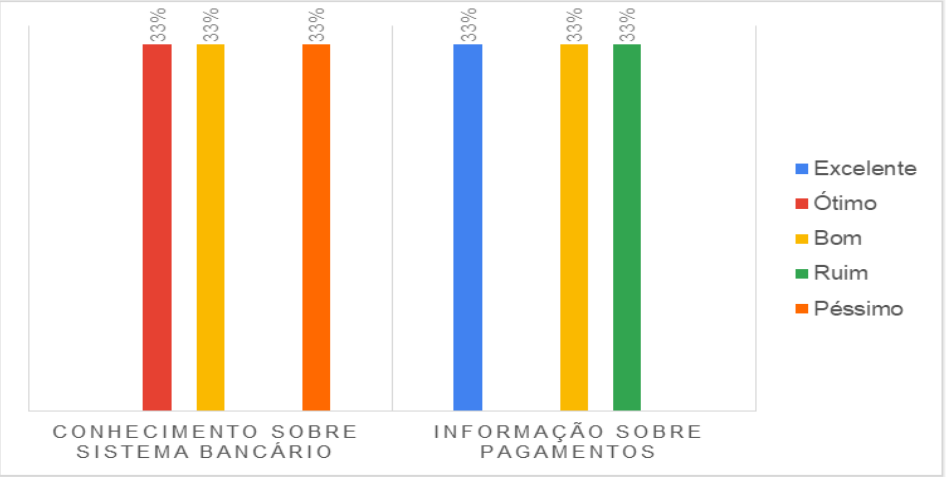
Em ambos os casos, orçamento geral do *campus* e orçamento da assistência estudantil, houve uma análise simular que expressa uma baixa procura por informações sobre esta temática, a qual ocorre para 67% de forma eventual e 33% de forma rara. Este dado pode indicar que, no contexto de uma instituição de ensino e dado à dinâmica das atividades e relações estabelecidas no cotidiano, a parte de planejamento e administrativo - burocrática, como o orçamento, fica em segundo plano, se comparada às ações finais a que esse recurso se destina.

Em seguida, considerando o contexto de procura por informações sobre orçamentos, perguntou-se como a equipe avalia o nível de divulgação das informações sobre orçamento à comunidade acadêmica. Para 67%, a divulgação ocorre em um nível Bom e para 33% é Ótimo. Assim, identifica-se que está em um nível intermediário a avaliação da divulgação das informações, que, se somado à baixa procura por informações, pode representar um dado pouco conhecido e explorado pela comunidade acadêmica que dele usufrui e consequentemente com menores possibilidades de contribuição no seu planejamento e uso.

Ao questionar a percepção dos servidores sobre o nível de informações que os estudantes beneficiários possuem acerca dos pagamentos e dados bancários, tem-se os seguintes resultados apresentados no gráfico 31:

Gráfico 31 – Percepção sobre nível de conhecimento dos estudantes sobre sistema

bancário e nível de informação sobre pagamentos



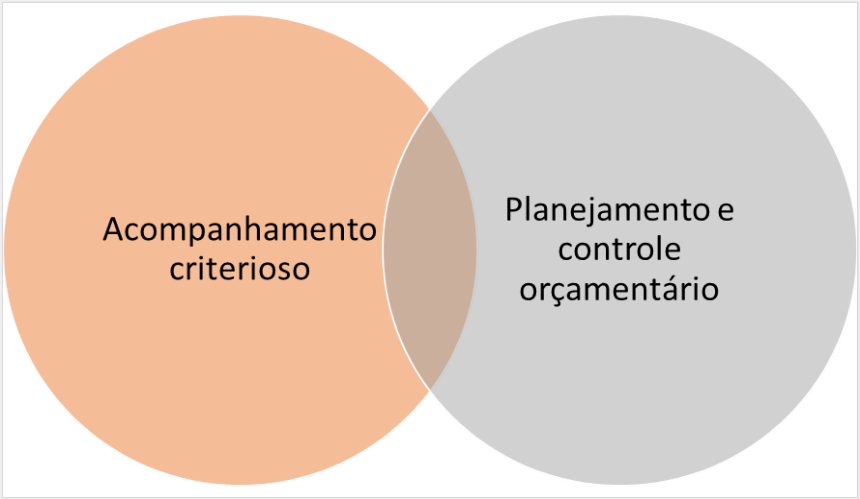
Fonte: Pesquisa direta.

Em relação ao conhecimento sobre o sistema bancário, isto é, abertura de conta, alteração de conta, conta no próprio nome, dentre outros, as avaliações estiveram equiparadas em ótimo, bom e péssimo. É possível identificar que os membros têm visões diferentes nesse quesito, o que pode estar relacionado ao período de atuação no setor e/ou à própria dinâmica de cada função o que revela uma maneira diferente de relação com o estudante.

Em relação às informações que os estudantes beneficiários têm em relação aos pagamentos, isto é, ciência dos critérios de permanência, período de recebimento, valores, dentre outros, houve avaliações de excelente, bom e ruim. Mais uma vez, há um contraste nas percepções, que vão de forma positiva à negativa. Em ambos os casos, entende-se que o atendimento a determinado tipo de demanda, conforme o cargo, bem como o período de experiência com as ações de execução da PAE podem influenciar na avaliação. Em todo caso, percebe-se que são informações que podem ser melhor divulgadas e esclarecidas à comunidade acadêmica, tendo em vista que refletem diretamente na garantia do direito à permanência na condição de beneficiário.

Como sugestões para o planejamento e/ou execução da PAE no *campus* Salgueiro, as principais respostas centram nas seguintes categorias:

Figura 11 – Sugestões para o planejamento e execução da PAE no *campus* Salgueiro

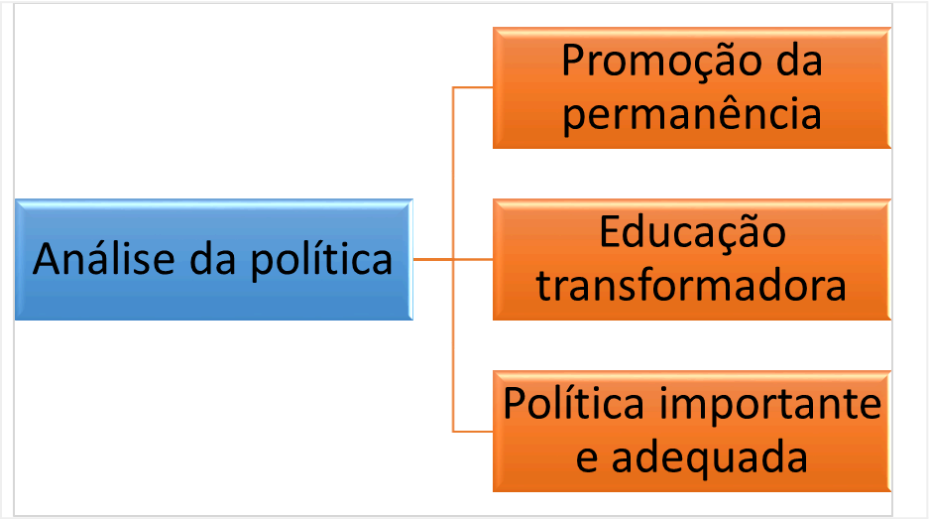


Fonte: Pesquisa direta.

Sugere-se um acompanhamento criterioso, no qual os fatores de permanência sejam constantemente considerados e avaliados, bem como que o acesso à política ocorra de forma justa e eficiente a quem de fato é perfil da política. Além disso, um planejamento e controle orçamentário auxilia no uso adequado do recurso público, podendo ser ajustado e redimensionado no decorrer do ano a fim de maximizar seu uso. Conforme o participante n° 01, sugere-se o "*Mapeamento e acompanhamento criterioso dos beneficiários, possibilitando que o recurso seja aplicado de forma eficiente, buscando atender ao público alvo da política*", complementado pelo n° 03, que destaca a "*Manter o controle do orçamento*".

Por fim, ao analisar a PAE no *campus* Salgueiro, três categorias têm destaque nos relatos dos participantes:

Figura 12 – Análise da PAE no *campus* Salgueiro



Fonte: Pesquisa direta.

O participante n° 01 define então que "*Num cenário de desigualdade social observado na região, a política de assistência estudantil busca amenizar fatores desencorajadores que surgem das necessidades básicas. Durante o período estudantil no campus, dar suporte ao aluno no pagamento do transporte escolar, moradia e refeição, pode muitas vezes ser decisivo na garantia de não perder acesso a uma educação transformadora, vislumbrando a possibilidade de mudança na qualidade de vida por meio do conhecimento*". Assim, a PAE é avaliada como: um fator de promoção da permanência do estudante, auxiliando para minimizar fatores que possam prejudicar ou inviabilizar o pleno desenvolvimento escolar; a educação enquanto processo de transformação da realidade social de pobreza e condições precárias do qual muitos estudantes são oriundos, podendo proporcionar melhores condições de vida a estas famílias; e definem a política como importante e adequada, no qual o planejamento e gestão são decisivos para alcançar seus objetivos.

A seção a seguir detalha o produto educacional elaborado como resultado desta pesquisa. Ele foi desenvolvido com base nas contribuições dos participantes que responderam ao questionário, bem como foi considerado os dados educacionais, sociais e econômicos que revelam o perfil dos discentes do *campus* Salgueiro.

4.4 Produto Educacional

O produto educacional vinculado a esta pesquisa é um livro digital intitulado PEMPAE - Planejamento, execução e monitoramento da política de assistência estudantil: uma proposta de gestão. Para responder às demandas obtidas no processo de coleta de dados através da aplicação de questionário aos estudantes beneficiários da Política de Assistência Estudantil (PAE), comissão permanente de Assistência Estudantil e servidores do Departamento de Administração e Planejamento (DAP), o produto educacional foi ajustado, resultando na elaboração de sugestões de adaptação no Barema de classificação socioeconômica, a fim de auxiliar na ponderação dos indicadores utilizados e proposição de fluxogramas de ações para melhor planejamento, execução e controle do benefício.

Neste sentido, algumas problemáticas nos chamaram a atenção, como demonstrado a seguir. E foi a partir delas que produzimos o livro digital PEMPAE - Planejamento, execução e monitoramento da política de assistência estudantil: uma proposta de gestão, que está

disponível no Repositório Leituras Abertas (Releia) e pode ser acessado através do endereço: https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1588.

Em todos os grupos de estudo, houve destaques ao potencial da PAE na permanência no curso e melhoria da qualidade de vida, sendo portanto uma ação decisiva para progresso individual, profissional e familiar. Para o participante do DAP n° 02, "*Durante o período estudantil no campus, dar suporte ao aluno no pagamento do transporte escolar, moradia e refeição, pode muitas vezes ser decisivo na garantia de não perder acesso a uma educação transformadora, vislumbrando a possibilidade de mudança na qualidade de vida por meio do conhecimento*".

O participante da Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE) n° 2 destaca que é "*uma política que visa o incentivo à permanência dos estudantes que possuem vulnerabilidades, a fim de que eles consigam êxito no curso*". O participante n° 6 acrescenta ainda que é "*Uma política voltada para os estudantes que lhe garantem oportunidades de permanecer no ambiente escolar de forma qualitativa*".

Dentre os participantes discentes, também há o enaltecimento da política com fim a auxiliar o estudante no percurso formativo, como relatam os participantes n° 36 e 56, respectivamente: "*A assistência estudantil auxilia os alunos a resolverem problemas e encontrar soluções viáveis para todos*"; é "*um programa onde ajuda e auxilia os alunos tanto com os auxílios como em outras áreas*".

Embora a política de assistência estudantil se mostre potencialmente decisiva na permanência e êxito escolar, os dados revelam uma lacuna preocupante na sua compreensão por parte dos próprios beneficiários, o que pode comprometer sua efetividade. Ao questionarmos aos estudantes "O que você entende por assistência estudantil?" os participantes n° 8, 18, 20, 41 indicaram saber "*quase nada*" ou "*nada*", bem como no relato do participante n° 25, ao definir como "*o lugar onde pode se ajudar o aluno*", n° 40 "*um projeto que ajuda estudantes*", n° 54 "*Um órgão da instituição que serve para ajudar os alunos*", n° 57 "departamento que auxilia o estudante", n° 60 "*É um grupo de pessoas (funcionários) no IFSERTÃO com o objetivo de auxiliar os estudantes*". Esse dado reforça a necessidade de ações de comunicação, esclarecimento e acompanhamento contínuo por parte da instituição.

Outro ponto bastante comum nas falas dos participantes dos três grupos de estudo refere-se à necessidade de uma seleção criteriosa, bem como um acompanhamento constante, mediante possíveis situações de recebimento indevido, pessoas pouco vulneráveis como beneficiárias e pessoas extremamente vulneráveis desclassificadas. Esta problemática é

complexa e passa por demandas relativas à divulgação, compreensão dos editais, esclarecimentos no momento da inscrição, dificuldades com o manuseio do sistema, acesso a equipamentos digitais etc. Estas barreiras podem ser potencializadas justamente àqueles estudantes mais vulneráveis socialmente. O participante do DAP n° 2 destaca como sugestão no planejamento e/ou execução da PAE um "*Mapeamento e acompanhamento criterioso dos beneficiários, possibilitando que o recurso seja aplicado de forma eficiente, buscando atender ao público alvo da política*".

Nesta mesma linha, os membros da comissão CPAE, reforçam como critério essencial na oferta dos auxílios o perfil socioeconômico, como relatado pelos participantes n° 2, 3 e 8, respectivamente: "*Análise individual de cada contexto de vulnerabilidade*"*;* "*O nível de vulnerabilidade dos sujeitos atendidos*"*; e* "*Ser aluno baixa renda que realmente necessita*". O participante n° 12 sugere, nesse contexto, "*uma renovação da política institucional para avaliar os critérios de permanência, assim como reorganização do acompanhamento do alunado e repactuação dos recursos disponibilizados*".

A percepção de injustiças na seleção do edital de assistência estudantil foi um grande destaque na análise dos discentes. O participante n° 42 cita que "*pessoas que precisam não estão recebendo*". Para o participante n° 68, "*há pessoas que recebem e 'tomam' a vaga/oportunidade daqueles que realmente precisam. Acredito que deveria ser mais crítica a forma de ingresso*".

Assim, os estudantes sugerem uma seleção e acompanhamento mais rigorosos, bem como destacam o processo de escuta e pertencimento dos discentes como algo necessário. O participante n° 7 relata que a necessidade de melhoria deveria ocorrer na "*seleção criterioso ao selecionar os alunos que precisam do auxílio e aumentar o valor*" e o n° 8 cita "*a forma de classificar para as vagas*". Para o participante n° 9, "*Essa pesquisa em si já é um grande avanço, porem acredito que se reunir com os representantes de turma, buscando distinguir as "dores" de cada turma seja um passo importante tbm. Acompanhamentos desse tipo ajudam a aproximar esses grupos da instituição, docentes e discentes*", o que é complementado pelo n° 34: "*Conversarem com os alunos para saber suas reais necessidades*" e n° 15 "*realizar pesquisas visando as necessidades de cada aluno por cidades diferentes*".

Deste modo, o conceito de permanência que passa pelo pertencimento estudantil deve ser estimulado no cotidiano das instituições ao promover regularmente a participação e escuta dos discentes, alinhando as ações às suas necessidades.

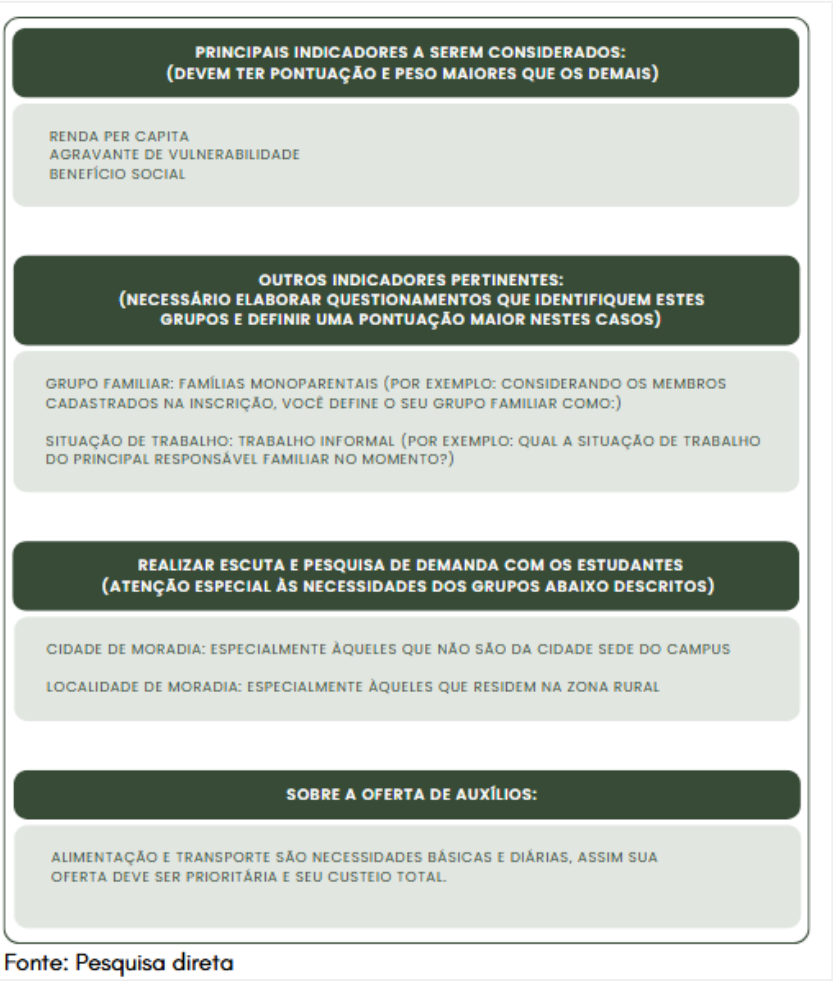
O senso crítico dos estudantes e o desejo de melhoria através de políticas públicas condizentes com as necessidades do seu público-alvo pôde ser verificado no relato dos

estudantes n° 78 e 79, respectivamente: "*buscar mais recursos, para que a maioria/os que necessitam tenham acesso aos auxílios*"; e "*recorrer atrás de mais recursos e investir no refeitório*".

Diante desse contexto, elaboramos como produto educacional a PEMPAE (apêndice H), o qual visa auxiliar diretamente as equipes de assistência estudantil, e, deste modo, aplica-se a todos as instituições federais de ensino que utilizam recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e são orientados pelo decreto n. 7234/2010 (Brasil, 2010a) e Lei n. 14.914/2024 (Brasil, 2024a), bem como indiretamente as gestões institucionais.

Como proposta, indicamos o ajuste dos indicadores considerados na seleção e classificação dos editais de assistência estudantil (Barema avaliativo da PAE), conforme Figura 13:

Figura 13 – Sugestões de ajustes no Barema Avaliativo

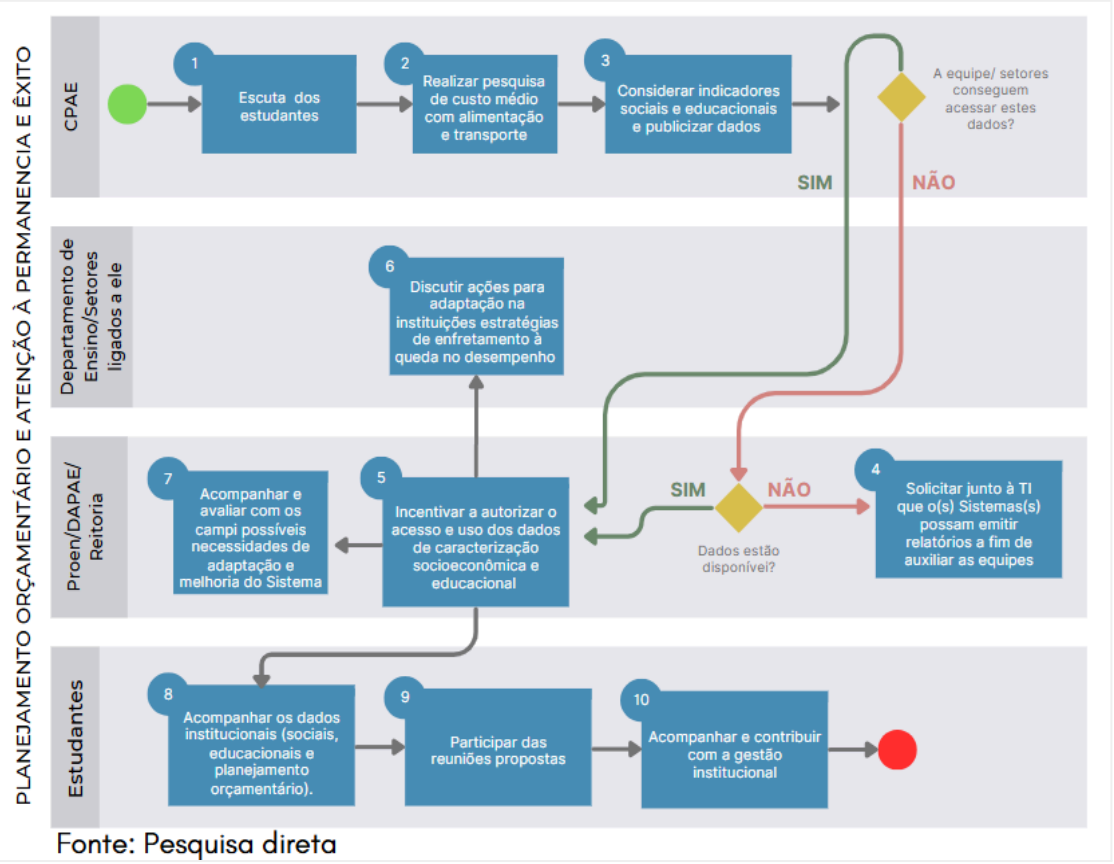


Fonte: Pesquisa direta

Outra indicação pertinente foi o desenvolvimento de fluxo de ações institucionais que podem auxiliar em um melhor desenvolvimento da política e da gestão institucional, com resultados qualitativos especialmente para os estudantes, base central de uma instituição de ensino, conforme Figuras 14 e 15:

Na figura 14, apresentamos um fluxograma com indicações que contemplam o planejamento da assistência estudantil e alinhamento de ações que fortaleçam o ensino e gestão institucional.

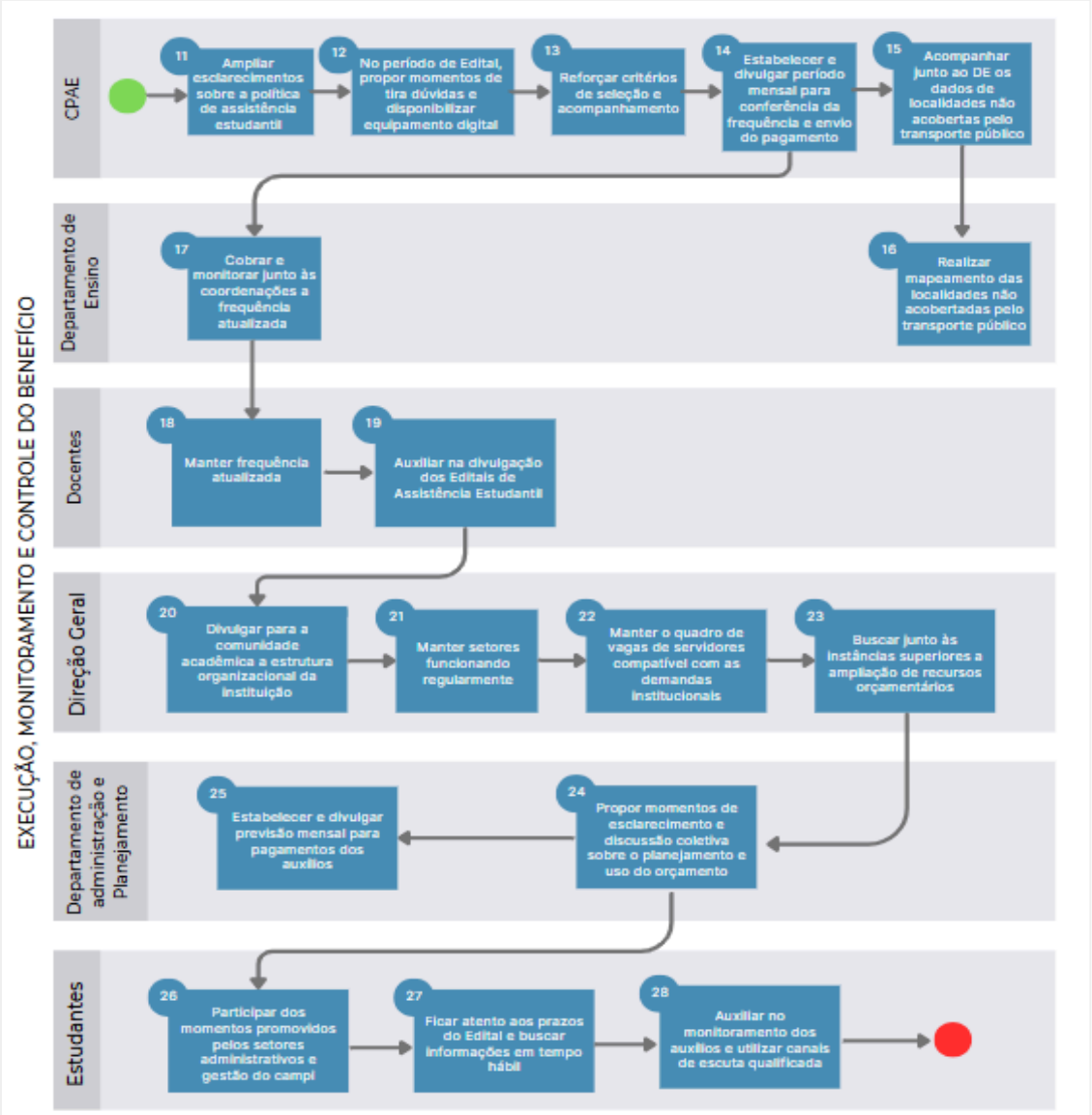
Figura 14 – Planejamento Orçamentário e atenção à permanência e êxito



Fonte: Pesquisa direta

A fim de promover orientações específicas às ações relativas aos auxílios financeiros através dos diversos setores no âmbito de um *campus*, apresentamos o fluxograma a seguir:

Figura 15 – Execução, Monitoramento e Controle do benefício



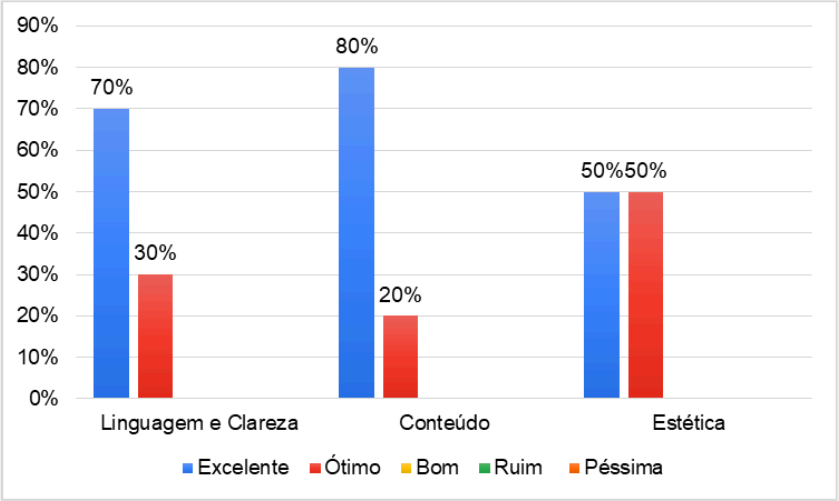
Fonte: Pesquisa direta

A discussão minuciosa de todas as ações indicadas, bem como o esclarecimento sobre o que é assistência estudantil, o reforço à importância da comunicação e a apresentação dos canais de denúncia para possíveis situações de recebimento indevido constam no livro digital.

O questionário de avaliação da PEMPAE foi destinado aos membros da comissão permanente da assistência estudantil e servidores do DAP. No período de 24 a 31 de janeiro de 2025, foi realizado o convite para análise e avaliação do livro digital, obtendo a participação de 77% do público-alvo.

A avaliação quanto a linguagem e clareza, conteúdo e estética do livro digital constam no gráfico 32:

Gráfico 32 – Avaliação da PEMPAE quanto a Linguagem e clareza, Conteúdo e Estética

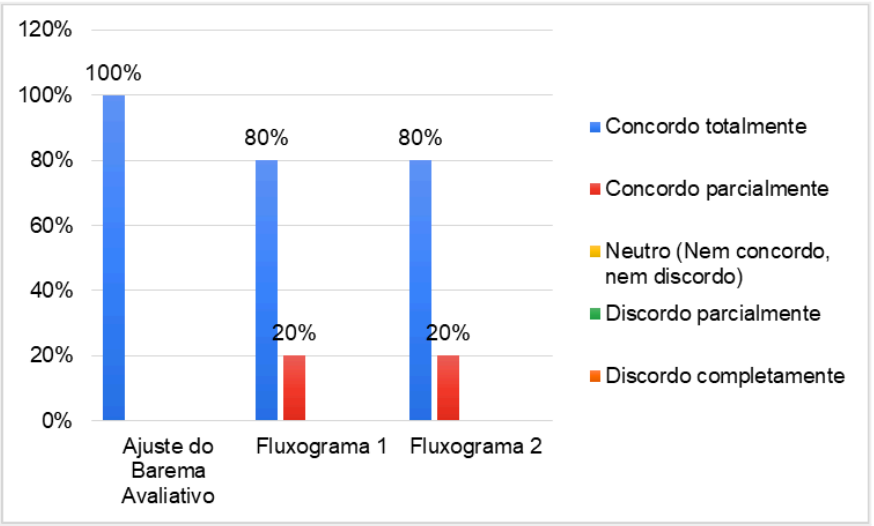


Fonte: Pesquisa direta.

Foram selecionados três aspectos da PEMPAE para análise dos participantes e em todos eles as respostas foram entre o ótimo e o excelente, como demonstra o gráfico 32. Quanto a linguagem e clareza e conteúdo, há um maior destaque a avaliação excelente, demonstrando que a proposta conseguiu apresentar um conteúdo relevante e compreensível ao público. Sobre a estética, a avaliação como excelente ou ótimo representa uma análise favorável à forma como o tema está proposto.

Em seguida, questiona-se como os participantes avaliam as três propostas apresentadas na PEMPAE: Ajuste do Barema avaliativo, Fluxograma 1 e Fluxograma 2, como consta no gráfico 33:

Gráfico 33 – Avaliação das propostas descritas na PEMPAE

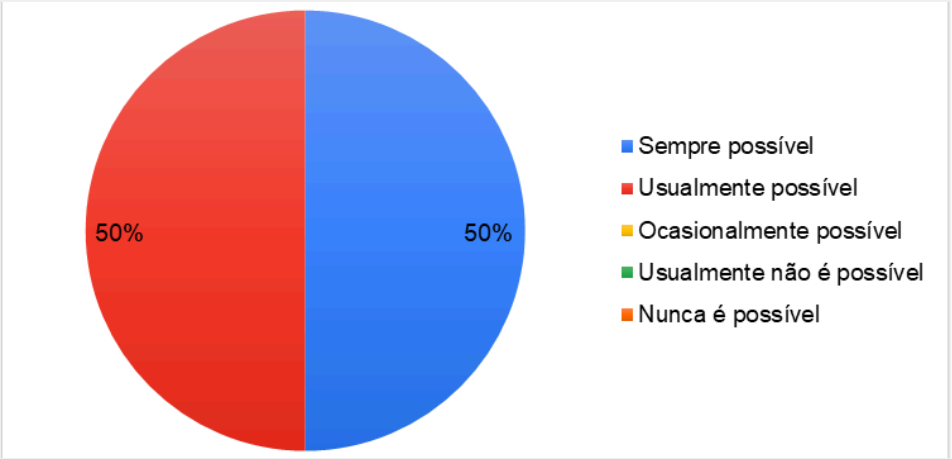


Fonte: Pesquisa direta.

Em relação ao ajuste do Barema avaliativo, 100% dos participantes concordam totalmente com as ponderações realizadas a respeito da seleção e classificação dos candidatos em editais de assistência estudantil. O fluxograma 1 refere-se ao Planejamento Orçamentário e atenção à permanência e êxito e o Fluxograma 2 apresenta fluxos para Execução, Monitoramento e Controle do benefício. Em ambos, a avaliação apresenta concordância nas ações propostas, com concordância total em 80% das respostas e concordância parcial em 20%.

O livro digital PEMPAE tem como principal foco as proposições mencionadas no gráfico 33 e a avaliação de concordância dos membros da pesquisa demonstra que as demandas apontadas e as sugestões de ações para minimizá-las ou saná-las são pertinentes. Nesse contexto, questiona-se também sobre a possibilidade de execução das ações no cotidiano de trabalho, conforme gráfico 34:

Gráfico 34 – Possibilidade de uso das propostas descritas na PEMPAE



Fonte: Pesquisa direta.

Os participantes avaliam que é possível o uso das propostas nas atividades laborais, para metade deles sempre é possível, para a outra metade, usualmente é possível. Logo, pode-se inferir que aplicar as propostas de Ajuste do Barema avaliativo e dos Fluxogramas de ações institucionais é, além de pertinente, possível.

Ao questionarmos se o modelo proposto no PEMPAE alcançou o objetivo de auxiliar as equipes de assistência estudantil no planejamento, execução e monitoramento da política, na perspectiva de garantir a permanência e êxito do estudante e o uso dos fluxos de ações para setores e grupos do IFSertãoPE para melhorar as práticas de trabalho e a gestão institucional,

100% dos candidatos concordam totalmente. Como acrescenta o participante n° 2 deste formulário, "*Parabenizo pela excelência do trabalho realizado e reconheço a imperiosa relevância desta pesquisa científica para a comunidade acadêmica do campus Salgueiro, público-alvo da política de assistência estudantil. Ainda, este livro digital consegue operacionalizar os resultados e explicar didaticamente sugestões de ações que são essenciais a serem desenvolvidas pelos setores responsáveis pela política*".

Deste modo, espera-se, por meio da PEMPAE, colaborar com o melhor uso do recurso orçamentário, uma seleção com classificação justa e transparente e consequentemente uma política eficaz e eficiente, com vistas a garantir a permanência e êxito no percurso educacional. Ademais, uma melhora na comunicação e nos fluxos entre setores e sujeitos envolvidos reflete em um ambiente de maior pertencimento e atuação mútua para o desenvolvimento institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da assistência estudantil é amplo e complexo, envolve as vivências de estudantes que persistem na educação pública e gratuita mas que em grande medida estão imersos em contextos de limitações financeiras e vulnerabilidades sociais. São sujeitos que acessam a instituição na expectativa dos auxílios estudantis como uma forma de custeio das despesas que haverão ao longo do curso.

No *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, 90% dos estudantes (Brasil, 2023a) têm renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo e são um público preponderantemente oriundo de regiões circunvizinhas, que demanda deslocamento diário e um dispêndio maior de tempo destinado a estudar. Além da não garantia do transporte público em algumas localidades, nas quais exige-se um contrato com um serviço particular, este *Campus* não dispõe de refeitório, tornando a alimentação um direito a ser assegurado necessariamente através da seleção nos auxílios estudantis.

Este estudo se propôs a contribuir com a divisão do recurso orçamentário da assistência estudantil do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, considerando a realidade e necessidades dos estudantes, público-alvo da política. Considera-se que a pesquisa conseguiu alcançar o objetivo ao propor, através da PEMPAE, um modelo que busca potencializar a gestão da PAE e a gestão do *campus* através da indicação de algumas ações. O livro digital tem seu foco no alinhamento da comunicação entre os sujeitos e setores que integram a instituição e aponta indicações de superação das fragilidades identificadas no planejamento, seleção e monitoramento dos auxílios, o que pode otimizar o recurso público e tornar a política mais justa e eficaz.

Para isso, realizamos consulta documental às normativas de todos os IFECTs do país para compreender as formas de divisão utilizadas, analisamos indicadores sociais e educacionais para desvendar o perfil dos estudantes e verificamos a percepção de estudantes beneficiários da PAE, comissão que atua na AE e servidores do DAP acerca dos limites e possibilidades no planejamento, execução e monitoramento da assistência estudantil, resultando no livro digital PEMPAE. Todas estas ações foram essenciais para conhecer o *locus* da pesquisa, os principais desafios e desenvolver estratégias de ações alinhadas a suas necessidades.

Identifica-se, no decorrer deste estudo, que, a partir de 2016, os contingenciamentos e bloqueios orçamentários para as instituições federais de ensino se intensificaram. No *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, se verifica uma estagnação, que não acompanha a progressão no

número de matrículas, bem como deve-se considerar as taxas de retenção, que exigem uma permanência maior do estudante na condição de beneficiário. As normativas da assistência estudantil de mais da metade dos IFES apresentam orientações acerca da distribuição e uso do recurso orçamentário, considerando, especialmente, a situação de vulnerabilidade social, o contexto local/regional e a participação dos estudantes no atendimento de suas necessidades. Já os editais são breves nessa temática, buscando resguardar-se ao condicionar o dever de pagamento mediante a disponibilidade orçamentária.

Em relação aos principais indicadores socioeconômicos conforme perfil dos 414 com dados no SAE, identifica-se famílias preponderantemente com renda até 0,5 salário mínimo, que dependem economicamente do benefício social, em grupos essencialmente nuclear ou monoparental, oriundos de cidades circunvizinhas em sua maioria e em situação de desemprego ou trabalho informal. As vivências de situações degradantes, como a violência, uso abusivo de substâncias psicoativas e discriminação fazem parte da realidade de muitas famílias analisadas. E é nesse contexto que pode-se sugerir indicadores de maior preponderância nas análises socioeconômicas.

O perfil dos estudantes do *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE revela que são essencialmente de outros municípios e prevalece a preocupação quanto ao custeio da alimentação no período que permanece na instituição e o transporte, para aqueles que precisam pagar pelo deslocamento diário. Soma-se a esta preocupação a dificuldade de adaptação à rotina com elevado número de disciplinas e com horário contraturno, com impacto no desempenho escolar e quiçá no emocional e psicológico destes.

Existe uma barreira no processo seletivo da assistência estudantil, através da falta de compreensão do que é solicitado, nervosismo de um erro acarretar uma desclassificação e outras dificuldades na área digital/tecnológica. Nesse contexto, quem mais precisa do auxílio pode não ser contemplado e estudantes em um perfil de média vulnerabilidade acessam a política.

O conhecimento sobre o tema Orçamento ainda é incipiente entre os estudantes e de pouca procura pela comunidade acadêmica, muitos têm o olhar voltado especialmente à parte de execução do que planejamento da política e suas ações. Entende-se que a ampliação do conhecimento sobre o tema e compreensão de como tem se desenvolvido permita que os sujeitos compreendam a razão das ações tomadas e permite que contribuições fundamentadas possam ser realizadas.

Verifica-se a necessidade de melhorias, especialmente através da busca por mais orçamento para ampliação do número de vagas e oferta em valor compatível com os custos a

que se propõe o auxílio, pois há o anseio também pelo atendimento de demandas de novos auxílios ainda não ofertados. De forma geral, é consenso que há uma contribuição da PAE na permanência e êxito no curso.

Por fim, conclui-se que a comunidade acadêmica enfrenta dilemas primários, de fluxo de ações e comunicação ineficiente, o que nos instigou a elaborar a PEMPAE, com estratégias e fluxos de ações entre os setores. Ademais, o processo de seleção dos editais e monitoramento dos beneficiários necessita de melhorias, sob o risco de comprometer a credibilidade na execução de uma política com recurso público e excluir do processo pessoas extremamente vulneráveis. Deste modo, o ajuste no Barema Avaliativo considerando indicadores sociais e que expressam o perfil dos grupos familiares pode auxiliar neste processo. Ressalta-se, ainda, a autonomia dos avaliadores no processo de seleção, para não tornar o processo totalmente automatizado, tendo em vista que lida-se com realidades dinâmicas e subjetivas e grande parte do público preenche incorretamente o questionário.

Logo, considera-se que foi possível auxiliar com sugestões na oferta de auxílios a partir do orçamento disponibilizado e alinhado a critérios próximos à realidade dos estudantes. Vale ressaltar que as propostas descritas na PEMPAE foram avaliadas com concordância pelos membros, bem como é sinalizada a possibilidade de sempre e usualmente realizá-las, expressando, assim, uma contribuição para a dinâmica de ações institucionais. A hipótese inicial de considerar indicadores sociais e educacionais para revelar o perfil dos discentes e a realidade estudada e priorizar uma gestão participativa e democrática, com escuta dos principais sujeitos envolvidos no planejamento, execução e monitoramento da política permitiram alcançar indicações de ações para a gestão institucional e para uso do recurso público.

Esta pesquisa permitiu ampliar a compreensão sobre o perfil dos discentes e da situação social e educacional no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE o que conduziu a sugestão de ações alinhadas às suas necessidades, tendo em vista reduzir ou sanar obstáculos definidos pelos sujeitos da pesquisa. Sugere-se que a comunicação entre os setores e sujeitos da instituição seja estreitada, que dados públicos, como orçamento, sejam mais publicizados e que se lancem convites para participações em espaços de decisão participativa e democrática, se estendendo para além do setor dito responsável.

Esta discussão não se encerra neste trabalho, que é pontual a um *Campus* e em determinado momento histórico. Como limites deste estudo, dado o breve período de execução da pesquisa, pode-se destacar que a análise comparativa entre os estudantes beneficiários e não beneficiários dos auxílios estudantis pode expressar análises interessantes,

com destaque para os itens: desempenho acadêmico, adaptação ao ensino médio integrado e perfil educacional/social do principal responsável financeiro. Destaca-se ainda a importância de novas pesquisas que busquem debater a (não) garantia da alimentação escolar nos *campi* das instituições federais de ensino e o impacto no ingresso e permanência do estudante. Por fim, pesquisas que analisem o envolvimento estudantil nas ações institucionais e mapeiem o papel dos Grêmios estudantis, Centros acadêmicos (CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) podem refletir como tem se desenvolvido a atuação dos estudantes, razão de ser da instituição, perante as gestões institucionais e diante do desmonte de direitos ocorridos nos últimos governos.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, J.J. **Impacto do auxílio estudantil na permanência e êxito de discentes no ensino médio integrado do IFSERTÃOPE - Campus Ouricuri**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em educação profissional e tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2021.

ANJOS, N. B. Tira a mão da minha assistência estudantil: movimento estudantil em tempos de cortes orçamentários. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 16, 2019, Brasília - DF. Anais eletrônicos - Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/245/240. Acesso em: 18 set. 2023.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. CONIF. Fórum de Planejamento. **Matriz Orçamentária de Custeio para as Instituições Federais da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico**. 2022a. Disponível em: https://proad.ifmt.edu.br/media/filer_public/cb/e2/cbe2ae3b-f423-4645-8690-06ee86266c1a/metodologia_da_matriz_2022_final.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, DF: Presidência da República. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de Julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, DF: Presidência da República. 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 10 out 2024.

BRASIL. MEC/SETEC. Nota Técnica nº 282/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC. Brasília, DF, 09 de julho de 2015. **Determina a elaboração de Nota Informativa para as Instituições da Rede Federal, contendo as orientações para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para Permanência e o Êxito dos Estudantes**, 2015b.

BRASIL. MEC/SETEC. Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC. Brasília, DF, 09 de julho de 2015. **Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para Permanência e o Êxito dos Estudantes**, 2015c. Disponível em: https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/documentosgerais/2015/1234-nota-informativa-n-138-2015-dpe-ddr-setec-mec/file. Acesso em: 09 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 646, de 25 de agosto de 2022. **Institui a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2022, Ed. 165, Seção 1, p. 183. 2022b. Disponível em: https://www.audit.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/169/2022/09/MATRIZ-OR%C3%87-PORT-646-25AGO22-SETEC.pdf. Acesso em: 16 mai 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha**. 2023a. Renda familiar – Taxa de Ingresso – Taxa de Retenção: IFSERTÃOPE – Campus Salgueiro – Ano base 2017 - 2023. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Painel de Execução Orçamentária e Financeira** - IFSertãoPE. Petrolina - PE, 2023c. Disponível em: https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/9e1c749b-0485-4d47-adf4-e0baa85fbc17/page/dakSC. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL.Portaria nº 087, de 14 de agosto de 2024.**Comissão Multidisciplinar Responsável pelos Assuntos da Assistência Estudantil do Campus Salgueiro do IFSertãoPE**. Salgueiro, PE: Direção Geral do Campus Salgueiro do IFSertãoPE. 2024b. Disponível em: https://ifsertaope.edu.br/salgueiro/wp-content/uploads/sites/5/2024/08/Portaria-no087-2024-Comissao-Multidisciplinar-Assistencia-Estudantil.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.170 de 21 de setembro de 2010. **Autoriza as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a promover o funcionamento dos seus respectivos Campus**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 set. 2010, Ed. 182, Seção 1, p. 16. 2010b. Disponível

em:https://pep.ifsp.edu.br/images/PDF/Portarias/2010/09/Portaria-n-1.170-de-21-de-setembro-de-2010.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, DF: Ministério de Estado da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. **Relatório de Listagem de alunos – SUAP** - IFSertãoPE. Petrolina - PE, 2023d. Disponível em: https://suap.ifsertao-pe.edu.br/edu/relatorio/. Acesso em: 22 dez. 2023.
BRASIL. Resolução nº 46, de 25 de setembro de 2015. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Sertão Pernambucano**. Petrolina, PE, 25 set. 2015. 2015a. Disponível em:
https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Conselho-Superior/Resolucoes/2015/resolucao_46_2015.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023e. 152 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf. Acesso em: 04 mai 2025.

BRASIL. **Sistema da Assistência Estudantil – SAE** - IFSertãoPE. Petrolina - PE, 2023b. Disponível em: https://assistencia.ifsertao-pe.edu.br/. Acesso em: 22 dez. 2023.

CASSIMIRO, I. T. **Análise da evasão escolar no ensino médio integrado do campus salgueiro do IFSertãoPE**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em educação profissional e tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2024. Disponível em: https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1540/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20AN%c3%81LISE%20DA%20EVAS%c3%83O%20ESCOLAR%20NO%20ENSINO%20M%c3%89DIO%20INTEGRADO%20DO%20CAMPUS%20SALGUEIRO%20DO%20IFSERTAOPE.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Cadernos CRH**, nº 26 e 27, p. 19-40, 1997.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como Princípio Educativo. In: **Dicionário da educação profissional em saúde**, Rio de Janeiro: EPSJV, 2.ed. rev. ampl., p. 408-415, 2008.

CUNHA, M. S, *et al*. Políticas de Assistência Estudantil, no contexto da pandemia do Covid-19, para permanência discente. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. 1-18, 2022.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

GOIN, M.; MIRANDA, A. de M. Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil. **Revista Katálysis**, 25(2), p. 415–424,

2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/wGY3qxCbhNp4Gp9L47BhVnf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2023.

HOFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES** [online], v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. IN: **Revista Temporalis** / ABEPSS. Brasília, Grafline, ano 2, n. 3, p. 09-32, jan/jul.2001.

JESUS, L. A. F. de; SANTOS, J. dos; ANDRADE, L. G. da S. Aspectos gerais da pedagogia histórico-crítica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 1, p. 71-86, 2019. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/378. Acesso em: 18 dez. 2023.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. fev 2003, n. 51, p. 61-85, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-69092003000100006. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017a.

_____. **Técnicas de pesquisa**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017b.

MELO, E. C.; BAX, M. P.; MARQUES, Y. B. Visualização dos dados de candidatos a auxílios socioeconômicos em grafos: estudo de caso no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, p. 1-11, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Uso%20Pessoal/Downloads/82607-338720-1-PB.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

MORAES, A. dos S.; ALMEIDA, J. S. Cortes orçamentários e contingenciamentos de recursos da educação: Impactos na política de assistência estudantil do instituto Federal Baiano, Campus Senhor do Bonfim. **EPT em revista**, v. 7, n. 1, p. 111–130, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.36524/profept.v7i1.1340. Acesso em: 18 set. 23.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em:http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura. Acesso em: 12 jan. 2023.

NASCIMENTO, J. M. do. Ensino profissional brasileiro no século XIX: ações assistencialistas e de reeducação pela aprendizagem de ofícios. **História Revista**. Goiânia, v. 25, n. 2, p. 76-98, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i2.63681. Disponível em: https://docplayer.com.br/220535088-Ensino-profissional-brasileiro-no-seculo-xix-acoes-assistencialistas-e-de-reeducacao.html. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, G. E.; CARMO, G. T. Categorização da permanência escolar: percurso metodológico de uma revisão de literatura em direção a um estado da arte. IN: CARMO, G. T. (Org). **Dar conta da permanência : da invisibilidade à publicitação de uma pergunta**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019, p. 77-94.

OLIVEIRA, H.D.F. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **Revista Eixo**, v. 10, n. 1, p. 46-52, jan/abr. 2021.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002. Disponível em: https://vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/implicacoesdocaraterpoliticodaeducacaoparaaadministracaodaescolapublica.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

PONTES, A. P. F. S; ASSIS, M.F. Permanência e êxito escolar na educação profissional: fatores dificultadores. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 7, n. 1, p. 54-67, 2023.

PRADA, T.; SURDINE, M. C. da C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, [S. l.], v. 20, n. 43, p. 268–289, 2018. DOI: 10.26512/ser_social.v20i43.18860. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18860. Acesso em: 18 jun. 2023.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf . Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em:http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

REIS, D. B. O significado de permanência: explorando possibilidades a partir de Kant. IN: CARMO, G. T. (Org). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016, p. 73-82.

ROCHA, E. S.; OLIVEIRA, F. K. Critérios para divisão de recursos financeiros e orçamentários da Política de assistência estudantil na rede federal: revisão sistemática de literatura. **Revista Semiárido De Visu**, V. 11, n. 3, p. 682-698, 2023. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/781/494. Acesso em: 14 fev. 2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: **primeiras aproximações**. 11° ed. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, C. E. C.; SILVA, K. N. P. A política de assistência estudantil do IFPE: conhecendo os programas e a definição orçamentária no campus Pesqueira. **Revista de Gestão e Avaliação**

Educacional, v.10, n° 19, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2318133848536. Acesso em: 08 out. 23.

SOUZA, S. L., ARTUSO, A, R. Abandono, evasão, permanência e êxito na educação profissional e tecnológica: considerações sobre o estado da arte de 2015 a 2019. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa "**Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Evicaline dos Santos Rocha, endereço: BR 232, Km 306, zona rural, Salgueiro - PE, Cep: 56000-000, contato> (87) 99627-9187, email: evicaline.rocha@ifsertão-pe.edu.br e está sob a orientação de: Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira, contato: (85) 98817-8151, email: francisco.oliveira@ifsertão-pe.edu.br.

Ao ler este documento, caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa intitulada "**Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"** tem como objetivo propor um modelo eficiente e alinhado aos critérios próximos a realidades dos estudantes para divisão de recursos da assistência estudantil do Campus Salgueiro do IFSertãoPE a partir do orçamento anual destinado à Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE).

O público-alvo serão os estudantes do EMI do Campus Salgueiro do IFSertãoPE que são beneficiários ativos da política, os membros da comissão permanente de AE e do DAP que atua ou atuou junto a CPAE. Será aplicado um questionário estruturado misto para cada um dos grupos, com perguntas abertas, de livre resposta pelo participante, e fechadas com respostas pré-definidas. A aplicação se dará através de formulário online, através do Google Drive e o convite será encaminhado via email institucional. Ademais, serão realizados dois encontros presenciais: um para divulgação da pesquisa e apresentação do(s) Termo(s) de assinatura e outro para disponibilização do Laboratório de Informática a fim de promover

uma acessibilidade digital àqueles que desejam participar. A coleta de dados está prevista para o segundo semestre de 2024, seguido do tratamento e análise dos dados, de forma qualitativa e quantitativa.

Cada participante da pesquisa responderá ao TCLE, conforme o Apêndice A, a fim de que tenha ciência do que será feito na pesquisa. Esta pesquisa permitirá que os participantes possam contribuir com a análise, avaliação e aperfeiçoamento da política, com efeitos para os atuais e futuros estudantes que possam acessá-la.

A relevância desta proposta de pesquisa está em propor para a comunidade acadêmica um modelo de divisão de recursos orçamentários considerando indicadores sociais e educacionais que refletem no uso otimizado do recurso público. Este modelo auxiliará aos membros da CPAE do campus, a gestão institucional e poderá ser utilizado como parâmetro em outros campus ou instituições. A oferta de auxílios de forma eficiente contribui na garantia da permanência e êxito dos estudantes, conforme propõe a política.

Não haverá riscos à integridade física dos participantes, pois não envolve esforços ou atividades com este fim. Contudo, ao refletir sobre aspectos próprios à dinâmica de vida privada e social do estudante, é possível que envolva uma maior sensibilidade emocional aos temas citados.

Ressalta-se a que é assegurado ao participante não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger, causar-lhe desconforto ou que possa expô-lo de forma indevida, se assim ele considerar, bem como não se submeter a qualquer procedimento da pesquisa que considere invasivo ou lhe cause desconforto. Ademais, reforçamos o compromisso de que todas as informações prestadas pelo participante da pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, exceto quando consentida essa identificação pelo participante.

Os dados coletados nesta pesquisa (na forma de gravações, entrevistas, fotos, filmagens, bem como outros instrumentos similares ou equivalentes) ficarão armazenados em (pastas de arquivo em computador pessoal), sob a responsabilidade da pesquisadora Evicaline dos Santos Rocha, pelo período de no mínimo 05 anos.

O(a) senhor(a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SertãoPE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

_____

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo, assinado, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **"Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores**", como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

NOME:	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO

APÊNDICE B

REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS)

O que é assentimento?

O assentimento significa que você concorda em participar de uma pesquisa, na qual serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações necessárias para compreender a importância de sua participação.

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa "**Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Evicaline dos Santos Rocha, endereço: BR 232, Km 306, zona rural, Salgueiro - PE, Cep: 56000-000, contato> (87) 99627-9187, email: evicaline.rocha@ifsertão-pe.edu.br e está sob a orientação de: Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira, contato: (85) 98817-8151, email: francisco.oliveira@ifsertão-pe.edu.br.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Instruções para descrição da pesquisa:

A pesquisa intitulada "**Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"** tem como objetivo propor um modelo eficiente e alinhado aos critérios próximos a realidades dos estudantes para divisão de recursos da assistência estudantil do Campus Salgueiro do IFSertãoPE a partir do orçamento anual destinado à Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE).

O público-alvo serão os estudantes do EMI do Campus Salgueiro do IFSertãoPE que são beneficiários ativos da política, os membros da comissão permanente de AE e do DAP

que atua ou atuou junto a CPAE. Será aplicado um questionário estruturado misto para cada um dos grupos, com perguntas abertas, de livre resposta pelo participante, e fechadas com possíveis respostas pré-definidas. A aplicação se dará através de formulário online, através do Google Drive e o convite será encaminhado via email institucional. Ademais, serão realizados dois encontros presenciais: um para divulgação da pesquisa e apresentação do(s) Termo(s) de assinatura e outro para disponibilização do Laboratório de Informática a fim de promover uma acessibilidade digital àqueles que desejam participar. A coleta de dados está prevista para o segundo semestre de 2024, seguido do tratamento e análise dos dados, de forma qualitativa e quantitativa.

Cada participante da pesquisa responderá ao Registro de Assentimento, conforme o Apêndice B, a fim de que tenha ciência do que será feito na pesquisa. Esta pesquisa permitirá que os participantes possam contribuir com a análise, avaliação e aperfeiçoamento da política, com efeitos para os atuais e futuros estudantes que possam acessá-la.

A relevância desta proposta de pesquisa está em propor para a comunidade acadêmica um modelo de divisão de recursos orçamentários considerando indicadores sociais e educacionais que refletem no uso otimizado do recurso público. Este modelo auxiliará aos membros da CPAE do campus, a gestão institucional e poderá ser utilizado como parâmetro em outros campus ou instituições. A oferta de auxílios de forma eficiente contribui na garantia da permanência e êxito dos estudantes, conforme propõe a política.

Não haverá riscos à integridade física dos participantes, pois não envolve esforços ou atividades com este fim. Contudo, ao refletir sobre aspectos próprios à dinâmica de vida privada e social do estudante, é possível que envolva uma maior sensibilidade emocional aos temas citados.

Ressalta-se a que é assegurado ao participante não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger, causar-lhe desconforto ou que possa expô-lo de forma indevida, se assim ele considerar, bem como não se submeter a qualquer procedimento da pesquisa que considere invasivo ou lhe cause desconforto. Ademais, reforçamos o compromisso de que todas as informações prestadas pelo participante da pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, exceto quando consentida essa identificação pelo participante.

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários, a menos que seja autorizado pelo participante da pesquisa.

Os dados coletados nesta pesquisa (na forma de gravações, entrevistas, fotos, filmagens, bem como outros instrumentos similares ou equivalentes) ficarão armazenados em (pastas de arquivo em computador pessoal), sob a responsabilidade da pesquisadora Evicaline dos Santos Rocha, pelo período de no mínimo 05 anos.

O (A) voluntário (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Caso tenha alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando, seus pais e/ou seu responsável legal para que esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, assine este documento que será rubricado e assinado também por seus pais ou seu responsável legal, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Se você não quiser participar da pesquisa, não será prejudicado (a) de forma alguma e tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer momento.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IF SertãoPE, Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, objetivando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Por isso, o cep estará a disposição caso você deseje maiores informações.

_____

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

_____

Assinatura do (a) Voluntário (a)

_____

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade: _____ CPF _____(se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara/ detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável legal poderá modificar a decisão de minha participação se assim o desejar, mesmo já tendo assinado o consentimento/ assentimento.

Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

_____

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

Presenciamos a realização de esclarecimentos sobre a pesquisa, aceite do sujeito em participar da pesquisa, bem como o assentimento do responsável legal ou pais do voluntário (a).

NOME:	NOME:

ASSINATURA:	ASSINATURA:

OBS: 02 Testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS DE ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS OU JURIDICAMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº 510/16 CNS)

Convidamos o (a) Sr.(a) para permitir que a pessoa, a qual esteja sob sua responsabilidade, participe como voluntário (a), da pesquisa **"Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Evicaline dos Santos Rocha, endereço: BR 232, Km 306, zona rural, Salgueiro - PE, Cep: 56000-000, contato: (87) 99627-9187, email: evicaline.rocha@ifsertão-pe.edu.br e está sob a orientação de: Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira, contato: (85) 98817-8151, email: francisco.oliveira@ifsertão-pe.edu.br.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entregando o termo para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre essa pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de permitir a participação na pesquisa, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o/a senhor/a não será penalizado (a) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de retirar sua permissão sobre participação na pesquisa referente à pessoa que está sob sua responsabilidade em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa intitulada "**Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores"** tem como objetivo propor um modelo eficiente e alinhado aos critérios próximos a realidades dos estudantes para divisão de recursos da assistência estudantil do Campus Salgueiro do IFSertãoPE a partir do orçamento anual destinado à Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil (CPAE).

O público-alvo serão os estudantes do EMI do Campus Salgueiro do IFSertãoPE que são beneficiários ativos da política, os membros da comissão permanente de AE e do DAP que atua ou atuou junto a CPAE. Será aplicado um questionário estruturado misto para cada um dos grupos, com perguntas abertas, de livre resposta pelo participante, e fechadas com respostas pré-definidas. A aplicação se dará através de formulário online, através do Google Drive e o convite será encaminhado via email institucional. Ademais, serão realizados dois encontros presenciais: um para divulgação da pesquisa, apresentação e entrega do(s) Termo(s) para assinatura dos pais/responsáveis, quando envolver participantes menores de 18 anos, e um segundo momento para disponibilização do Laboratório de Informática a fim de promover uma acessibilidade digital àqueles que desejam participar. A coleta de dados está prevista para o segundo semestre de 2024, seguido do tratamento e análise dos dados, de forma qualitativa e quantitativa.

Cada participante da pesquisa responderá ao TCLE, conforme o Apêndice C, a fim de que tenha ciência do que será feito na pesquisa. Esta pesquisa permitirá que os participantes possam contribuir com a análise, avaliação e aperfeiçoamento da política, com efeitos para os atuais e futuros estudantes que possam acessá-la.

A relevância desta proposta de pesquisa está em propor para a comunidade acadêmica um modelo de divisão de recursos orçamentários considerando indicadores sociais e educacionais que refletem no uso otimizado do recurso público. Este modelo auxiliará aos membros da CPAE do campus, a gestão institucional e poderá ser utilizado como parâmetro em outros campus ou instituições. A oferta de auxílios de forma eficiente contribui na garantia da permanência e êxito dos estudantes, conforme propõe a política.

Não haverá riscos à integridade física dos participantes, pois não envolve esforços ou atividades com este fim. Contudo, ao refletir sobre aspectos próprios à dinâmica de vida privada e social do estudante, é possível que envolva uma maior sensibilidade emocional aos temas citados.

Ressalta-se a que é assegurado ao participante não responder quaisquer perguntas que de algum modo possa lhe constranger, causar-lhe desconforto ou que possa expô-lo de forma indevida, se assim ele considerar, bem como não se submeter a qualquer procedimento da pesquisa que considere invasivo ou lhe cause desconforto. Ademais, reforçamos o compromisso de que todas as informações prestadas pelo participante da pesquisa serão mantidas sob sigilo, divulgando-as apenas para os fins da pesquisa sem haver possibilidade de identificação individual, exceto quando consentida essa identificação pelo participante.

Os dados coletados nesta pesquisa (na forma de gravações, entrevistas, fotos,

filmagens, bem como outros instrumentos similares ou equivalentes) ficarão armazenados em pastas de arquivo em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora Evicaline dos Santos Rocha, pelo período de no mínimo 05 anos.

O(a) senhor(a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SertãoPE no endereço: Reitoria – Rua Aristarco Lopes, 240, Centro, CEP 56.302-100, Petrolina-PE, Telefone: (87) 2101-2350 / Ramal 2364, http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa, cep@ifsertao-pe.edu.br; ou poderá consultar a Comissão nacional de Ética em Pesquisa, Telefone (61)3315-5878, conep.cep@saude.gov.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

_____

(Assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pelo meu representante legal, após a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **"Orçamento da assistência estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores**", como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

A rogo de _____, que é (não alfabetizado/juridicamente incapaz/ deficiente visual), eu_____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

NOME:	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES

(Estudantes do Ensino Médio Integrado beneficiários da Assistência Estudantil no IFSertãoPE - Campus Salgueiro)

Prezado(a), sou Evicaline dos Santos Rocha, Assistente Social no IFSertãoPE, *Campus* Salgueiro e atualmente aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. A fim de pesquisar sobre o orçamento da assistência estudantil destinado a oferta de auxílios para que melhor se adequem às necessidades dos estudantes, venho por meio deste convidá-lo a responder este questionário. Sua colaboração será essencial neste estudo e auxiliará no planejamento e execução da política na instituição. Sua participação é voluntária, preservando-se a identidade dos participantes.

1. Qual o seu curso?
( ) Agropecuária
( ) Edificações
( ) Informática

2. Local de moradia
( ) Salgueiro - Zona urbana
( ) Salgueiro - Zona Rural
( ) Outro município - Zona Urbana
( ) Outro município - Zona Rural

3. Sua família é beneficiada com algum programa social (como Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - PBP, Programa Safra, Programa de Seguro Defeso)?
( ) Sim
( ) Não

4. Quais as principais dificuldades encontradas por você (e sua família) ao decidir estudar no IFSERTÃOPE?

5. Como avalia sua situação educacional (notas, frequência, acompanhamento de conteúdo, etc) na escola anterior ao IFSERTÃOPE?
( ) Excelente
( ) Ótima
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssima

6. Como avalia sua situação educacional (notas, frequência, acompanhamento de conteúdo, etc) no IFSERTÃOPE?
( ) Excelente
( ) Ótima
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssima

7. O que você entende por assistência estudantil?

8. Qual a forma que costumeiramente você tem acesso às informações sobre as ofertas de auxílios da assistência estudantil?
   - Site oficial (IFSertãoPE)
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Redes Sociais
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Email
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - WhatsApp
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Divulgação em Sala de Aula
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Divulgação no Hall de Entrada
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Divulgação em evento ou reunião
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Outros:_____

9. De que forma você busca orientações e/ou tira-dúvidas sobre os auxílios da assistência estudantil?
   - Site oficial (IFSertãoPE)
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Redes Sociais
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Email
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - WhatsApp
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Ida no Setor de Assistência Estudantil
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Esclarecimentos com servidores (Docentes ou Taes) que tenho proximidade
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca
   - Não costumo tirar dúvidas
     ( ) Muito frequente ( ) Frequente ( ) Às vezes ( ) Raramente ( ) Nunca

10. No processo de inscrição no Edital da Assistência Estudantil, quais as principais dificuldades encontradas? (M. escolha)
    ( ) Tenho pouca informação sobre os critérios
    ( ) Tenho pouca informação sobre os documentos
    ( ) Dificuldade de acesso a equipamento (computador, notebook, celular, etc)
    ( ) Dificuldade de acesso a internet
    ( ) Dificuldade em saber acessar e navegar em sites (de forma geral)
    ( ) Dificuldade em saber acessar e navegar o Sistema da assistência estudantil
    ( ) Dificuldade em compreender o que o é pedido na inscrição (linguagem do sistema)
    ( ) Receio/nervosismo em preencher errado
    ( ) Perda do prazo de inscrição

( ) Outros: _____

11. Há quanto tempo você é beneficiário da política de assistência estudantil?
( ) Menos de 01 ano
( ) 01 ano
( ) 02 anos
( ) 03 anos ou mais

12. Você considera que ocorrem injustiças na seleção do edital de assistência estudantil?
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente

13. Em caso afirmativo na questão anterior, justifique sua resposta.

14. Considerando que a política de assistência estudantil visa auxiliar na permanência do estudante durante o desenvolvimento do seu curso, por meio da oferta de auxílios estudantis, como você avalia esta política?

( ) Contribui totalmente para permanência no curso
( ) Contribui parcialmente para permanência no curso
( ) Não contribui para permanência no curso

15. Quais as principais dificuldades de permanência no curso: (M. Escolha)
( ) Dificuldade de transporte até o *campus*
( ) Dificuldades em garantir a alimentação
( ) Dificuldade de aprendizagem
( ) Relação professor x aluno
( ) Relação interpessoal em sala de aula
( ) Excesso de disciplinas
( ) Distribuição das aulas no qual exige permanecer por um longo período na instituição.
( ) Cansaço ocasionado pelo deslocamento diário
( ) Não identificação com o curso
( ) Outros: _____

16. Em relação aos auxílios ofertados no Edital da assistência estudantil, você considera:

✔ 7.1 Quanto ao valor, atende a finalidade de custeio da despesa a que se destina?
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente
( ) Sem resposta

✔ 7.2 Quanto ao número de vagas ofertados:
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente
( ) Sem resposta

✔ 7.3 Quanto aos tipos de auxílios ofertados
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente
( ) Sem resposta

17. Há algum auxílio não ofertado pelo *Campus* que você identifica a necessidade de oferta?
( ) Auxílio Creche
( ) Auxílio material escolar
( ) Auxílio de apoio à saúde
( ) Auxílio inclusão digital
( ) Bolsa Cultura
( ) Outro. Qual? _____
( ) Não há.

18. Como você avalia a participação dos discentes no acompanhamento do uso e distribuição do orçamento da assistência estudantil?
( ) Ocorre de forma satisfatória
( ) Ocorre de forma insatisfatória
( ) Não tenho conhecimento sobre o tema

19. O que você sugere para auxiliar em um melhor uso do recurso da assistência estudantil no qual atenda às necessidades dos estudantes?

20. O que você sugere para que a assistência estudantil garanta a permanência do discente no decorrer do seu curso?

APÊNDICE E

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AE

Prezado(a), sou Evicaline dos Santos Rocha, Assistente Social no IFSertãoPE, *Campus* Salgueiro e atualmente aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. A fim de pesquisar sobre o orçamento da assistência estudantil destinado a oferta de auxílios para que melhor se adequem às necessidades dos estudantes, venho por meio deste convidá-lo a responder este questionário. Sua colaboração será essencial neste estudo e auxiliará no planejamento e execução da política na instituição. Sua participação é voluntária, preservando-se a identidade dos participantes.

1. No IFSertãoPE, você é?
( ) Aluno (a). Qual curso? _____
( ) Técnico Administrativo em Educação (TAE). Qual cargo? _____
( ) Docente. Qual área? _____

2. Há quanto tempo participa da Comissão de atuação na AE junto à CPAE?
( ) Menos de 1 ano
( ) Entre 1 e 2 anos?
( ) Entre 2 e 3 anos?
( ) Mais de 3 anos

3. O que entende por assistência estudantil?

4. Qual o seu nível de atuação e conhecimento da política de assistência estudantil?

( ) Somente Teórico (conhece as normativas e regulamentos)
( ) Somente Técnico (Acompanhamento e atuação técnica)
( ) Somente Prático (conhece as regras básicas de permanência, suspensão ou desligamento do aluno)
( ) Teórico e Técnico
( ) Técnico e Prático
( ) Teórico e Prático
( ) Teórico, Técnico e Prático

5. Como avalia sua contribuição no planejamento e execução da política enquanto integrante da CPAE?

6. De forma geral, como avalia a execução da política de assistência estudantil no *campus*?
( ) Excelente
( ) Ótima
( ) Boa
( ) Ruim
( ) Péssima

7. Quais principais reclamações e insatisfações da comunidade acadêmica? (M. Escolha)
( ) Baixo valor do auxílio
( ) Burocracias nos Editais de ingresso
( ) Manter os critérios de permanência (frequência acima de 75%)
( ) Alunos recebendo indevidamente
( ) Critérios específicos excludentes nos auxílios transporte e/ou moradia
( ) Não identifico reclamações e/ou insatisfações.
( ) Outro. Qual? _____

8. Qual sua análise sobre a escolha por reajuste no valor do auxílio?
( ) Necessária e possível
( ) Necessária, mas não é possível nas condições atuais
( ) Não é necessária no momento

9. Qual sua análise sobre a escolha por aumento no número de vagas ofertadas?
( ) Necessária e possível
( ) Necessária, mas não é possível nas condições atuais
( ) Não é necessária no momento

10. Nos casos citados nas questões 6 e 7, quais critérios são considerados pela comissão?

11. Nos casos citados nas questões 6 e 7, quais critérios você identifica ser necessário e essencial levar em consideração?

12. Sobre os tipos de auxílios ofertados, você acredita que deve manter a oferta atual (auxílio alimentação, transporte e moradia e bolsa atleta), assegurando a distribuição dos recursos entre ele ou indicaria a criação de novos auxílios?

13. Há algum auxílio não ofertado, que apresenta uma aparente demanda pelos alunos, com base na experiência da comissão?
( ) Auxílio Creche
( ) Auxílio material escolar
( ) Auxílio de apoio à saúde
( ) Auxílio inclusão digital
( ) Bolsa Cultura
( ) Outro. Qual? _____
( ) Não há.

14. O recebimento do benefício passou a ser de forma contínua no caso dos auxílios alimentação, transporte e moradia após 2019, isto é, uma vez acessando a política é assegurado ao discente o recebimento durante o período regular do curso. Por outro lado, gera-se um comprometimento do recurso financeiro. Qual a sua análise a respeito deste modelo de uso do recurso?

15. Quais sugestões de melhoria para atender os estudantes e promover uma oferta de auxílios que contemple as necessidades de custeio dos discentes, em um valor justo e atenda àqueles que desta política necessitam?

APÊNDICE F

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DO DAP

(SERVIDORES QUE CONTRIBUEM DIRETAMENTE COM A AE)

Prezado(a), sou Evicaline dos Santos Rocha, Assistente Social no IFSertãoPE, *Campus* Salgueiro e atualmente aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. A fim de pesquisar sobre o orçamento da assistência estudantil destinado a oferta de auxílios para que melhor se adequem às necessidades dos estudantes, venho por meio deste convidá-lo a responder este questionário. Sua colaboração será essencial neste estudo e auxiliará no planejamento e execução da política na instituição. Sua participação é voluntária, preservando-se a identidade dos participantes.

1. Há quanto tempo atua no DAP?
( ) Menos de 1 ano
( ) Entre 1 e 2 anos
( ) Entre 2 e 3 anos
( ) Mais de 3 anos

2. O que entende por assistência estudantil?

3. Como avalia sua parcela de contribuição na execução da política de assistência estudantil?
( ) Muito importante
( ) Importante
( ) Moderado
( ) Às vezes importante
( ) Não é importante

4. Como avalia a sua contribuição na execução da AE em relação às demais demandas do seu setor?

( ) Muito frequente
( ) Frequente
( ) Eventualmente
( ) Raramente
( ) Nunca

5. Qual o seu nível de atuação e conhecimento da política de assistência estudantil?

( ) Somente Teórico (conhece as normativas e regulamentos)
( ) Somente Técnico (parte operacional – financeira)
( ) Somente Prático (conhece as regras básicas de permanência, suspensão ou desligamento do aluno)
( ) Teórico e Técnico
( ) Técnico e Prático
( ) Teórico e Prático

( ) Teórico, Técnico e Prático

6. Como avalia a procura da comunidade acadêmica por informações relativas ao orçamento (orçamento geral do *Campus*)?
( ) Muito frequente
( ) Frequente
( ) Eventualmente
( ) Raramente
( ) Nunca

7. Como avalia a procura da comunidade acadêmica por informações relativas ao orçamento (orçamento da assistência estudantil)?
( ) Muito frequente
( ) Frequente
( ) Eventualmente
( ) Raramente
( ) Nunca

8. Como avalia o nível de divulgação das informações à comunidade acadêmica das informações relativas ao orçamento?
( ) Excelente
( ) Ótima
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssima

9. Como avalia o nível de conhecimento dos alunos em relação ao sistema bancário (abertura de conta, alteração de conta, conta no próprio nome, etc)?
( ) Excelente
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssimo

10. Como avalia o nível de informação dos alunos em relação aos pagamentos (ciência dos critérios de permanência, período de recebimento, valores, etc)?
( ) Excelente
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssimo

11. Quais sugestões para o planejamento e/ou execução da política de assistência estudantil no *campus*?

12. Como você analisa a política de assistência estudantil no *campus*?

APÊNDICE G

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

(MEMBROS DA COMISSÃO DE AE E SERVIDORES DO DAP)

Prezado(a), considerando sua imprescindível contribuição no desenvolvimento da pesquisa, venho por meio deste convidá-lo(a) a avaliar o produto educacional resultante deste trabalho que é uma proposta de modelo de divisão de recursos no intuito de auxiliar no planejamento e execução da política. Sua participação é voluntária, preservando-se a identidade dos participantes.

1. Enquanto membro que atua diretamente com a Política de Assistência Estudantil, em qual grupo se encaixa?
( ) Membro da Comissão Permanente de Assistência Estudantil
( ) Servidor do DAP
( ) Ambos

2. Como avalia a linguagem e clareza do PEMPAE?
( ) Excelente
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssima

3. Como avalia o conteúdo do PEMPAE?
( ) Excelente
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssima

4. Como avalia a estética (parte visual) do PEMPAE?
( ) Excelente
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssima

5. Como avalia a proposta de Ajuste do Barema Avaliativo?
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente

( ) Discordo completamente

6. Como avalia a proposta de fluxograma 1: Planejamento Orçamentário e atenção à permanência e êxito?
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente

7. Como avalia a proposta de fluxograma 2: Execução, Monitoramento e Controle do benefício?
( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente

8. Como avalia a possibilidade de uso das propostas?
( ) Sempre possível
( ) Usualmente possível
( ) Ocasionalmente possível
( ) Usualmente não é possível
( ) Nunca é possível

9. Este modelo tem o objetivo de auxiliar as equipes de assistência estudantil no planejamento, execução e monitoramento da política, na perspectiva de garantir a permanência e êxito do estudante. A proposta alcança também fluxos de ações para setores e grupos do IFSertãoPE a fim de melhorar as práticas de trabalho e a gestão institucional. Você considera que foi alcançado?

( ) Concordo totalmente
( ) Concordo parcialmente
( ) Neutro (Nem concordo, nem discordo)
( ) Discordo parcialmente
( ) Discordo completamente

10. Em caso de limitações identificadas, quais melhorias podem ser aplicadas?

11. Caso queira realizar algum comentário adicional em relação às perguntas, utilize este espaço.

APÊNDICE H - PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional é resultado da pesquisa Orçamento da Assistência Estudantil: uma proposta de divisão e uso dos recursos a partir de indicadores, realizada no *Campus* Salgueiro do IFSertãoPE, no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), atendendo à linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O produto proposto trata-se de um livro digital intitulado PEMPAE - Planejamento, execução e monitoramento da política de assistência estudantil: uma proposta de gestão, e foi elaborado com o auxílio da ferramenta Canva. Ele tem como objetivo auxiliar as equipes de assistência estudantil no planejamento, execução e monitoramento da política. Deste modo, aplica-se a todas as instituições federais de ensino que utilizam recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e são orientados pelo Decreto Federal 7234/2010 e Lei 14.914/2024. Este material foi construído considerando os dados observados no decorrer da pesquisa e especialmente as demandas identificadas na aplicação de questionário aos estudantes beneficiários da Política de Assistência Estudantil (PAE), comissão permanente de Assistência Estudantil e servidores do Departamento de Administração e Planejamento (DAP).

No decorrer da pesquisa, identificamos que há problemas primários de fluxo de ações e definição das competências de cada setor, distanciamento dos estudantes do acesso a informações e participação em atos decisórios e processo seletivo burocrático e com a necessidade de melhorias, diante de supostas injustiças no seu resultado. Assim, indica-se o ajuste dos indicadores considerados na seleção e classificação dos editais de assistência estudantil (Barema da PAE), bem como desenvolve-se um fluxo de ações institucionais que podem auxiliar em um melhor desenvolvimento da política e da gestão institucional, com resultados qualitativos especialmente para os estudantes, base central de uma instituição de ensino.

Espera-se colaborar com o melhor uso do recurso orçamentário, uma seleção com classificação justa e transparente e, consequentemente, uma política eficaz e eficiente, com vistas a garantir a permanência e êxito no percurso educacional.

O livro digital PEMPAE está disponível no Repositório Leituras Abertas (Releia) e pode ser acessado através do endereço:
https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1588.